

Amitai Etzioni

A TERCEIRA VIA PARA A BOA SOCIEDADE



Seguido dos manifestos comunitaristas:
Plataforma Comunitarista Responsiva
Manifesto pela Diversidade na Unidade



A TERCEIRA VIA PARA A BOA SOCIEDADE

Seguido dos manifestos comunitaristas:

Plataforma Comunitarista Responsiva
Manifesto pela Diversidade na Unidade





Reitora

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Vice-Reitor

Rafael Frederico Henn

Pró-Reitor de Graduação

Elenor José Schneider

Pró-Reitora de Pesquisa

e Pós-Graduação

Andréia Rosane de Moura Valim

Pró-Reitor de Administração

Dorivaldo Brites de Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento

e Desenvolvimento Institucional

Marcelino Hoppe

Pró-Reitor de Extensão

e Relações Comunitárias

Angelo Hoff

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Andréia Rosane de Moura Valim

Carlos Renê Ayres

Cristiane Davina Redin Freitas

Hugo Thamir Rodrigues

Marcus Vinicius Castro Witczak

Mozart Linhares da Silva

Rudimar Serpa de Abreu



Av. Independência, 2293
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS
Fones: (51) 3 717-7462, (51) 3717-7461 - Fax: (51) 3717-7402
<http://www.unisc.br/edunisc>
E-mail: editora@unisc.br

Amitai Etzioni

A TERCEIRA VIA PARA A BOA SOCIEDADE

Seguido dos manifestos comunitaristas:

Plataforma Comunitarista Responsiva
Manifesto pela Diversidade na Unidade

Tradução:

João Pedro Schmidt

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2019



Direitos reservados: Universidade de Santa Cruz do Sul

Obra original:

ETZIONI, Amitai. *The third way to a good society*. London: Demos, 2000.

Tradução: João Pedro Schmidt

Revisão do texto: Vanessa Kannenberg

Editoração: Clarice Agnes, Caroline Fagundes Pieczarka

Capa: Denis Ricardo Puhl (Assessoria de Comunicação e Marketing da UNISC)

E85t Etzioni, Amitai
A terceira via para a boa sociedade [recurso eletrônico] ; seguido dos manifestos comunitaristas: Plataforma comunitarista responsiva e Manifesto pela diversidade na unidade / Amitai Etzioni ; tradução: João Pedro Schmidt. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2019.

Dados eletrônicos. Texto eletrônico.

Modo de acesso: www.unisc.br/edunisc

Tradução de: The third way to a good society.

ISBN: 978-85-7578-504-1

1. Comunitarismo. 2. Valores sociais. 3. Ética social. I. Schmidt, João Pedro. II. Plataforma comunitarista responsiva. III. Manifesto pela diversidade na unidade. IV. Título.

CDD: 302.35

Bibliotecária responsável: Muriel Thürmer – CRB10/1558



SUMÁRIO

Prefácio

Uma síntese da teoria comunitarista de Amitai Etzioni

– João Pedro Schmidt

6

A Terceira Via para a Boa Sociedade – Amitai Etzioni

1 A boa sociedade: primeiros princípios

13

2 Os papéis da comunidade

17

3 Cultura moral e suas instituições

28

4 Os outros parceiros: estado e mercado

43

5 Construindo a comunidade de comunidades

53

6 O próximo grande diálogo: um retorno moderado à contracultura?

57

Plataforma Comunitarista Responsiva: Direitos e Responsabilidades

(The Responsive Communitarian Platform: Rights and Responsibilities - 1991)

59

Manifesto pela Diversidade na Unidade

(The Diversity Within Unity Platform - 2001)

71



PREFÁCIO:

UMA SÍNTESE DA TEORIA COMUNITARISTA DE AMITAI ETZIONI

João Pedro Schmidt¹

A obra

A tradução de *The Third Way to a Good Society* (2000) quase duas décadas após sua publicação original merece breves considerações sobre a sua pertinência teórica e histórica. Nos últimos 20 anos houve variados e impactantes acontecimentos – o fracasso das reformas neoliberais, o 11 de setembro, a crise financeira internacional desencadeada em 2008, o crescimento da extrema direita em diversos continentes. Tem a obra de Amitai Etzioni, escrita em um contexto anterior, algo de relevante a dizer nos dias atuais? As suas premissas e proposições guardam potência para pensar os desafios do presente e do futuro?

A Terceira Via para a Boa Sociedade é uma espécie de síntese da teoria de Etzioni e diz muito do pensamento comunitarista responsivo norte-americano. O livro foi destinado originalmente ao público britânico, interessado em conhecer mais amplamente as propostas dos comunitaristas quanto à renovação do Estado de Bem-Estar Social, mote central do trabalhismo inglês e de diversos partidos social-democratas europeus. As ideias do movimento comunitarista mereceram a atenção do *novo trabalhismo* inglês liderado por Tony Blair, cuja principal referência era o ideário da terceira via de Anthony Giddens. Enquanto Giddens ocupou-se na revisão da social democracia “clássica”, aprisionada, segundo ele, pela lógica de um Estado excessivamente amplo e burocrático, Etzioni centrou sua mensagem na necessidade de revalorização da comunidade como a tarefa central à renovação do *welfare state*.²

No Brasil, a discussão sobre a *terceira via* ateu-se basicamente ao enfoque de Giddens, cujos livros passaram a ser traduzidos para o português ainda na década de 1990. Nos meios acadêmicos e políticos, firmou-se gradativamente o entendimento de que o ideário da *terceira via* curva-se ao neoliberalismo e justifica as reformas neoliberais. Esse viés orientou também as análises sobre os temas do *terceiro setor* e da *comunidade/organizações comunitárias*, que resultaram bastante pobres. Os

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado pela The George Washington University, Estados Unidos. Professor titular da Universidade de Santa Cruz do Sul, docente do Programa de Pós-Graduação em Direito. E-mail: jpedro@unisc.br.

2 O pensamento de Etzioni e de Giddens apresenta interconexões, especialmente no que diz respeito à terceira via, mas cada qual segue um curso próprio. Etzioni cita Giddens algumas vezes na presente obra. Giddens faz diversas referências a Etzioni no livro *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade* (2000), especialmente quanto à referência de ambos a problemas levantados por Durkheim.



rumos do debate seriam outros se acadêmicos e lideranças progressistas tivessem atentado às contribuições dos intelectuais norte-americanos.

Etzioni não está entre os pioneiros do pensamento comunitarista, cuja formulação inicial foi feita por filósofos no conhecido *debate liberais versus comunitaristas*, desencadeado a partir do final da década de 1970. Em reação à obra *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls, um grupo de filósofos – notadamente Alasdair MacIntyre (britânico), Charles Taylor (canadense), Michael Sandel e Michael Walzer (norte-americanos) – propôs a revisão do pensamento liberal em razão de seu compromisso com o individualismo. Segundo Daniel Bell (1993, p. 4), os filósofos comunitaristas firmaram a posição de que “o liberalismo não leva em conta suficientemente a importância da comunidade para a identidade pessoal, o pensamento moral e político e os julgamentos acerca de nosso bem-estar no mundo contemporâneo”.

Etzioni é sociólogo e, embora tenha amplo conhecimento da literatura filosófica, sua elaboração sobre o tema da comunidade não é de caráter filosófico. Ele toma como bem assentados os fundamentos estabelecidos pelos filósofos comunitaristas, como a reafirmação da *tese social* aristotélica (a racionalidade, a capacidade de autodeterminação e o senso de moralidade só se desenvolvem no seio de uma sociedade), a *prioridade do bem sobre o direito* (é somente a partir de participação em uma comunidade que se adquire um sentido de direito e uma concepção de justiça) e o *Estado comprometido com o bem comum* (em lugar do Estado neutro, dos liberais). Sua contribuição específica passa a ser a análise de temas políticos e a formulação de proposições para as políticas públicas à luz das premissas comunitaristas.

Nas obras iniciais de Etzioni, na década de 1960, o tema de comunidade não tem nenhum destaque, como ser observado nas suas únicas obras traduzidas para o português (*Organizações Modernas; Organizações Complexas; Análise Comparativa de Organizações Complexas*). Nelas não há nenhum traço explícito de comunitarismo. Mesmo na sua grande obra dos anos 1960, *The Active Society – A Sociedade Ativa*, publicada em 1968, o conceito de comunidade é secundário. Em seu livro de memórias (*My Brother's Keeper: a Memoir and a Message (2002)*), o autor diz que o elo entre a sociologia das organizações e a teoria da comunidade é o tema da moral: nos escritos sobre a sociologia organizacional há um subtexto moral pouco notado, a mensagem de que “as organizações que apelam aos valores de seus membros são superiores às que se apoiam em incentivos [econômicos] e muito melhores que as que empregam a força” (ETZIONI, 2002, p. 82-3).

O *debate liberais versus comunitaristas* ao longo dos anos 1980 foi o contexto em que Etzioni desenvolveu a sua teoria da comunidade. Não foi um feito solitário; deu-se em diálogo com um amplo grupo de intelectuais e lideranças políticas e sociais, todos preocupados com a erosão do senso de comunidade na sociedade norte-americana, todos convictos da necessidade de revalorização das comunidades, mas com entendimentos bastante diversos sobre diversos aspectos dessa revalorização.

O que os unia era o propósito de revalorizar a comunidade em uma perspectiva diferente de outras concepções, especialmente o comunismo (estatizante e coletivista) e o comunitarismo asiático (com sua ênfase na família, na harmonia social e na precedência do social sobre o individual). A escolha do adjetivo *responsivo* expressou a equidistância entre o individualismo e o coletivismo, indicando a ênfase no equilíbrio, no balanceamento entre comunidade e indivíduo, entre ordem social e autonomia individual. (Posteriormente, a terminologia *comunitarismo responsivo* passou a ser menos utilizada, dando lugar à expressão *comunitarismo liberal*.)

Em 1991 veio a público o manifesto *The Responsive Communitarian Platform: Rights and Responsibilities – Plataforma Comunitarista Responsiva: Direitos e Responsabilidades*, o documento referencial do movimento comunitarista. O movimento organizou-se na rede *The Communitarian Network*, voltada à organização de diálogos, reuniões públicas e aconselhamento de legisladores e grupos comunitários. Entre 1991 e 2004, manteve a revista quadrimestral *The Responsive Community: Rights and Responsibilities*. No âmbito econômico, havia sido fundada em 1989 a *International Society for the Advancement of Socio-Economics* (SASE), uma organização internacional e interdisciplinar voltada ao desenvolvimento e à difusão da socioeconomia, com membros em mais de 50 países. *The Institute for Communitarian Policy Studies*, vinculado à The George Washington University, mantém-se até hoje como centro de pesquisa de políticas comunitárias. Ideologicamente, o movimento responsivo posicionou-se ao centro, apresentando-se como terceira via, como uma alternativa aos excessos dos neoconservadores e dos libertários, dos estatistas e dos privatistas.

A Terceira Via para a Boa Sociedade é uma síntese do pensamento comunitarista de Etzioni, uma condensação de ideias aprofundadas em obras anteriores, cabendo realçar dois livros de grande alcance. *The Moral Dimension: Toward a New Economics*, publicado em 1988, apresenta os fundamentos da socioeconomia, uma teoria econômica alternativa tanto ao paradigma neoclássico (liberal), utilitário, racionalista e individualista, quanto ao paradigma social-conservador, que vê os indivíduos como moralmente deficientes e, às vezes, irracionais. Diferentemente, a socioeconomia estrutura-se sobre três premissas fundamentais: (i) o comportamento econômico e social dos indivíduos não se explica só pelo binômio buscar o prazer e fugir da dor, mas por imperativos morais; (ii) a tomada de decisões acontece com base na razão e na emoção, realizada no âmbito de uma comunidade; e (iii) o mercado é um subsistema, influenciado pelos fatores gerais que afetam o sistema social, a sociedade. Outro livro central é *The New Golden Rule: Community and Morality in a Democratic Society*, publicada em 1996. Nela, Etzioni explana mais detalhadamente o paradigma comunitarista enquanto *terceira via*, concepção alternativa às costumeiras polarizações entre tradição x modernidade, comunidade x indivíduo, ordem social x autonomia individual, e afirma a necessidade de uma nova regra de ouro. Em lugar da antiga regra, centrada no indivíduo – trata a cada um como queres ser tratado –, uma nova



regra, que expressa o balanço entre autonomia individual e responsabilidade social - respeita e defende a ordem moral da sociedade da mesma maneira que queres que a sociedade respeite e defenda a tua autonomia.

Pelo seu carácter sintético, a presente obra é a melhor porta de entrada à teoria comunitarista de Etzioni. Em linguagem acessível, apresenta os principais conceitos e postulados que singularizam essa linha de pensamento: a *boa sociedade*, baseada nas relações Eu-Nós; o equilíbrio entre direitos individuais e responsabilidades sociais; a *terceira via* como o caminho para a boa sociedade; a comunidade, elemento fundamental da boa sociedade, que tem importante papel social e político nas sociedades democráticas; a centralidade da cooperação; a complementaridade entre Estado, comunidade e mercado; os diálogos morais como meios para resolução de conflitos culturais; a perspectiva universalista do comunitarismo. Sem dúvida, é uma excelente visão panorâmica da teoria etzioniana.

Sobre a pertinência política da presente obra para o seu tempo e para as interrogações sobre o futuro, mais do que do livro cabe falar da pertinência da teoria comunitarista. Essa corrente de pensamento cumpriu um papel renovador nos debates políticos ao formular conceitos e argumentos em prol da superação de dicotomias estéreis, como público x privado, Estado x mercado, comunidade x indivíduo. Renovou os estudos de comunidade em dois aspectos. O primeiro, evidenciou a importância do conceito de comunidade: a comunidade é um fenómeno universal que responde a uma necessidade vital – o anseio por vínculos sociais significativos. O segundo, destacou o significado social e político das comunidades: a vida comunitária é indispensável para a saúde social e parcela dos serviços públicos é melhor cumprido pelas comunidades do que pelo Estado ou mercado. Ao recusar a divisão simplista entre estatismo e privatismo, a concepção da complementaridade entre Estado, comunidade e mercado abriu perspectivas para repensar os pressupostos do socialismo e do liberalismo, colocando o fortalecimento das comunidades (democráticas) como requisito para a revitalização do *welfare state*. (SCHMIDT, 2017) Todos esses postulados permanecem válidos após duas décadas.

Após a publicação de *A Terceira Via para a Boa Sociedade*, Etzioni continuou mantendo um forte ritmo na sua produção acadêmica, adentrando em temáticas como a privacidade em tempos de internet, os desafios trazidos pela migração massiva, os conflitos culturais associados ao terrorismo, os vínculos entre vida comunitária, felicidade e sustentabilidade, entre outros. As publicações dos últimos anos não se afastam das bases traçadas no presente livro, sendo recomendável o domínio dos conceitos balizadores aqui apresentados para a compreensão das obras mais recentes.



O autor

Amitai Etzioni nasceu em Köln, na Alemanha, em 4 de janeiro de 1929. Filho de judeus, seu nome original é Werner Falk. As ameaças do regime nazista contra os judeus levam seus pais a emigrar para a Palestina, em 1936, passando a residir em território do futuro estado de Israel.

Viveu até a juventude com a família em uma cooperativa rural (Moshav), experiência que teve forte impacto sobre a sua forma de pensar a vida social, como enfatizou em uma entrevista: “Em Israel havia assentamentos de vários graus de comunalidade. O kibutz representava o mais alto grau de comunalidade onde tudo era comumente organizado - você compartilhava tudo, desde copos até comida. Havia também aldeias cooperativas de graus variados. Eu próprio cresci numa aldeia cooperativa. Tínhamos nossa própria terra, mas as compras eram compartilhadas, assim como a venda de produtos. Mas era muito menos comunal do que um kibutz. Cresci com um debate constante sobre a tensão, não entre o Estado e o mercado, porque eram grupos sociais, mas entre graus de privatização versus comunização. Esta foi realmente a minha primeira introdução às questões comunitárias e este debate foi uma das coisas que me sensibilizou para estas questões.” (REESE-SCHAFFER, 2001, p. 67).

A adoção de outro nome (por decisão própria) deu-se no ambiente político de criação do estado de Israel, marcado pela disposição de romper com o passado. Na língua hebraica, *Amitai* significa *confiança* e *Etzioni* significa *árvore*. Ainda adolescente, envolveu-se nas lutas pela criação do Estado de Israel, à época dominado pela Inglaterra. Ingressou em um grupo político com viés social-democrata, o Mapai, que lutava contra a dominação inglesa, e logo adiante foi para a frente de batalha, na condição de soldado, lutar pela independência de Israel, oficializada em 1949. A experiência da guerra o marcou profundamente, passando a adotar a defesa da causa pacifista e do respeito recíproco entre israelenses e palestinos.

Após o término da guerra, foi aluno por um ano no instituto de Martin Buber, em Jerusalém, de quem aprendeu a importância do diálogo, o tratamento de cada pessoa como fim em si mesma e a importância da emoção no comportamento humano. Seguiu-se a graduação em sociologia na Hebrew University, em Jerusalém, em 1956. Após, visando a continuidade dos estudos, transferiu-se para os Estados Unidos, onde obteve o doutorado em sociologia na University of California, em Berkeley, em 1958. Sua experiência docente iniciou na Columbia University, em New York, em 1959, transferindo-se em 1980 para The George Washington University, em Washington, onde permanece até hoje. Entre 1987 e 1989 atuou como professor visitante na escola de administração de Harvard University, em Boston, onde ficou vivamente impressionado com a inclinação individualista e a falta de atenção ao tema da ética nos negócios reinante entre os professores. Seu importante livro *The Moral Dimension: Toward a New Economics* foi uma resposta às indagações surgidas naquele ambiente, formador de parcela das elites empresariais norte-americanas.



O currículo acadêmico do autor inclui ainda o cargo de presidente da *American Sociological Association*, em 1994 e 1995, e o de criador e primeiro presidente da *Society for the Advancement of Socio-Economics*. É autor ou co-autor de mais de 40 livros, de mais de 350 artigos científicos e de inúmeros artigos em jornais e sites especializados.

Acadêmico de renome internacional, o que caracteriza Etzioni é a permanente aliança entre teoria e prática. Assumiu decididamente o papel de *intelectual público*, participando ativamente do debate social a respeito de questões cruciais da política norte-americana, como os conflitos com União Soviética durante a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã. A opção de trabalhar em Washington foi motivada pelo interesse em ficar mais próximo do centro do poder, tendo atuado junto à Casa Branca no governo de Bill Clinton. Diferentemente dos filósofos comunitaristas, empenhados na fundamentação conceitual, Etzioni destaca-se pelo envolvimento político enquanto intelectual. A criação do movimento comunitarista revela a sua compreensão de que a eficácia política requer ação de grupo: formulada a “mensagem” se fazia necessário criar um movimento para difundi-la no país e no exterior, o que foi alcançado com êxito.

O empenho em manter o movimento comunitarista como *terceira via*, guardando independência frente a republicanos e democratas, direita e esquerda, não prejudicou seu posicionamento em favor de causas progressistas: as lutas pela paz, pelo meio ambiente, pela inclusão social, pelo respeito à diversidade cultural e pela unidade internacional. *Liberal de esquerda* é uma caracterização apropriada para um intelectual que sempre fugiu de rótulos ideológicos.

Os manifestos

O movimento comunitarista expressou publicamente suas posições em dois manifestos. A sua tradução e publicação neste volume mostram a grande sintonia das posições do movimento com a teoria de Etzioni.

O manifesto *The Responsive Communitarian Platform: Rights and Responsibilities – Plataforma Comunitarista Responsiva: Direitos e Responsabilidades* foi lançado a público em novembro de 1991. É o documento referencial do movimento comunitarista, assinado inicialmente por 104 signatários (intelectuais, lideranças feministas, lideranças negras e hispânicas, representantes religiosos, republicanos e liberais moderados, entre outros). Além de Etzioni, estão entre os intelectuais que subscrevem o manifesto: Benjamin R. Barber, Robert N. Bellah, Betty Friedan, Francis Fukuyama, William Galston, Mary Ann Glendon, Albert Hirschman, Philip Selznick, Thomas Spragens e Lester C. Thurow. Dez anos depois, em 2001, foi aberta a adesão de novos apoiadores.



O manifesto *The Diversity Within Unity Platform – Manifesto pela Diversidade na Unidade* explicita a posição do movimento comunitarista face à problemática dos conflitos culturais nos ambientes de migração massiva. A versão inicial foi formulada por Amitai Etzioni, sendo discutida em uma reunião com 40 acadêmicos e representantes políticos eleitos, de oito países diferentes, em 1 e 2 de novembro em 2001, em Bruxelas, na Bélgica, organizada pela *Communitarian Network*. Após a reunião, o documento foi reformulado e divulgado publicamente.

REFERÊNCIAS

- BELL, D. **Communitarianism and its critics**. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- ETZIONI, Amitai. **My brother's keeper: a memoir and a message**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002. Tradução espanhola: **El guardián de mi hermano: autobiografía y mensaje**. Madrid: Astor Juvenil Palabra, 2006.
- ETZIONI, Amitai. **The third way to a good society**. London: Demos, 2000. Tradução espanhola: **La tercera vía hacia una buena sociedad: propuestas desde el comunitarismo**. Madrid: Trotta, 2001.
- ETZIONI, Amitai. **The new golden rule: community and morality in a democratic society**. New York: Basic Books, 1996. Tradução espanhola: **La nueva regla de oro: comunidad y moralidad en una sociedad democrática**. Barcelona: Paidós Iberica, 1999.
- ETZIONI, Amitai. **The moral dimension: towards a new economics**, New York: The Free Press, 1988. Tradução espanhola: **La dimensión moral: hacia una nueva economía**. Madrid: Astor Juvenil Palabra, 2007.
- ETZIONI, Amitai. **The active society: a theory of societal and political processes**. London e New York: Collier-Macmillan e The Free Press, 1968. Tradução espanhola: **La sociedad activa: una teoría de los procesos sociales y políticos**. Madrid: Aguilar, 1980.
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- REESE-SCHAEFER, Walter. **Amitai Etzioni zur Einführung**. Hamburg: Junius Verlag GmbH, 2001. Tradução para o inglês por Morgan Hangartner.
- SCHMIDT, J. P. **Universidades comunitárias e terceiro setor: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017.



Amitai Etzioni

A TERCEIRA VIA PARA A BOA SOCIEDADE

1 A BOA SOCIEDADE: PRIMEIROS PRINCÍPIOS

Precisamos de uma visão mais clara sobre para onde a Terceira Via está nos levando. Enquanto os debates acerca de melhorias em programas públicos ou estruturas jurídicas fascinam alguns, a maioria das pessoas não está interessada em detalhes tecnocráticos. Elas anseiam por uma visão que permita compreender para onde estamos indo, que permita avaliar as realizações passadas e os planos para o futuro. Tal visão inspira e obriga; dá sentido aos nossos esforços e sacrifícios, às nossas vidas.

Nós aspiramos a uma sociedade que não seja unicamente civil, mas também seja boa. Uma boa sociedade é aquela em que as pessoas tratam umas às outras como fins em si mesmas, e não meramente como instrumentos; como totalidades pessoais, e não como fragmentos; como membros de uma comunidade, unidos por laços de afeto e compromisso, e não apenas como empregados, comerciantes, consumidores ou até como cidadãos. Usando os termos do filósofo Martin Buber, uma boa sociedade alimenta as relações “Eu-Tu”, embora reconheça o inevitável e significativo papel das relações “Eu-Isso”.

Alguns valores nucleares de uma boa sociedade podem ser derivados diretamente de sua definição. Abuso infantil, abuso de cônjuges, crimes violentos em geral e, claro, guerra civil e internacional ofendem o princípio básico de tratar as pessoas como fins. Daí o nosso amor pela paz. Mais ainda, sustentamos que a violação da autonomia individual, a menos que haja fortes necessidades públicas, é incompatível com o tratamento das pessoas como fins. Este é o fundamento último do nosso compromisso com a liberdade.

Quando descobrimos valor na criação ou na apreciação de obra de arte, música e qualquer outra expressão cultural, ou nos dedicamos a aprender por puro prazer, tipicamente estamos no reino dos fins. Em contraste, quando negociamos esses itens, estamos no domínio instrumental, o que é bastante legítimo, desde que não interfira, muito menos domine, o dos fins.

Quando criamos vínculos com a família, amigos ou membros da comunidade, vivemos de acordo com o princípio básico da boa sociedade. Os valores de amor, lealdade, cuidado e comunidade, todos encontram suas raízes aqui. Em contraste, quando nos “conectamos” – com um propósito utilitário, e não pelo fim em si mesmo – abandonamos esse âmbito.

A relação deste princípio básico com a justiça social é complexa. A prioridade de tratar as pessoas como fins em si requer mais do que igualdade de oportunidades,



mas menos que a igualdade de resultados; implica um mínimo básico satisfatório para todos. Outros valores derivam de modo indireto, conforme veremos, a partir dos diálogos morais. Estes procuram limitar o conflito e as guerras culturais e premiam os entendimentos compartilhados – um atributo importante de boas sociedades.

O princípio ético de que as pessoas devem ser tratadas como fins, e não como meios é amplamente reconhecido. Menos amplamente aceita é a significativa observação sociológica de que é nas comunidades, e não no reino do Estado nem no mercado, que esse princípio está melhor institucionalizado.

Igualmente chave é reconhecer que somente em uma sociedade onde ninguém é excluído, e todos são tratados com igual respeito é que se confere o *status* de serem fins em si mesmos e capazes de atingir seu pleno potencial humano. Além disso, a ideia comunitarista central – temos direitos individuais inalienáveis e responsabilidades sociais para com os outros – é baseada no mesmo princípio básico: ao mesmo tempo que temos o direito de sermos tratados como fins em nós mesmos, somos chamados a tratar os outros e as nossas comunidades da mesma forma.

A boa sociedade é aquela que equilibra três elementos que frequentemente aparecem como parcialmente incompatíveis: o Estado, o mercado e a comunidade. Esta é a lógica subjacente das afirmações anteriores. A boa sociedade não procura eliminar esses segmentos, mas preservá-los adequadamente nutridos – e contidos.

Da mesma forma, já se destacou que a Terceira Via (*Neue Mitte, centrist approach, Novo Centro, pensamento comunitarista*) não vê o governo como o problema ou como a solução, mas como um parceiro da boa sociedade. Tampouco vê o mercado como uma fonte de tudo o que é bom ou mau, mas como um poderoso motor econômico que deve ter espaço suficiente para fazer seu trabalho enquanto também é adequadamente vigiado.

Diferentes sociedades da Terceira Via ainda lutam para encontrar o ponto adequado de equilíbrio. As sociedades continentais ainda têm um longo caminho a percorrer para reduzir o Estado e permitir que o mercado funcione adequadamente. Os Estados Unidos podem ter ultrapassado o ponto de equilíbrio por haver cedido ao mercado demasiado espaço. O Reino Unido pode estar se aproximando do ponto de equilíbrio. Entretanto, o terceiro parceiro da boa sociedade – a comunidade – não recebeu a devida parte da divisão social do trabalho em qualquer das sociedades da Terceira Via.

A visão de uma boa sociedade é um quadro sobre o qual projetamos nossas aspirações, não uma lista completa de tudo que merece nossa dedicação. E a visão é frequentemente reformulada à medida que muda o mundo à nossa volta e nós próprios mudamos. Além disso, indica diferentes etapas percorridas por diferentes sociedades, dependendo de seu lugar na Terceira Via. No entanto, a visão última é uma e a mesma.

A boa sociedade é um ideal. Pode ser que nunca cheguemos a alcançá-lo, mas



ele orienta nossos esforços, e medimos nosso progresso com referência a ele.

A Terceira Via

A Terceira Via é um caminho que nos guia à boa sociedade. No entanto, deve-se reconhecer desde o início que a Terceira Via tem limites difusos e não está totalmente esculpida. A revista britânica *The Economist* escreveu sobre a Terceira Via que “tentar definir um significado exato é como lutar com um boneco inflável. Se você agarrar um membro, todo o ar quente vai para outro”.³ O professor Steven Teles, da Brandeis University, chamou a Terceira Via de “uma obra-prima de ambiguidade”.⁴ Todavia, esta é uma das principais virtudes desta abordagem: ela aponta a direção a seguir, mas não é nem doutrinária nem um sistema ideológico rígido.

A Terceira Via não é americana, britânica ou propriedade de qualquer nação, região ou cultura. Entre suas numerosas raízes estão o Antigo e o Novo Testamento; os ensinamentos dos gregos antigos; as concepções asiáticas, muçulmanas e judaicas de harmonia e responsabilidade pelos outros, e não apenas por si; o pensamento fabiano; o pensamento social católico; e outras mais.⁵

A Terceira Via tem sido frequentemente retratada em termos negativos, destacando o que não é. É correto caracterizá-la como um caminho que não é nem a estrada pavimentada pelo socialismo estatista nem sustentada pelo neoliberalismo de livre mercado. Não se inclina nem para a direita nem para a esquerda. (Nos Estados Unidos – onde não há uma tradição socialista significativa – a Terceira Via se situa entre a concepção do grande Estado do *New Deal*, que administra programas sociais de larga escala e regulamenta fortemente a economia, e a visão libertária ou de *laissez-faire* de um mercado sem restrições.)⁶

Aqui se busca dotá-la de uma caracterização positiva e normativa como filosofia pública, que fornece princípios e aponta para implicações de políticas públicas. Acima de tudo, sugerimos mudanças que as pessoas terão de introduzir em suas próprias formas de conduta e suas instituições.

Existe uma única Terceira Via ou há múltiplas Terceiras Vias? Enquanto algumas sociedades dirigem mais na faixa da esquerda (França, Itália) e outras um pouco mais na direita (Estados Unidos), a estrada que todas elas percorrem é totalmente distinta da que foi traçada por abordagens totalitárias e libertárias [ultraliberais]. Além disso,

³ “Goldilocks Politics”, in **The Economist**, 19 dez. 1998.

⁴ TALES, Steven. “An apologia of the Third Way”. Comunicação apresentada em recente reunião da **American Political Science Association**.

⁵ Elizabeth Frazer, docente de ciência política na Oxford University, escreveu que “o comunitarismo de Tony Blair foi influenciado pela filosofia de John MacMurray”. FRAZER, E. **The problems of communitarian politics**. London: Oxford University Press, 1999, p. 25.

⁶ Sobre esse ponto ver: “The slippery centre”. CHAILT, J. **The New Republic**, 16 nov. 1998, p. 19.



mesmo que as várias sociedades da Terceira Via difiram em sua síntese específica dos modos de funcionamento do Estado e do mercado, elas estão se aproximando umas das outras.

Muito tem sido escrito sobre a necessidade de encontrar um caminho que permita às economias europeias competirem globalmente sem se tornarem americanizadas; a aumentarem a flexibilidade econômica e a produtividade sem colocar tudo a serviço da cobiça; a desenvolverem um novo modelo social europeu. Muito do que segue aborda estas questões, concentrando-se em duas questões-chave: o papel da comunidade na Terceira Via e a necessidade de estabelecer limites claros sobre até que ponto devemos nos inclinar na direção norte-americana.



2 OS PAPEIS DA COMUNIDADE

O parceiro negligenciado: as comunidades

As comunidades são os principais entes sociais que alimentam as relações baseadas em fins (Eu-Tu), enquanto o mercado é o reino das relações baseadas em meios (Eu-Isso). A relação Estado-cidadão também tende a ser instrumental. Ainda que algumas pessoas se vinculem ao trabalho, e outras estabeleçam intercâmbios em comunidades, em geral, sem comunidades o déficit nas relações baseadas em fins certamente será pronunciado. Como John Gray destacou, “o florescimento dos indivíduos pressupõe fortes e profundas formas de vida comum”.⁷ Em suma, as comunidades são um componente fundamental das boas sociedades.

Com frequência, é dito que o conceito de comunidade é vago e elusivo. Esta acusação também é feita contra outros conceitos amplamente utilizados, como classe, elites e até racionalidade. As comunidades, no meu entender, baseiam-se em dois fundamentos, os quais reforçam as relações Eu-Tu. Primeiro, as comunidades fornecem laços afetivos que transformam grupos de pessoas em entidades sociais que se assemelham a famílias extensas. Segundo, elas transmitem uma cultura moral compartilhada (um conjunto de significados e valores sociais compartilhados, que caracterizam o que a comunidade considera comportamento virtuoso *versus* comportamento inaceitável) de geração a geração, bem como reformulam essa estrutura moral dia após dia. Essas características definem e diferenciam as comunidades de outros grupos sociais.

Embora no passado, e até certo ponto hoje, as comunidades fossem em grande parte residenciais (a filiação era geograficamente definida, como nas aldeias), atualmente, muitas vezes, não é o caso. As comunidades contemporâneas se desenvolvem entre membros de uma profissão que trabalham para a mesma instituição (por exemplo, os médicos de um hospital ou o corpo docente de uma faculdade); entre membros de um grupo étnico ou racial, mesmo que dispersos entre outros (uma comunidade judaica ou de imigrantes de Bangladesh no leste de Londres); entre pessoas que compartilham uma orientação sexual; ou intelectuais da mesma linha política ou cultural. Algumas comunidades são bastante grandes e, em parte, imaginadas. Por exemplo, muitos homossexuais visitam outra parte do país e conhecem socialmente algumas pessoas que lá moram e se sentem próximos a outros que encontram pela primeira vez.

Grupos que meramente compartilham um interesse específico – impedir que a internet seja tributada ou baratear os custos de postagem – não passam de grupos de interesse ou *lobbies*. Eles carecem de laços afetivos e cultura compartilhada, o

⁷ GRAY, J. **After social democracy**: politics, capitalism and the common life. London: Demos, 1996, p. 16.



que torna as comunidades lugares que realmente envolvem pessoas, em vez de se concentrarem em um aspecto restrito de suas vidas.

Os críticos têm assinalado corretamente que as comunidades não são necessariamente lugares de amor fraterno entre irmãos e irmãs; podem ser opressivas, intolerantes, desagradáveis. Isso é amplamente verídico para comunidades de épocas passadas. Em sociedades democráticas, as pessoas frequentemente escolhem as comunidades às quais querem se unir e participar, tornando as comunidades, em geral, menos opressivas. Ainda que as comunidades contemporâneas estejam longe de serem perfeitas, o mesmo vale, obviamente, para o Estado e o mercado. Devemos deixar de comparar entes sociais realmente existentes com utopias visionárias e perguntar, em vez disso, como elas podem ser melhoradas. E devemos reconhecer que cada um dos três parceiros é melhor (não necessariamente bom) que os outros em determinadas tarefas. As comunidades têm sido frequentemente negligenciadas como um fator social muito importante, mesmo pelos defensores da Terceira Via, mais preocupadas com o adequado equilíbrio entre o Estado e o mercado.⁸ Em uma sociedade bem equilibrada, os três se complementam e se limitam.

A vantagem relativa das comunidades

A capacidade especial das comunidades para nos impulsionar em direção à boa sociedade fica manifesta pela constatação de que as pessoas que vivem em comunidades vivem vidas mais longas, mais saudáveis e com mais contentamento do que as pessoas privadas de tal filiação. É provável que tenham significativamente menos doenças psicossomáticas e problemas de saúde mental do que aquelas que vivem isoladas. E, com os anseios de socialidade bem saciados, os membros da comunidade são muito menos propensos a participar de gangues violentas, cultos religiosos ou milícias.

O fato de que o isolamento social é perigoso para a saúde mental foi destacado em 1955, durante a primeira missão para estabelecer uma base norte-americana na Antártida, onde o isolamento provocou psicose paranoica.⁹ Desde então, numerosos estudos mostraram que o isolamento aumenta significativamente vários riscos para a

⁸ Prestar plena atenção à importância das comunidades é a maior deficiência da Terceira Via, que, por outro lado, rememora elementos do novo pensamento comunitário. Sobre o comunitarismo, veja-se: ETZIONI, A. **The spirit of community**. New York: Simon and Schuster, 1993; ETZIONI, A. **The new golden rule**. New York: Basic Books, 1996; TAM, H. **Communitarianism**. New York: University Press, 1998; GRAY, J. GRAY, J. *After social democracy: politics, capitalism and the common life*. London: Demos, 1996; GIDDENS, A. **The third way**. Cambridge: Polity Press, 1998; SELZNICK, P. **The moral commonwealth**. Berkeley: University of California Press, 1992; The Communitarian Network Web Site: <<http://www.gwu.edu/~ccps>>.

⁹ STUSTER, J. **Bold endeavours: lessons from polar and space exploration**. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 1996.



saúde psíquica.¹⁰ Em seu estudo clássico sobre os nova-iorquinos que vivem solitários em apartamentos de arranha-céus, *Mental Health in the Metropolis*, Leo Srole e seus colegas constataram que 60% dos residentes apresentavam condições psiquiátricas subclínicas e 20% foram considerados psicologicamente comprometidos.¹¹ Numerosos estudos demonstraram que, depois do *stress* laboral, o fator social mais importante para a saúde mental são as relações conjugais, familiares e de amizade.¹²

Um estudo publicado no periódico médico *The Lancet* demonstrou que pessoas idosas que moram sozinhas, não têm amigos ou têm um relacionamento ruim com seus filhos têm 60% mais chances de desenvolver demência senil do que aquelas cujos contatos sociais são mais satisfatórios. Quanto mais socialmente isolados, maior a probabilidade de os idosos desenvolverem essa condição cerebral.¹³

As comunidades, segundo os dados, podem desempenhar um papel fundamental na prestação de cuidados preventivos ou em situações graves, reduzindo a necessidade de serviços sociais financiados com recursos públicos tão diversos quanto a assistência infantil, o aconselhamento do luto, o tratamento profissional de abuso de drogas e álcool, bem como ajudar na redução da delinquência juvenil.

A evidência mais forte em favor desses argumentos é encontrada em comunidades religiosas que se ajustam à minha definição de compartilhamento de vínculos afetivos e cultura moral. Praticamente todos os tipos de comportamento antissocial são relativamente baixos entre as comunidades mórmons em Utah, comunidades judaicas ortodoxas em Nova York e grupos muçulmanos negros. Eles também são mais baixos, em média, nas aldeias e pequenas cidades norte-americanas em comparação com as grandes cidades, nas quais as comunidades costumam ser mais fracas.

Há inúmeros estudos semelhantes aos aqui resumidos que destacam o importante papel das comunidades. Patrulhas de voluntários, chamadas de *Orange Hats*, perseguiram traficantes de drogas de seu bairro, em Washington DC. No processo, os membros da comunidade também se aproximaram mais uns dos outros.

¹⁰ Veja-se, por exemplo: ALTMAN, I. "An ecological approach to the functioning of socially isolated groups", in: **Man in isolation and confinement**. Chicago: Publishing Co, 1973, p. 241-70. BARABAZ, AF. "Antarctic isolation and imaginative involvement: preliminary findings". **International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis**, n. 32, p. 296-300, 1984. JOHNSON, R. **Culture and crisis in confinement**. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1976. HARRISON, A. *et al.* **From Antarctica to outer space: life in isolation and confinement**. New York: Springer-Verlag, 1991.

¹¹ SROLE, L. *et al.* **Mental health in the metropolis: the midtown Manhattan study**. New York: McGraw-Hill, 1962.

¹² WALZ, M. **Social isolation and social mediators of the stress of illness**. Hamburg, Germany: Verlag, 1994, p. 56-57.

¹³ PUTNAM, R. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon and Schuster, 2000, p. 328; BERKMAN, L; GLASS, T. "Social integration, social networks, social support, and health", in: BERKMAN, L; KAWACHI, I. (eds.) **Social epidemiology**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 137-174.



Em 1988, Wellsburg, no Oeste da Virgínia, tinha uma incidência particularmente alta de doenças cardíacas – 29% acima da média nacional. Já em 1996, o perfil de saúde cardiovascular da comunidade estava entre os melhores do Estado, de acordo com um estudo conduzido por Mary Lou Hurley e Lisa Schiff.¹⁴ A melhoria refletia ações comunitárias como passeios, jantares saudáveis, numerosas aulas de aeróbica e sobre formas de reduzir o colesterol, a pressão arterial e o *stress*. Uma pesquisa com 182 membros da comunidade comprovou a manutenção da perda de peso e, na maior parte, da redução do colesterol e da pressão arterial.¹⁵ De acordo com os pesquisadores, “a pontuação média de bem-estar ... superou em 12% o patamar de 1988 e em 42 por cento a pontuação média de aptidão em saúde”.¹⁶

No condado de Tillamook, Oregon, diversos grupos comunitários, incluindo religiosos e liberais, decidiram colaborar no problema da gravidez na adolescência, levando a uma redução de 24 gestações por 1.000 meninas de dez a dezessete anos, em 1990, para 7 por 1.000, em 1994.¹⁷

Esses são apenas alguns achados ilustrativos. Além de reduzir significativamente os gastos públicos, provisões comunitárias como essas são frequentemente mais adaptadas aos indivíduos do que os programas públicos e podem ser muito menos alienantes do que as ações do governo.

Ergo, o próximo

Por todas essas razões, cultivar comunidades onde já existem e ajudar a formá-las onde foram perdidas é essencial para a provisão futura de grande parte dos bens sociais; deveria ser uma grande prioridade para o futuro desenvolvimento da Terceira Via.

Na próxima década, dever-se-ia confiar progressivamente às comunidades uma parcela maior de nossas missões sociais, porque – para reiterar – elas podem satisfazê-las a custos públicos mais baixos e com maior humanidade do que o Estado ou o mercado. As comunidades podem muito bem ser a mais importante nova fonte de serviços sociais no futuro previsível, uma vez que a capacidade de aumentar os impostos para pagar pelos serviços sociais está quase esgotada, e o custo total dos serviços sociais continuará a subir a taxas superiores à inflação.¹⁸

¹⁴ HURLEY, M; SCHIFF, L. “This town made wellness a way of life”. **Business and Health**, v. 14, n. 12, p. 39-43, 1996. Disponível em: <http://proquest.umi.com/>. Acesso em: 31 mar. 2000.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ LUKE, J.; NEVILLE, K. “Curbing teen pregnancy: a divided community acts together”. **The Responsive Community**, v. 8, n. 3, p. 62-72, 1998.

¹⁸ A razão é que os serviços sociais são intensivos em mão-de-obra, e os custos trabalhistas aumentam mais rapidamente do que os custos de capital, porque os fluxos de trabalhadores não têm a ver



Buscar depender mais das comunidades não é uma tentativa de substituir o Estado de bem-estar social. Pelo contrário, ao reduzir a carga sobre o Estado de bem-estar social, as comunidades ajudam a preservá-lo.

As políticas e procedimentos públicos existentes devem ser revisados regularmente para garantir que a renovação e a manutenção das comunidades não sejam inadvertidamente prejudicadas (por exemplo, apropriando-se de seus papéis naturais) e para assegurar que propiciem o desenvolvimento da comunidade em nível local, regional e social.

Para estimular as comunidades, o chefe de governo pode pedir a todos os ministros relatórios anuais sobre como envolver mais as comunidades em seus trabalhos; as “auditorias” da comunidade podem indicar onde há espaço para um maior envolvimento da comunidade; e deveriam ser publicadas regularmente as estatísticas sobre o progresso na direção necessária. Em todo caso, a experiência mostra que tais medidas são muito mais eficazes se assumidas, simbolicamente e na prática, por instituições de alto nível. Deve-se pensar seriamente na criação de uma divisão especial dentro de um ministério adequado (por exemplo, o Ministério do Interior ou o Departamento de Meio Ambiente, Transporte e Regiões) ou, melhor ainda, um novo ministério dedicado ao desenvolvimento comunitário. Embora seja provável que os críticos se queixem do centralismo, a formação de algum tipo de força-tarefa permanente para o desenvolvimento da comunidade em um departamento do governo reforçaria essa importante missão.

Muito tem sido feito nos últimos anos sobre as novas maneiras pelas quais o Estado pode se projetar. Tem sido dito que deve ser um “facilitador e um catalisador”, ao invés de dirigir e financiar programas sociais. Diz-se que esse estilo pós-moderno de administração é horizontal e não hierárquico, baseado em redes, e não diretivo; que os objetivos públicos podem ser atendidos indiretamente através do mercado. Boa parte disso é verdadeiro e não é preciso repeti-lo aqui. Um pouco disso também é exagero. O estilo de gestão mais adequado para o trabalho social não é o mesmo que o da construção de um navio, por exemplo. Acima de tudo, os estilos de gerenciamento da Terceira Via devem ser desenhados não apenas para levar em conta várias combinações do Estado e do mercado, mas também para envolver as comunidades.

com a fluidez e a globalização dos fluxos do capital. Ergo, os trabalhadores de determinados países têm uma capacidade um pouco maior do que os de outros países de obter ou manter salários e benefícios mais elevados do que os bancos e outras instituições financeiras de cobrar maiores juros. Por exemplo, as diferenças de rendimento que os bancos britânicos e continentais pagam são minúsculas quando comparadas com as diferenças de salários e benefícios. Dado que as taxas gerais de inflação refletem os custos de mão-de-obra e de capital, e que um componente - capital - é menor que a média, é uma certeza matemática que o outro - trabalho - será maior.

Mutualismo e associações voluntárias

Uma boa sociedade depende ainda mais do mutualismo do que do voluntariado. Mutualismo é uma forma de relacionamento comunitário em que as pessoas ajudam umas às outras em vez de simplesmente ajudar os necessitados.¹⁹ O esquema de Vigilância da Vizinhança e o patrulhamento do crime por voluntários da comunidade, como em Balsall Heath, Birmingham, onde o crime foi reduzido pelo patrulhamento regular das ruas por equipes de seis cidadãos,²⁰ são exemplos de mutualismo. O mesmo se aplica às cooperativas de consumidores e produtores, como grupos de compras de alimentos locais, e associações de poupança, como as cooperativas de crédito.²¹ Promover associações de gestão de inquilinos em moradias sociais, em vez de depender principalmente do governo ou da gestão lucrativa, é outro exemplo.

Associações baseadas na mutualidade sempre existiram e têm aumentado nos últimos anos. Ainda assim, elas precisam ser expandidas, encorajadas e mobilizadas com os recursos necessários para assumir mais os encargos sociais nos próximos anos.

A mutualidade é comum e naturalmente praticada entre familiares, amigos, vizinhos, colegas e membros de associações voluntárias. Pode ser um recurso importante para o cuidado de crianças (como nas cooperativas de pais, em que os pais fornecem semanalmente algumas horas de serviço, o que reduz os gastos públicos e proporciona responsabilização natural da equipe); cuidado aos doentes (por exemplo, quando as pessoas são dispensadas “cedo” dos hospitais para serem assistidas por parentes e outros membros da comunidade); apoio de luto; e muito mais.

Grupos de ajuda mútua (estranhamente chamados de grupos de autoajuda) podem desempenhar um papel importante no enfrentamento de câncer, doenças contagiosas, alcoolismo, obesidade e afins (provavelmente o mais conhecido é o altamente bem-sucedido Alcoólicos Anônimos).²² Eles são um recurso bastante subutilizado. No novo século, os serviços públicos, especialmente o *National Health Service* e as agências de assistência social, deveriam incrementar bastante os esforços, destacando o valor de tais grupos, bem como ajudar a prepará-los e fornecer-lhes recursos. Deve-se, no entanto, assegurar que o papel desempenhado no início e na condução desses grupos não minará o fluxo natural desses grupos nem impedirá seu desenvolvimento.

¹⁹ Sobre esse conceito ver: LEADBEATER, C.; CHRISTIE, I. **To our mutual advantage**. London: Demos, 1999. Também LEADBEATER, C. **Civic spirit: the big idea for a new political era**. London: Demos, 1997. Ver ainda: ETZIONI, A. **The spirit of community**. London: Fontana Press, 1995.

²⁰ Referido em LEADBEATER, C., 1997, *ibid*.

²¹ Ver LEADBEATER, C.; MARTIN, S. **The employee mutual**. London: Demos, 1998.

²² WUTHNOW, R. **Sharing the journey: support groups and America's new quest for community**. New York: Free Press, 1994, p. 71.



A mutualidade é prejudicada quando é tratada como um intercâmbio econômico de serviços. (O enfraquecimento ocorre, por exemplo, quando os governos pagam amigos para serem amigos, como alguns países fazem para garantir que alguém visite e auxilie informalmente os que saem dos hospitais.) A mutualidade é baseada em um compromisso moral não limitado de antemão. Em relacionamentos mútuos, as pessoas não contabilizam o que deram aos outros, mas têm uma expectativa generalizada de que os outros retribuirão quando surgir uma necessidade. Políticas e convênios públicos que tentam organizar a mutualidade como se fosse uma troca tendem a minar essa base moral. Exemplos de tais políticas são “bancos de tempo”, em que as horas gastas com o cuidado de crianças, por exemplo, são registradas e a mesma quantidade de horas em serviços voluntários é esperada em troca ou estabelecendo programas como trocas de roupas usadas, em que a quantidade de roupas que alguém contribui determina o valor que recebe em troca. São preferíveis “arranjos” mais flexíveis e informais - do tipo que prevalece entre pessoas que “trocam” presentes. Ao mesmo tempo, postar em um site ou outro local público as contribuições de tempo que membros de uma comunidade fizeram, como se faz para doações financeiras, pode ajudar a promover essas contribuições.

Favorecer a mutualidade não é postergar o voluntariado. De fato, ele deveria ser mais encorajado. Um bom começo nessa direção são as políticas do chanceler Gordon Brown que incentivam o espírito de voluntariado e patriotismo cívico. Suas medidas incluem pôr em contato pessoas que querem oferecer seu tempo e dinheiro por meio de trabalho voluntário com organizações beneficentes e de voluntariado que buscam voluntários, mediante um *website* específico.

O plano do sr. Brown também induz a novos incentivos para encorajar doações pagas. Eliminando o limite mínimo de £ 250 para que as doações contem com benefícios fiscais, as pessoas poderão dar o quanto quiserem. E serão incentivadas também as doações de ações [*shares*].

A importância do voluntariado para a construção da comunidade, o espírito cívico e o governo democrático foi estabelecida muitas vezes e não requer repetição. Deve-se notar, no entanto, que várias sociedades da Terceira Via, especialmente na Europa continental, ainda têm um longo caminho a percorrer antes que o voluntariado seja adequadamente desenvolvido e possa assumir sua cota dos encargos sociais que deveria corresponder-lhe.

O voluntariado é melhor realizado, sempre que possível, no modo de aprendizagem em serviço [*service learning*]. O aprendizado em serviço é uma forma de voluntariado em que aqueles que desempenham o serviço não concebem que estão agindo de forma puramente altruísta, mas reconhecem que eles mesmos se beneficiam educacional e socialmente de sua experiência. Isso é especialmente compatível com o ideal de tratar as pessoas como fins em si mesmas, embora todas as formas de voluntariado sejam preferíveis a relações puramente instrumentais.



Muitas vezes surge a pergunta: quem será capaz de dedicar mais tempo para a mutualidade e o voluntariado, uma vez que cada vez mais mulheres, que costumavam ser a principal fonte de ambos, estão agora em empregos remunerados? Uma resposta pode muito bem ser os idosos. Eles são uma classe em rápido crescimento; vivem vidas mais longas e saudáveis do que seus predecessores; consomem uma crescente proporção dos recursos da sociedade; e se beneficiariam enormemente ao envolver-se em papéis com função social. Sem a sua contribuição, as sociedades podem não ser capazes de atender uma larga e crescente parcela do seus encargos sociais.

Enquanto cada membro de toda comunidade deva ser exigido e esperado para fazer contribuições para o bem comum acima e além de sua própria comunidade (por exemplo, pagando impostos devidos na íntegra), eles devem ser permitidos, de fato, encorajados, a fornecer 'extras' para sua própria comunidade. Portanto, é crucial que as comunidades sejam livres para cobrar alguma forma de taxa, imposto ou taxa acima daquelas cobradas pelo Estado. Os pais devem ser acolhidos quando contribuem com serviços, dinheiro e bens para as escolas de seus filhos, em vez de serem esperados para colocar seus recursos em um pote anônimo do qual todas as escolas podem desenhar. Do ponto de vista ético, é heróico demais esperar que as pessoas estejam dispostas a fazer por todos tanto quanto estão dispostas a fazer por suas próprias comunidades. E limitar as contribuições para fundos universais é incompatível com uma sociedade que considera as comunidades como entidades sociais essenciais e constitutivas.

Ao mesmo tempo, as comunidades devem ser encorajadas a se preocuparem com o destino de outras comunidades; por exemplo, deve-se esperar que as comunidades em melhor situação ajudem os menos dotados. Na medida em que auxiliam suas comunidades irmãs, os afluentes podem ser festejados e receber benefícios fiscais. As taxas especiais poderiam ser dedicadas a projetos específicos, tornando-as mais prontamente aceitas do que os impostos gerais.

Muito mais realistas e valiosos são os programas regionais, em que as comunidades se ajudam mutuamente com arranjos que podem variar de um sistema de trânsito rápido à coordenação dos esforços policiais, da construção de rodovias e pontes até o compartilhamento de um aeroporto. Esses acordos de compartilhamento são muitas vezes considerados como melhoria da eficiência (na verdade, muitos não seriam possíveis sem a colaboração regional). No entanto, muitas vezes - embora não sempre - eles servem para a realocação indireta de recursos, pois as comunidades mais ricas obtêm uma parcela maior dos custos do que outras, e as menos dotadas colhem uma parcela desproporcional dos benefícios gerados.



Políticas públicas em favor das comunidades

A renovação da comunidade pode ser reforçada oportunizando o intercâmbio social (por exemplo, abrindo escolas para reuniões comunitárias, promovendo festivais de rua de vizinhança). Pode-se atribuir a organizadores provisórios a iniciação da formação de grupos em uma área. E a renovação da comunidade se beneficia da melhoria das condições físicas, da segurança e da acessibilidade dos espaços públicos. (Para um exemplo convincente, veja a discussão das escolas como centros comunitários, por Tom Bentley e por Ben Jupp).²³

A renovação também é promovida ao se convidar grupos de pessoas que compartilham o uso de uma propriedade, área ou serviço público para participar da tomada de decisões sobre seu uso. Por exemplo, os horários em que um parque está aberto, quem pode usá-lo (crianças e cães?) e com que finalidade (reunião pública ou comunhão com a natureza?). Deve-se dar mais apoio a grupos de cidadãos como aqueles que fixam horários de abertura e regras de uso de parques no Phoenix Community Park, próximo à Charing Cross Road, no centro de Londres.²⁴ Convidar esses grupos a assumir alguma responsabilidade na manutenção de instalações compartilhadas pode aumentar ainda mais os laços entre os membros. Grandes benefícios podem ser alcançados envolvendo as pessoas em cooperativas de compras, associações mutualistas de poupança e empréstimos e outras formas de organização econômica, que paralelamente irão reforçar os laços comunitários.

Para que as comunidades prosperem, as políticas públicas devem levar em conta que, muitas vezes, os limites geográficos das comunidades não estão de acordo com os administrativos. Esses limites devem ser adaptados em função das comunidades, em vez de tentar fazer com que as comunidades se ajustem a uma geografia administrativa predefinida.

Além disso, as políticas públicas precisam ser adaptadas a unidades sociais menores do que as que geralmente são abrangidas por um distrito administrativo, porque as comunidades são geralmente menores. Isso se aplica a políticas [inglesas] como o *New Deal for Communities*, voltado a bairros menores, de 2.000 a 5.000 pessoas, e a *National Strategy for Neighborhood Renewal*. A reorganização dos principais programas de política social em torno de unidades menores de vizinhança é uma prioridade constante. O aumento do retorno leva mais cidadãos a participarem de seu próprio governo, tornarem-se mais engajados politicamente e a aumentarem a sua habilidade cívica e seus efeitos. Por exemplo, os responsáveis da vizinhanças encarregados de patrulhar áreas locais com instalações deterioradas, problemas

²³ BENTLEY, T. **Learning beyond the classrooms**: education for a changing world. London: Routledge, 1998. JUPP, B. **Living together**: community life on mixed-tenure estates. London: Demos, 1999.

²⁴ Veja-se a descrição em: WARPOLE, K.; GREENHALGH, L. London: Park Life, Comedia and Demos, 1996.

ambientais e conflitos sociais podem ser mais úteis se forem eleitos em vez de nomeados, e se suas prioridades forem estabelecidas com as comunidades afetadas ou pelo menos em diálogo com elas.

Os formuladores de políticas devem levar em conta que as comunidades não são necessariamente residenciais ou se formam com membros que vivem lado a lado. As comunidades podem se formar em torno de instituições (universidades, hospitais) ou profissões (estivadores, contabilistas). Muitas vezes elas têm base étnica e podem até se formar no ciberespaço (comunidades virtuais). Os melhores resultados são obtidos quando as comunidades que já compartilham laços sociais são reforçadas, proporcionando-lhes acesso a um espaço compartilhado *online*.

A prosperidade das comunidades muitas vezes depende de instituições locais, como escolas, tribunais, correios e áreas comerciais no centro da cidade. Sob determinadas condições, como quando uma área tiver sido amplamente despovoada, pode fazer sentido ceder a considerações de eficiência econômica e administrativa e consolidar ou “regionalizar” tais instituições ou permitir que o *shopping* central seja substituído por um macrocentro comercial. No entanto, a eficiência econômica e a administrativa nunca devem ser as únicas considerações relevantes. Em outras palavras, uma sociedade da Terceira Via dá muito peso aos custos sociais, que incluem os custos da perda do caráter comunitário resultantes do fechamento de suas instituições-chave. Somente quando as considerações de eficácia superam claramente o peso das considerações sociais é que se pode admitir que as instituições comunitárias-chave, os pilares da comunidade, possam ser fechadas.

Segurança comunitária

As políticas que buscam sustentar ou renovar comunidades devem levar em conta que estas se formam e se reforçam, principalmente em espaços públicos, e não na intimidade da casa ou do carro. Na medida em que esses espaços são inseguros ou reduzidos, as comunidades se ressentem. Por isso, as comunidades devem ter um zelo especial para manter públicos espaços esportivos, calçadas, passeios de pedestres, parques e praças. Para as comunidades não residenciais, isso implica em um esforço adicional para conseguir espaços de encontro, por exemplo, em escolas públicas ou bibliotecas; reservar espaços de parques públicos para piqueniques; e fornecer transporte de grupo, como vans que trazem cidadãos idosos ou deficientes para centros assistenciais.

A segurança pública e o bem-estar da comunidade se beneficiam da incorporação de um policiamento comunitário “denso”, que envolve muito mais do que ter policiais fazendo ronda. Isso supõe envolver a comunidade no estabelecimento de prioridades para a atuação policial e na supervisão de sua conduta. E implica o envolvimento da



polícia na resolução de conflitos e na proteção da qualidade de vida em geral.²⁵

Todo o futuro edifício, rua, bairro e planejamento urbano deveria proporcionar maior segurança pública e fortalecimento comunitário. Entre as inúmeras possibilidades estão calçadas mais largas, varandas que se confinam com passeios laterais, portões que bloqueiam o tráfego, mas não pedestres, e muito mais. (A experiência britânica de construção de modernos blocos de torres durante os anos 1970, que dizimou comunidades de muitos bairros da classe trabalhadora, é paralela a projetos semelhantes e calamitosos nos Estados Unidos.)

Atualmente, no Reino Unido, não há obrigação de informar aos residentes sobre a reincidência de agressores sexuais postos em liberdade em uma comunidade. Quando os pedófilos, que têm uma alta taxa de reincidência, são libertados da prisão e se mudam para um bairro, deveria ser obrigatório informar à comunidade. Ao mesmo tempo, as comunidades deveriam estar prevenidas contra o assédio destes infratores. (Embora essa postura possa parecer utópica, ela foi mais ou menos posta em prática no Estado norte-americano de Washington.)

Criminosos que pagaram suas dívidas à sociedade, cumpriram suas sentenças e levaram uma vida legítima sem novas prisões por dez anos deveriam recobrar totalmente seus direitos e ter seus registros arquivados. Tais registros seriam reabertos somente em caso de nova condenação. Desta forma, uma sociedade da Terceira Via pode fomentar o arrependimento, levando à reinserção completa de ex-criminosos no seio da comunidade.

Os programas de justiça restaurativa, especialmente para delitos não violentos cometidos pela primeira vez, vão na mesma linha. Tal esquema foi iniciado pela polícia de Thames Valley e deveria ser estendido a outras jurisdições. No Thames Valley, os infratores detidos pela primeira vez têm a opção de participar de uma conversa com a vítima do crime, que vem junto com a família ou amigos. A reunião é mediada por um agente. O objetivo é permitir que a vítima expresse sua dor e faça com que o ofensor compreenda as consequências de suas ações. O programa foi bem-sucedido: nos três anos iniciais da justiça restaurativa, a taxa de reincidência foi de 3%, enquanto no sistema tradicional era de 35%.²⁶

²⁵ Para uma discussão mais ampla ver: LEADBEATER, C. **The self-policing society**. London: Demos, 1996.

²⁶ "Punishment to fit the crime?" **Daily Telegraph**, 11/02/1998.



3 A CULTURA MORAL E SUAS INSTITUIÇÕES

O principal papel social das comunidades, destaca-se frequentemente, é o fomento dos laços interpessoais, e pouco se fala da sua capacidade de prover uma cultura moral. No entanto, ambos desempenham um papel central em alimentar relações Eu-Tu e na realização de importantes funções sociais. Enquanto o vínculo comunitário satisfaz uma profunda necessidade humana, *a cultura moral pode contribuir significativamente para aumentar a ordem social, reduzindo a necessidade de intervenção estatal no comportamento social*. Não se deve permitir que os argumentos legítimos sobre a ambiguidade das vozes morais das comunidades (o que será abordado em breve) sufoque as suas tremendas contribuições potenciais para as boas formas de ordem social.

Há claramente formas de comportamento que uma boa sociedade considera como anátemas e que devem ser refreadas (como danificar o ambiente, violência doméstica, negligência de crianças, venda de álcool e cigarros a menores). A cultura moral da comunidade ajuda a determinar tais comportamentos. Mais importante ainda, a capacidade da comunidade de gerar processos sutis e informais de regulação social, como aprovação e censura, é muito mais compatível com relações baseadas em fins do que confiar nos poderes coercitivos do Estado.

Abundantes estudos demonstraram que esses processos desempenham um papel importante na redução do abuso de drogas, evitando pequenos crimes, a violação do meio ambiente e muito mais.²⁷ Além de coibir o comportamento antissocial, a cultura moral das comunidades também pode promover boa conduta, como cuidar dos filhos e dos idosos, pagar impostos, ações de voluntariado e muitas outras condutas pró-sociais.²⁸

Embora não se deva exagerar o papel que as formas comunitárias de regulação social desempenham na redução de crimes graves, o notável êxito das já implementadas mostra, por um lado, a validade de mobilizar as comunidades em prol da ordem social e, por outro, a possibilidade de obter tal redução em uma medida não alcançada até agora. Uma das principais virtudes de se basear na regulamentação informal das comunidades para promover o comportamento pró-social é que há pouco ou nenhum gasto público, e tais processos são muito mais sensíveis a diferenças individuais sutis do que os programas oficiais.²⁹

²⁷ LUKE, J.; NEVILLE, K. Curbing teen pregnancy: a divided community acts together. **The Responsive Community**, v. 8, n. 3, p. 66-72, 1998.

²⁸ Ver, por exemplo: SAMPSON, R. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, n. 277, p. 918-924, 1997.

²⁹ Para discussões de fundo ver: JUPP, B. **Living together**: community life on mixed-tenure estates. London: Demos, 1999. GRAY, J. **After social democracy**: politics, capitalism and the common



Os governos da Terceira Via agem melhor quando resistem à pressão de legislar sobre o bom comportamento. Quando há uma necessidade válida de modificar comportamentos, o Estado deve perceber que depender de processos informais baseados na comunidade é preferível a confiar na lei.³⁰

Os governos da Terceira Via devem dar-se conta que a legislação frequentemente entorpece a consciência moral. Quando a legislação é introduzida em âmbitos onde existe uma cultura moral, o resultado costuma ser a diminuição das vozes morais da comunidade. Por exemplo, se o governo exigir que os alcoólicos participem das reuniões do AA, essas reuniões se tornam muito menos eficazes do que aquelas em que os assistentes participam devido a sua própria disposição interna e ao incentivo das pessoas próximas.

Aprendemos também com as tentativas de acabar com o divórcio, o aborto e o consumo de álcool mediante proibições legais que tais políticas tendem a sair pela culatra e devem ser evitadas, independentemente de se opor ou não a esses comportamentos. Deve-se ter fé na fé; o caminho mais curto para a conduta pró-social, seja qual for a nossa opinião, implica em convencer as pessoas dos méritos das reivindicações morais nas quais nos apoiamos. As normas legais se desenvolvem melhor quando seguem os entendimentos morais compartilhados do que quando tentam liderá-los. A lei seca [*Prohibition*] americana é um exemplo ilustrativo do que acontece quando esse ponto é ignorado.

Isso não significa sugerir que não há espaço para legislação relacionada a questões morais e sociais. No entanto, é muito mais viável que processos sociais informais sustentem o comportamento pró-social do que a polícia, os tribunais e os fiscais. E as leis que complementam e ajudam a sustentar as culturas morais são mais eficazes e humanas do que aquelas que tentam assumir a liderança.

A diferença entre as leis “nuas” (não precedidas ou apoiadas por compromissos morais) e leis “bem vestidas” tem implicações importantes para líderes e políticos. Os líderes têm dois papéis bastante distintos. O primeiro, geralmente destacado, é propor legislação e construir apoio para ela entre os legisladores. O outro papel, bem diferente e menos compreendido, é construir e mudar a cultura moral. Eles combinarão melhor esses atributos utilizando persuasão moral do que invocando a legislatura. Esses líderes podem levar sua sociedade muito mais longe pela Terceira Via.

life. London: Demos, 1996. HARGREAVES, I.; CHRISTIE, I. **Tomorrow's politics**. London: Demos, 1998. LEADBEATER, C.; CHRISTIE, I. **To our mutual advantage**. London: Demos, 1999. KRUGER, D. **Access denied?** London: Demos, 1998. MULGAN, G. *et al.* **The British spring**. London: Demos, 1997.

³⁰ Na medida em que o governo Blair é cada vez mais visto como um “estado babá”, que irrita o público e tenta estabelecer códigos morais a partir de cima, é pertinente uma clarificação da posição do governo sobre essa questão.

Limitar o poder das comunidades

Embora as culturas morais das comunidades sejam uma fonte básica para a construção da boa sociedade, a moralidade da comunidade precisa ela própria ser examinada pelos membros e por observadores externos. Um modo é avaliar até que ponto a cultura moral da comunidade sustenta-se em valores sociais compartilhados, consagrados nas leis básicas ou na Constituição do Estado. As comunidades devem ser contidas e equilibradas, assim como todos os outros elementos que contribuem para uma boa sociedade.³¹

Mesmo discordando sobre detalhes, em princípio, a determinação plena sobre o que é certo ou errado não pode estar inteiramente confiada a uma comunidade. Por exemplo, deve-se permitir que comunidades de imigrantes organizem casamentos em que haja grande diferença de idade entre o casal e o consentimento seja duvidoso? A mutilação feminina ou o trabalho infantil devem ser tolerados? Estas são questões sobre as quais as comunidades não devem ter a palavra final, pois elas dizem respeito a direitos humanos básicos.

Em épocas passadas e mesmo em algumas sociedades livres contemporâneas, as comunidades têm oprimido indivíduos e minorias. É papel do Estado proteger os direitos de todos os membros em todas as comunidades, assim como os das pessoas que, sem pertencer a elas, se encontram em seu âmbito. Assim, a nenhuma comunidade está permitido violar o direito à liberdade de expressão, de reunião, etc., de quaisquer pessoas - sejam membros, visitantes, transeuntes ou outros. Qualquer noção de que as comunidades podem ser invocadas como árbitro único ou final da moralidade se desfaz com a simples observação de que uma comunidade pode chegar a 100% de consenso quanto à discriminação de pessoas em função da raça. Essa visão de comunidades ao mesmo tempo contidas e prósperas não é inverossímil. Numerosas comunidades existem dentro de sociedades democráticas que cumprem as Constituições ou as leis básicas. As regras que circunscrevem as comunidades podem ser estendidas ou reduzidas à medida que as Constituições são modificadas, mas o princípio básico é o mesmo: *comunidades sem contenções não são melhores que mercados ou Estados sem contenções*. A sociedade da Terceira Via alcança seu equilíbrio mediante contenção mútua de seus elementos centrais; e a comunidade, logicamente, não está isenta. No entanto, o fato de que as comunidades podem fugir do controle não deve ser usado como argumento contra as comunidades em si. Como a medicina, o alimento e a bebida, se tomadas em boa proporção, as comunidades são elementos essenciais da boa vida; se tomadas em excesso, eles podem destruí-la.

³¹ Os valores consagrados nas leis do Estado, por sua vez, podem ser avaliados com base em leis ainda mais abrangentes, como as da União Europeia ou da ONU. Para uma discussão mais ampla ver: ETZIONI, A. **The golden rule**. New York: Basic Books, 1996.



Direitos e responsabilidades

Algumas pessoas defendem os direitos individuais e humanos e as liberdades civis como um princípio ilimitado, sendo as exceções toleradas apenas sob condições muito especiais; outros exigem que as pessoas cumpram seus deveres (sejam de origem estatal ou religiosa), com pouca preocupação com seus direitos. No núcleo da Terceira Via deve estar o reconhecimento de que a boa sociedade combina o respeito pelos direitos individuais e a satisfação das necessidades humanas básicas com a expectativa de que os membros cumpram suas responsabilidades para com eles mesmos, suas famílias e amigos e com a comunidade em geral.

Um dos maiores êxitos da abordagem comunitarista tem sido a de frear a linguagem dos direitos que tem transformado cada desejo e interesse em um título legal, fomentando desnecessariamente a litigiosidade.³² Embora isso seja um mal-estar americano endêmico, no Reino Unido os pedidos de indenização aumentaram exponencialmente nos últimos dez anos. Nos Estados Unidos, a “retórica dos direitos”, que fortalece a desatenção acerca da responsabilidade social, foi dominante nos anos 1980, dias de individualismo desenfreado. Hoje, ela foi largamente substituída pelo amplo reconhecimento de que devem ser respeitados tanto os direitos individuais quanto as responsabilidades sociais.³³

O que exatamente significa “direitos e responsabilidades”?

Os direitos individuais básicos são inalienáveis, assim como as obrigações sociais de uma pessoa não podem ser negadas. No entanto, é um grave erro moral argumentar que “não há direitos sem responsabilidades” ou vice-versa.³⁴ Assim, uma pessoa que evade impostos, negligencia seus filhos ou não cumpre suas responsabilidades sociais de outra forma ainda tem direito a um julgamento justo, à livre expressão e a outros direitos básicos. O número de direitos básicos a que fazemos jus pode ser debatido, mas não podem ser condicionais os direitos considerados legítimos. Assim, devem ser modificadas políticas que negam o direito de votar aos criminosos enquanto estão na prisão (como acontece no Reino Unido e nos Estados Unidos), inclusive mesmo depois de terem cumprido a condenação (como é o caso em muitos

³² À medida que o Reino Unido está mais perto de contar com uma Constituição escrita ou adotar códigos da União Europeia, a patologia norte-americana da litigiosidade pode tornar-se mais comum nessas áreas. Ao mesmo tempo, não é de modo algum óbvio que as constituições escritas sejam superiores às leis básicas, ao *common law* e às fortes tradições democráticas.

³³ GIDDENS, A. **The third way**. Cambridge: Polity Press, 1998. ETZIONI, A. **The spirit of community**. London: Fontana, 1995.

³⁴ Embora eu geralmente concorde com Anthony Giddens, diferimos nesse ponto. Ele escreve: “O governo tem todo um conjunto de responsabilidades para com os seus cidadãos e os demais, incluindo a proteção dos vulneráveis. A democracia de estilo antigo, no entanto, estava inclinada a tratar os direitos como reivindicações incondicionais. Com a expansão do individualismo deve-se ampliar as obrigações individuais.... Como um princípio ético, o “não há direitos sem responsabilidades” deve aplicar-se não só aos beneficiários do estado de bem-estar, mas a todos”. (GIDDENS, A. **The third way**. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 65-66.)



estados nos EUA). Seguindo o mesmo princípio, a ninguém deve ser negado o atendimento às necessidades básicas da vida, mesmo a quem não tenha cumprido suas responsabilidades, como a de encontrar trabalho. Existem outras maneiras de mostrar nossa desaprovação e punir indivíduos irresponsáveis, se isso for necessário.

Por outro lado, uma pessoa cujos direitos foram restringidos – por exemplo, a negação do direito de votar em razão da falta de registro ou sentença prisional, ou imposição de silêncio por um processo por difamação – não está isenta de cumprir as obrigações de cuidar de seus filhos, pagar impostos, não jogar lixo e outras responsabilidades sociais.

Em resumo, por um lado, direitos e responsabilidades são complementares e se exigem um ao outro, mas cada qual tem a sua própria situação moral e é parte integrante das relações baseadas em fins. Uma boa sociedade não nega a nenhuma pessoa os seus direitos básicos, mesmo que ela não cumpra suas responsabilidades, assim como não exime de responsabilidade aqueles cujos direitos não foram plenamente honrados.

Responsabilidade de todos e para com todos

Responsabilidade de todos significa que uma boa pessoa, um membro de uma boa sociedade, contribui para o bem comum. Ninguém está isento, embora possam variar muito as contribuições que as pessoas podem fazer. Considere um paraplégico que perdeu o uso de seus membros, está permanentemente internada e usa um pequeno palito na boca para virar as páginas de um livro. Devemos fornecer-lhe um auxiliar de enfermagem para virar as páginas ou esperar que ele assuma essa responsabilidade por seu próprio bem-estar? A fim de servir à dignidade da pessoa e à expectativa de que cada qual fará o máximo possível pelo bem comum, esperamos que ele mesmo vire as páginas, se puder fazê-lo sem esforço excessivo. Se assumir as responsabilidades da melhor forma possível se aplica a estas circunstâncias, certamente ninguém está isento de contribuir para o bem comum de acordo com as suas possibilidades.

De acordo com isso, os estudantes do ensino médio devem ser encorajados a prestar serviço comunitário como parte de sua prática cívica, talvez como “voluntários do milênio”.³⁵ Dos idosos, deve-se esperar que se ajudem entre si, com os membros de suas famílias e com a sua comunidade. Aqueles que recebem benefícios públicos e não conseguem encontrar trabalho remunerado devem realizar trabalhos comunitários. Das pessoas com doenças contagiosas deve-se esperar que façam esforços especiais para não espalhá-las a outras pessoas, e assim por diante.

³⁵ Para maiores informações ver: BRISCOE, I. **In whose service:** making community service work for the unemployed. Demos: London, 1995.



A referência aqui não é fundamentalmente a compromissos legais, impostos pelos tribunais e pela polícia, mas às obrigações morais.³⁶ E assumir as próprias responsabilidades não deve ser considerado um sacrifício ou uma punição, mas uma atividade enobrecedora, algo que uma pessoa boa faz. De fato, estudantes do ensino médio podem ter profunda satisfação ao trabalhar em cozinhas de sopa, assim como idosos podem voluntariamente cuidar do funcionamento de centros sociais para outros idosos, etc.

A responsabilidade *de* todos deve ser acompanhada da responsabilidade *para* com todos. Responsabilidade para com todos significa que todas as pessoas devem ser tratadas com o respeito devido a todos os seres humanos. Isto significa, antes de mais nada, inclusão social. As comunidades podem desempenhar um papel especialmente importante para garantir que todos sejam incluídos e tratados com todo o respeito que lhes é devido em razão de sua humanidade, tratados como um fim em si mesmo.³⁷ Um exemplo óbvio é que a discriminação baseada em raça, etnia, gênero, orientação sexual, origem religiosa ou deficiência deve ser foco de dissuasão moral e legalmente proibida. A discriminação não apenas ofende nosso mais elementar senso de justiça – é incompatível com o tratamento das pessoas como fins em si mesmas.

Responsabilidade para com todos também significa assegurar que todos possam satisfazer as necessidades básicas da vida. Associações voluntárias, famílias extensas, amigos, associações de poupança mútua e instituições de caridade religiosas podem ajudar a fornecer algumas delas, mas não podem assumir a responsabilidade final de garantir que todas sejam atendidas. É da responsabilidade do Estado que esses serviços estejam disponíveis para todos.

Ao tratar as pessoas como fins, as sociedades da Terceira Via devem reconhecer que existem certos bens básicos que são devidos a todos. Esses bens básicos incluem comida, abrigo, roupas e cuidados de saúde. Devemos tratar os membros da comunidade que seguem a lei ao menos tão bem quanto tratamos os prisioneiros de guerra e os criminosos encarcerados, e todos eles recebem os referidos bens.

A ninguém se pode negar a condição de ser humano ou seu pertencimento à comunidade. Daí segue-se que *ninguém deve ser completamente excluído dos benefícios do estado de bem-estar* ou jogado nas ruas, mesmo se se recusar a

³⁶ Para ter em mente essa questão crucial, vale referir a distinção entre “cultura moral voluntária” e “coercitiva”, encontrada no Afeganistão e no Irã sob uma forma extremada e de maneira mais moderada em muitas sociedades não-livres.

³⁷ “Inclusão refere-se, no seu sentido mais amplo, à cidadania, aos direitos civis e políticos e obrigações que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como uma realidade de suas vidas.” (GIDDENS, A. **The third way**. Cambridge: Polity Press, 1998). Como afirmou Philip Selznick, “todas as pessoas têm o mesmo valor intrínseco... Todo aquele que é pessoa é igualmente um objeto de preocupação moral. Essa é a essência da justiça.” Selznick acrescenta que a mais importante ameaça à justiça social é a subordinação social. Portanto, o poder social deve ser “disperso e equilibrado”, mas não eliminado. Veja-se: SELZNICK, P. Social justice: a communitarian perspective. **The Responsive Community**, v. 6, n. 4, outono 1996, p. 63.



trabalhar, frequentar aulas ou prestar serviço comunitário. Os bens para pessoas ociosas ou egoístas (que são uma minoria dos beneficiários) podem ser reduzidos ou pode não incluir dinheiro afora uma pequena quantia, mas a obrigação do Estado em uma boa sociedade é garantir que ninguém passe fome, fique sem abrigo, sem roupa ou doente e desacompanhado. Elas podem muito bem merecer mais, e o que é “o suficiente” – por exemplo, em termos de assistência à saúde – pode ser bastante difícil de determinar.³⁸

Da mesma forma, há espaço considerável para o debate sobre o que um *mínimo básico satisfatório* implica³⁹ Certamente, esse entendimento difere de acordo com as condições econômicas da sociedade, da idade dos afetados e do seu estado de saúde e dos específicos princípios morais compartilhados pela comunidade. Mas essas deliberações devem centrar-se sobre a amplitude da provisão desses bens básicos – e não se eles devem ser fornecidos.

Proporcionar às pessoas o essencial para viver não vai tirar da maioria a motivação para trabalhar, na medida em que houver trabalho disponível e as pessoas sejam capazes de desempenhá-lo. E se houver quem abuse do sistema, uma boa sociedade considerará isso um preço pequeno a pagar para não negar a humanidade básica a ninguém. Jogar nas ruas pacientes mentais, alcoólatras, mães com filhos ou qualquer outra pessoa, cortando todos os benefícios, simplesmente não é compatível com esses pressupostos.

Quanto mais avançamos na Terceira Via, mais devemos procurar abolir as fontes de exclusão social e esnobismo. Para o Reino Unido, os passos de política pública nesta direção incluem a abolição dos pares hereditários com assento na Segunda Câmara do Parlamento e a não concessão de isenções fiscais aos clubes que praticam discriminação de gênero ou raça. Dado que as divisões de classe não são apenas questão de economia e educação, mas também de simbolismo, são necessários gestos adequados. Como disse o primeiro-ministro Blair: “Libertem a Grã-Bretanha das antigas divisões de classe. Os símbolos remanescentes e o apoio institucional ao elitismo de classe devem ser ativamente desencorajados ou banidos”. Esta e outras declarações semelhantes apontam para a necessidade de uma maior reforma do sistema educativo britânico, dado que a sua estrutura parece apoiar a continuação das divisões de classe.

³⁸ Nos Estados Unidos, o estado de Oregon contribuiu para o diálogo sobre os bens apropriados à saúde. Em seu plano sanitário, o estado classificou 688 procedimentos mediais de acordo com seus custos e benefícios. Em última instância, foi decidido que os primeiros 568 serviços listados seriam cobertos pelo programa *Medicaid* do Oregon (“Expected for Oregon Health Plan”. *Houston Chronicle*, 18/03/1993). Se este foi ou não o ponto de corte correto, não pode ser determinado sem um exame detalhado do plano. O caso mostra, no entanto, que a discussão sobre o que deve ser incluído deve ser feita em termos específicos e não com princípios morais abstratos.

³⁹ NATHANSON, S. **Economic justice**. New York: Prentice Hall Academic, 1998.



O sistema universitário elitista não é compatível com uma sociedade baseada no mérito e na conquista. A admissão em universidades não deve basear-se na genealogia ou no *pedigree* da escola pública, mas no que elas tenham realizado e possam realizar. Pode-se começar com uma espécie de programa de ação afirmativa. Haveria que suprimir todo o apoio direto e indireto de recursos públicos às universidades que admitissem de forma desproporcionalmente alta alunos vindos das escolas particulares. Em 1999, por exemplo, mais da metade dos alunos admitidos pela Oxford provinha de escolas que acomodam apenas 7% dos alunos do ensino médio em âmbito nacional. Duplicar o número de alunos dos demais colégios deveria ser a meta mínima para os próximos cinco anos. O recente comentário do historiador Andrew Roberts, da Oxford, sobre o Millennium Dome – “Foi projetado para pessoas da classe trabalhadora, não para pessoas como eu... É incrivelmente vulgar e comum”⁴⁰ – fala por si dos preconceitos existentes que devem ser superados.

Além de promover uma justiça elementar, facilitar o acesso às melhores universidades a todos os talentos da sociedade é essencial para uma sociedade que busca abraçar com êxito a economia do conhecimento.

Outra questão é como a mudança pode ser sinalizada. Por estarmos lidando, em parte, com símbolos, um modo de começar pode ser o das lideranças voltarem ao hábito de tomar cerveja e comer sanduíches da Harold Wilson com os trabalhadores, em vez limitarem suas saídas a restaurantes de luxo; mais visitas a restaurantes e bares *fast food* à beira da estrada em vez de ir na *Royal Opera House*; e assegurar que quando se outorgam títulos públicos de reconhecimento, não sejam enviesados em favor das classes ricas.

Em muitos campos, há uma complexa e tensa relação entre direitos e responsabilidades. Nessas situações, é um erro grave presumir que tanto os direitos como as responsabilidades são dominantes. Direitos e responsabilidades devem ser tratados como duas reivindicações morais cardinais. No melhor dos mundos, ambos podem ser totalmente atendidos. Na realidade, as políticas públicas não conseguem maximizá-los conjuntamente. Mas não cabe nenhuma suposição *a priori* acerca da prioridade a ser dada a uma ao invés da outra.⁴¹

Todas as políticas que afetam o equilíbrio entre os direitos individuais e as responsabilidades sociais devem ser revisadas e ajustadas em conformidade. Assim, o direito à privacidade deve ser respeitado, mas não deve prevalecer sobre a proteção à vida e à integridade física. Por exemplo, o teste obrigatório de drogas para motoristas

⁴⁰ Do the Dome! **Washington Post**, 07/03/2000.

⁴¹ As condições que tornam aceitáveis certas “concessões” [*trades off*] são discutidas em pormenor em: ETZIONI, A. **The limits of privacy**. New York: Basic Books, 1999. Resumidamente, uma “concessão” deve ser considerada apenas no caso de um grande problema social, por exemplo, a disseminação rápida do HIV, se não houver tratamentos efetivos sem essa concessão e se as intromissões forem as mínimas possíveis.



de ônibus escolar e controladores de tráfego aéreo é legítimo, porque, neste caso, a violação da privacidade é limitada, enquanto o perigo para as pessoas a eles confiadas é considerável. Ao mesmo tempo, a proibição aos empregadores de terem acesso aos históricos médicos dos empregados – registros que dizem respeito a aspectos muito íntimos de nossa vida e cuja violação produz, na melhor das hipóteses, benefícios sociais mínimos – deve ser respeitada e plenamente cumprida.

Uma sociedade equilibrada trata a tensão entre os direitos individuais e as responsabilidades sociais conforme esses critérios e ajusta as suas políticas aos mesmos. Em algumas áreas, pode incrementar o alcance de direitos (por exemplo, na proteção de informações pessoais), enquanto em outras, a reivindicação de responsabilidades sociais (por exemplo, manter os perfis de DNA de todos os criminosos), sem que essa forma de abordagem combinada seja inconsistente. O mesmo vale para aumentar a liberdade de informação, sujeitando a polícia às normas de relações raciais e as forças armadas, aos direitos humanos, conforme definido pela *European Court of Human Rights*, por um lado, enquanto permite, por outro, que a polícia intercepte e decodifique mensagens de e-mail. Um bom exemplo são os recém-promulgados novos poderes de vigilância do MI5 [serviço britânico de segurança]. Na mesma linha, deve ser impedida a ação dos traficantes de droga nas prisões e introduzidos testes de rotina aos presos.

Diálogos morais: transformando as culturas morais

Os debates sobre nossa cultura moral são, com frequência, desnecessariamente polarizados. A alternativa não se limita a aderir aos costumes conservadores tradicionais (por exemplo, famílias tradicionais de dois pais, com as mães cuidando da casa) ou considerar todos os comportamentos como tendo igual legitimidade (dois pais, pais solteiros, casamentos gays, monogâmias sequenciais, poligamia). Podemos expressar uma preferência por casamentos entre pares (nos quais pais e mães têm os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades) em relação a outras formas de família sem condenar as outras. Existem opções sociais e morais entre apegar-se rigidamente à tradição (como quer uma parte da direita religiosa) e uma concepção cultural-moral de “liberdade para todos” (como parte da esquerda, de fato, defendeu no passado).

Ainda que a cultura moral de uma determinada comunidade ou de um grupo de comunidades seja transmitida de geração para geração, isso não significa que a cultura precisa ser “fixista” ou “tradicionalista”. Pelo contrário, a cultura moral é continuamente refundida para refletir novas necessidades sociais, demandas, *insights* e, acima de tudo, reivindicações morais. Isso ocorre por meio de um processo de especial importância para quem busca uma boa sociedade: o diálogo moral. Os diálogos morais consistem em discussões de “dar e receber”, que envolvem valores, e não apenas interesses ou desejos. Eles envolvem mais que fatos e razões; eles envolvem nossas crenças.



São compostos pelas muitas horas gastas durante as refeições, nos bares, nos deslocamentos, no trabalho e na mídia discutindo questões morais.

Comunidades locais, sociedades nacionais inteiras e, inclusive, comunidades internacionais participam de extensos diálogos sobre agudas questões morais, tais como as nossas obrigações para com o meio ambiente, direitos das mulheres e discriminação sexual, e questões específicas como casamentos gays, julgamento de crianças da mesma forma que o de adultos, pena de morte, crueldade com os animais e fazer o teste de DNA de toda uma localidade para encontrar um criminoso.

Usualmente, apenas um ou dois temas são objeto de intenso diálogo moral em um dado momento. Praticamente qualquer pessoa pode tentar iniciar um diálogo moral, do primeiro-ministro a um poeta local, de uma personalidade da mídia a um grupo de manifestantes. No entanto, em última análise, é o público amplo que decide em quais diálogos se envolverá. Apesar das afirmações em contrário, a mídia – que serve como um importante espaço para diálogos morais – não controla nem a agenda nem o resultado, embora obviamente influencie ambos. Isso ocorre porque a própria mídia não é uma única mente, e porque o público é bem menos suscetível à lavagem cerebral do que se supõe frequentemente.⁴²

Diálogos morais são, em grande parte, sobre valores. Não são diálogos entre especialistas, mas entre os cidadãos. Os diálogos morais, geralmente, se baseiam em argumentos factuais e lógicos, mas são, principalmente, de natureza ética, e não empírica. Lembrem-se, por exemplo, dos argumentos esgrimidos sobre o bombardeamento da Sérvia durante a Guerra do Kosovo, sobre a libertação do general Pinochet ou da proibição da caça à raposa.

Quando uma comunidade está envolvida em um diálogo moral, a discussão, muitas vezes, parece desordenada, divagante e interminável. Todavia, com frequência, o diálogo conduz a uma reformulação genuína da cultura moral voluntária, àquilo que a comunidade tolera ou censura.

Mais importante ainda, *mediante o processo de diálogo moral, as pessoas frequentemente modificam sua conduta, seus sentimentos e suas crenças*. Por exemplo, nos anos 1950, a maioria das comunidades não tinha senso de obrigação moral em relação ao meio ambiente. O profundo diálogo moral que se desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970 levou não apenas a um senso moral compartilhado de nosso dever com a mãe terra (embora as comunidades continuem a divergir sobre o que exatamente isso implica), mas também à mudança de comportamento, como a reciclagem voluntária e a conservação de energia. Em definitivo, *se uma comunidade precisa mudar o seu tecido societário de modo significativo, os diálogos morais são*

⁴² Os problemas derivados da crescente comercialização e da concentração da propriedade dos meios de comunicação requerem um tratamento separado. Basta dizer aqui que a mídia de propriedade pública e publicamente operada deve ser valorizada e apoiada a sua expansão, concedendo-lhe forte dotação econômica.



necessários para gerar mudanças nas condutas pessoais e coletivas e para sustentar as políticas públicas.

Os diálogos morais podem seguir-se ao que certos sociólogos britânicos denominam de “pânico moral”, mas ambos não devem ser confundidos. O pânico alarma as pessoas e pode levá-las a adotar políticas duvidosas. Em contraste, os diálogos morais as levam a reexaminar suas crenças, visões de mundo e preconceitos e a reelaborá-los.

Uma das grandes debilidades de alguns governos da Terceira Via é sua tendência de tomar atalhos, contornando ou abreviando a necessidade de diálogos morais. Por exemplo, o lançamento do documento-quadro da Terceira Via na Alemanha, em meados de 1998, pelo chanceler Gerhard Schroeder, não foi precedido por um diálogo com os membros do Partido Social-Democrata nem mesmo a sua liderança, para não mencionar o público alemão em geral. Em contraste, a mudança da cláusula IV da plataforma do Partido Trabalhista britânico foi “o exercício de consulta mais amplo já realizado por um partido político britânico... Dezenas de milhares participaram, quase metade do partido participou”.⁴³

Atualmente, os diálogos morais são extremamente necessários no Reino Unido em questões como a limitação dos efeitos centrífugos da descentralização, o envolvimento mais profundo na União Europeia, as consequências da imigração contínua e os efeitos do multiculturalismo crescente sobre os valores nucleares da sociedade. O surgimento de partidos de direita na Áustria, Suíça, Alemanha e França, e a romantização dos regimes comunistas no leste da Alemanha são, em parte, impulsionados pela falta de diálogo suficiente sobre esses assuntos.

Outro tópico que reclama um diálogo moral é o objetivo e os limites dos esforços humanitários internacionais da Grã-Bretanha. Quais são os limites e objetivos da ajuda externa? Quando as sanções econômicas devem ser aplicadas? Quando se justifica o uso da força? Quando é oportuno cancelar a dívida das nações em desenvolvimento? Devemos pressionar outros países a mudar suas culturas morais em questões que vão do trabalho infantil à circuncisão feminina?

Embora não existam meios garantidos para desencadear diálogos morais ou assegurar o seu desenvolvimento, procedimentos como amplas audiências públicas realizadas por comitês parlamentares ou pesquisas de opinião impulsionadas por comissões de cidadãos podem iniciar o diálogo. Estas não têm caráter oficial e convém que sejam desenvolvidas por um *think tank*, uma fundação ou alguma outra instituição civil. São compostos por representantes dos principais segmentos sociais afetados pela questão em estudo, realizam audiências públicas e publicam recomendações baseadas no diálogo que desencadeiam. Tais instrumentos devem ser usados muito

⁴³ BLAIR, T. **New Britain**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1997, p. 51.



mais amplamente para que mais pessoas se envolvam com as questões morais e políticas nucleares da Terceira Via.

Muitos grupos fortemente comprometidos com valores específicos tendem a exigir que os líderes públicos impulsionem sua agenda, promovendo o apoio público, se ele não existir. O poder dos líderes em uma sociedade democrática é, felizmente, muito mais limitado. A liderança política em sociedades livres deve discernir as ocasiões em que grandes mudanças são buscadas, com construção de novas coalizões e o capital político está em risco, ao invés de inclinar-se para o lado que sopra o vento.

Essa disposição de assumir riscos em determinados momentos ficou evidente quando o velho trabalhismo [*Old Labour*] se transformou em novo trabalhismo [*New Labour*], quando a antiga oposição entre esquerda e direita foi ultrapassada em favor de uma Terceira Via. Está evidente na contínua reformulação do estado de bem-estar e na reorientação da Grã-Bretanha de uma economia industrial para uma economia do conhecimento. Será exigida, novamente, no enfrentamento dos próximos grandes desafios da Terceira Via: reduzir as desigualdades; equilibrar a descentralização com a construção de uma comunidade de comunidades; e definir o lugar da comunidade britânica dentro da comunidade europeia, entre outros.

Envolver mais o público nos diálogos sobre as principais mudanças políticas, especialmente as relativas a questões morais e sociais, torna mais difícil a tarefa de governar. Tais diálogos são demorados e não necessariamente terminam como o governo deseja. Mas é duvidoso que seja possível alcançar uma mudança social profunda e duradoura sem tais diálogos. Para ser mais direto: um governo pode fazer mudanças incrementais ano após ano, sem envolver profundamente o público, ou pode realmente levá-lo a novas direções. Isso só pode ser feito se o público tiver sido engajado e conquistado – muitas vezes implicando alterações significativas na direção das mudanças pretendidas pelo governo. Afinal, a democracia supõe muito mais do que uma maioria sólida no parlamento.

Família: a necessidade de uma nova visão

Ao longo da história, em todas as sociedades, as famílias foram encarregadas da educação inicial do caráter, introduzindo as gerações mais jovens à cultura moral da comunidade, preparando-as para serem boas pessoas.

Antes de decidir sobre qualquer um dos numerosos problemas específicos que surgem da transição das formas tradicionais de famílias para as formas “pós-modernas”, faz-se necessário um exame mais conclusivo das evidências disponíveis sobre os efeitos de configurações sociais bastante divergentes. Para avançar, o governo deveria convocar um “tribunal científico”, composto por cientistas sociais especializados.⁴⁴ O

⁴⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre os tribunais da ciência, ver: SMITH, G. Judicial

tribunal convocaria audiências públicas, ouvindo testemunhas do mundo da ciência e representantes das várias áreas de conhecimento relacionadas à matéria. O tribunal poderia requerer uma análise adicional dos dados existentes ou solicitar novos dados, visando obter um *corpus* de evidências relevantes amplamente compartilhado. Desta forma, o tribunal estaria em condições de chegar a conclusões sólidas e confiáveis sobre questões-chave que dizem respeito à nossa capacidade de substituir a família organizada em torno de pai e mãe, e ajudar a levar essas questões ao diálogo público. Claramente, faz muita diferença para a cultura moral e para a política pública se as novas configurações familiares e de institucionalização prejudicam gravemente as crianças ou, como sustentam alguns, as beneficiam.

O tribunal de ciência deveria se concentrar em crianças de tenra idade, especialmente do nascimento aos cinco anos, idade em que muitos acreditam que são formados os fundamentos do caráter.

O tribunal deveria investigar não apenas se o déficit parental é prejudicial, mas também as implicações de um crescente “déficit infantil”. Há evidências de que, em muitas sociedades da Terceira Via, a taxa de natalidade está caindo abaixo do nível de reposição demográfica, com variadas consequências ruins para a sociedade.⁴⁵ Dito de forma mais aguda: se antes afirmamos que o primeiro dever social da família é a educação moral das crianças, agora, esse dever pode ser o de ter filhos.⁴⁶ Milhões de pessoas agora veem as crianças como um fardo, que interfere em suas carreiras e em seu estilo de vida. Este é outro reflexo desconcertante das pressões do globalismo e do individualismo radical.

É preferível adiar a introdução de novas políticas públicas relativas às famílias até a conclusão do trabalho do tribunal científico. Isso vale, por exemplo, para a autorização legal de novas formas de casamento⁴⁷, tais como o compromisso por tempo limitado, o reconhecimento das uniões de fato ou os casamentos de aliança [*covenant marriages*].⁴⁸

decision making in the age of biotechnology. **Notre Dame Journal of Law, Ethics & Public Policy**, n. 93, 1999. Ver também: MAZUR, A. The science court: reminiscence and retrospective. **Risk**, n. 4, p. 161, 1993.

⁴⁵ Esta situação pode ser melhorada até certo ponto mediante altos níveis de imigração, que colocam por si mesmos uma série de desafios, aprofundando as tensões geradas pelo multiculturalismo.

⁴⁶ Vale enfatizar que nenhum estigma deve ser associado a famílias que não podem ter filhos ou que se consideram psicologicamente incapazes de educá-las.

⁴⁷ Wilkinson, H. **The proposal: giving marriage back to the people**. London: Demos, 1997.

⁴⁸ Este último oferece aos casais a oportunidade de um vínculo voluntário em um nível mais alto de comprometimento, concordando em participar de aconselhamento pré-matrimonial, aconselhamento quando casado, se um dos cônjuges o solicitar, e atrasar o divórcio por dois anos, caso um dos parceiros o solicite, exceto nos casos em que um crime foi cometido. Ver, por exemplo: ETZIONI, A.; RUBIN, P. **Opportuning virtue: lessons of the Louisiana Covenant Marriage Law, a communitarian report**. The Communitarian Network, Washington, DC, 1997. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~ccps>.



Há aqueles que perguntam: por que temos que regular qual a forma de casamento que devemos favorecer em vez de deixar que cada pessoa faça suas próprias escolhas? Em primeiro lugar, enquanto o casamento continuar sendo uma instituição compulsória e sancionada pelo Estado, devemos decidir o que se entende por casamento. O mesmo se aplica à questão dos benefícios a que tem direito os que são casados. Em segundo lugar, mesmo que todo o envolvimento do Estado fosse abolido, o tribunal de ciência ainda seria necessário para ajudar a enfocar o debate moral, que reformula a cultura moral voluntária. Se uma forma ou outra de casamento e família se revelar prejudicial para as crianças, não devemos necessariamente bani-la, mas as famílias e as comunidades deveriam, pelo menos, saber disso.

Certas questões-chave, no entanto, não requerem estudo ou investigação. Não deve haver retorno a formas “tradicionalistas” de família, em que as mulheres eram tratadas como cidadãos de segunda classe. Isso viola o princípio de que todos devem ser tratados como fins em si.⁴⁹ Pais e mães devem ter os mesmos direitos e responsabilidades. Obviamente os pais podem se ocupar do cuidado dos filhos e as mulheres trabalhar fora do lar. Um passo importante na direção correta será dado quando as leis que asseguram licença remunerada às mães de filhos recém-nascidos e garantia de emprego por um determinado número de anos também sejam aplicadas aos pais.

Não há um único caminho correto para o equilíbrio entre o trabalho e a família; cada pessoa e casal precisa encontrá-lo. No entanto, é do interesse de uma boa sociedade encorajar e permitir que os pais passem mais tempo com seus filhos.

As escolas como espaço de formação do caráter

Muito tem sido escrito sobre transformar as escolas em instrumentos mais eficazes para a competitiva economia da informação e a necessidade de melhorar as habilidades acadêmicas e o conhecimento dos estudantes. No entanto, também sabemos desde Aristóteles sobre a importância do desenvolvimento do caráter. Em nossa sociedade, escolas são os espaços em que o caráter dos jovens é desenvolvido, em que aprendem ou, pelo menos, deveriam aprender como controlar seus impulsos e desenvolver empatia, essenciais para tratar uns aos outros como fins em si e não como instrumentos para outros fins. Nelas, os jovens devem aprender como lidar uns com os outros e a resolver pacificamente os conflitos. Mais importante ainda, nas escolas, os jovens aprendem que tratar os outros como meros instrumentos é profundamente antiético e que eles têm responsabilidades uns para com os outros, sua família e sua comunidade.

⁴⁹ WILKINSON, H. No turning back. In: MULGAN, G. (ed.) **Life after politics: new thinking for the twenty first century**. London: Fontana Press, 1997, p. 32-40.

Uma boa sociedade requer pessoas boas; não pode permitir que a educação do caráter seja excluída pelos professores. As experiências diretas e as mensagens proporcionadas pelas escolas são mais importantes para a formação de caráter do que palestras sobre ética e civismo. O serviço comunitário, as tarefas de tutoria e outras formas de assumir responsabilidade, representar papéis e participar em governos simulados são formas muito superiores de educação cívica do que preleções formais e abstratas sobre governo democrático.

Para assegurar que este princípio básico da educação seja atendido, é pertinente fazer uma avaliação anual em todas as escolas sobre as mensagens educativas (algo distinto das matérias ensinadas) que elas transmitem e de sua contribuição à formação de caráter. Se essas são defeituosas, as escolas devem ser ajudadas por pessoal especialmente dedicado a esta questão para reestruturar o seu enfoque.

Políticas educacionais, familiares e de bem-estar são, muitas vezes, desenvolvidas isoladamente umas das outras e, principalmente, das práticas de trabalho. Mas, se as pessoas devem ser tratadas como fins em si, elas não podem ser vistas como fragmentos, como estudantes, pais ou trabalhadores. Cada indivíduo deve ser tratado como um todo. Isso, por sua vez, implica em uma coordenação muito melhor das diferentes políticas. Por exemplo, o horário escolar termina antes que a maioria dos pais termine o trabalho. Não surpreende, assim, que um alto nível de crime juvenil ocorra entre 3h e 6h da tarde. Lacunas como essas devem ser preenchidas com políticas que tratam os vários aspectos da sociedade como elementos de um todo.



4 OS OUTROS PARCEIROS: ESTADO E MERCADO

A boa sociedade consiste em uma parceria de três setores – governo, setor privado e comunidade. Cada um reflete e serve uma faceta distinta de nossa condição humana. Somente com a contribuição dos três elementos, ao invés de fragmentá-los ou colocar uns contra os outros, podemos alcançar uma sociedade que considere a pessoa como um todo, essencial para que todos sejam tratados como fins em si.

Estado, comunidade e mercado diferem quanto aos papéis que desempenham, modificáveis em razão das condições sociais. Em uma boa sociedade, os três setores buscam cooperar uns com os outros. Cada um é parte da solução; nenhum é tachado de ser a fonte do problema. Eles são complementares, e não antagônicos. Mais importante, ainda, cada parceiro ajuda a conter os outros, evitando que usurpem missões melhor realizadas por outros. A manutenção do equilíbrio desse tripé está no cerne da boa sociedade.

O Estado

A abordagem da Terceira Via sustenta que o controle amplo e detalhado da economia e da sociedade pelo Estado é incompatível com uma boa sociedade, assim como um mercado sem freios. Segue-se também que se o Estado pode e deve ser reduzido, há muitas tarefas que são seu domínio legítimo.

I. A responsabilidade última em matéria de segurança pública compete ao Estado. Portanto, na medida em que a sociedade recorrer ao policiamento privado (como é o caso de guardas contratados) ou a prisões lucrativas, a atuação desses setores deve ser estritamente regulada.⁵⁰ Ao mesmo tempo, a função do Estado nessa área deve ser contida pela comunidade. Por exemplo, os conselhos de revisão civil podem ajudar a garantir que a polícia não incorra em maus tratos contra os cidadãos. Outra forma de controle é a vigilância por parte da imprensa livre.

II. Em uma boa sociedade, os cidadãos não devem estar armados e as armas da polícia devem ser mínimas. O Estado deve assegurar que a população se mantenha desarmada. Na medida em que seja necessária uma milícia civil, como no caso suíço, por exemplo, as armas devem ficar guardadas em arsenais públicos. Apontar uma arma para alguém é a última coisa que se deve fazer quando se trata as pessoas como fins.

III. Um grande objetivo para a próxima década deve ser o de aumentar significativamente a *certeza* (às vezes chamada de “celeridade”) de que aqueles que

⁵⁰ Na Grã-Bretanha, há várias prisões privadas, desde que em 1992 se estabeleceu o primeiro centro de detenção para presos preventivos de North Humberstone, seguido pela Blankenhurst Prison, perto de Redditch, e a Parc Prison, perto de Bridgend.



violarem a lei serão presos, que os presos serão condenados e que os condenados cumprirão sua pena. Um aumento nessa certeza permitiria reduzir a duração dos períodos de prisão e a severidade das penas (por exemplo, menos confinamento de presos em solitárias e menor dependência de prisões de alta segurança) e, ao mesmo tempo, aumentar a segurança pública. O resultado será um tratamento mais humano dos criminosos e uma maior possibilidade de sua reabilitação, de acordo com nossos critérios para uma boa sociedade, bem como redução dos gastos públicos (passado um período de transição)⁵¹.

Punir aqueles que violam a lei é inevitável em uma sociedade organizada e justa. A combinação entre penas mais curtas e aumento da certeza de punição reduzirá o tratamento desumano e oneroso que frequentemente ocorre quando as pessoas estão encarceradas. Provavelmente, essa abordagem também deteria os criminosos de forma mais eficaz.

IV. O Estado deve ser responsável pela saúde pública, isto é, por questões de saúde que são do interesse da comunidade: por exemplo, a contenção de doenças transmissíveis, a garantia do bom estado de medicamentos e alimentos e a implementação de formas de saúde preventiva, como vacinações obrigatórias e fluoretação da água.

A doença e suas sequelas não somente acarretam custos públicos cada vez maiores, como também são incompatíveis para que todas as pessoas alcancem o seu máximo potencial. O cuidado preventivo é o melhor antídoto. Metas específicas para os cuidados preventivos devem ser definidas para cada década, incluindo as contribuições que se espera dos cidadãos, por exemplo, aumentando a quantidade de exercícios que eles realizam. *Diminuir a taxa de fumantes, especialmente entre os adolescentes, é o objetivo de prevenção mais importante para os próximos dez anos.* Apesar de diferenças nos números, a importância dos cuidados preventivos da saúde é evidenciada pela constatação de que, em um dado período nos Estados Unidos, as mudanças no estilo de vida foram responsáveis pelo aumento da expectativa de vida em 11,5 anos, enquanto as melhorias nos serviços médicos só a aumentaram em meio ano.

V. Uma boa sociedade deve ver o mercado como sendo semelhante à energia nuclear: pode fornecer uma enorme e crescente oferta de produtos e serviços e ajudar a servir o bem comum, incluindo cultura e artes, ciência e educação, saúde pública e

⁵¹ Essa abordagem merece alguma elaboração. Pessoas inclinadas a cometer crimes são dissuadidas por dois fatores que se inter-relacionam como duas variáveis em uma fórmula matemática: o tamanho da penalidade (Pe) multiplicado pela probabilidade de ser pego e punido (Pr) é igual à segurança pública. Ou seja, um nível mais alto de segurança pública pode ser alcançado por aumentos nas distintas variáveis. Dado que Pr custa muito menos do que Pe em termos humanos, sociais e econômicos, aumentar Pr é obviamente preferível. Além disso, visto que os dados mostram que aumentos em Pr são muito mais eficazes do que em Pe, esses fatos por si sós fornecem uma razão convincente para tentar aumentar Pr em vez de Pe nos próximos anos. GROGGER, J. Certainty vs. severity of punishment. **Economic Inquiry**, n. 29, p. 297-309, 1991.



bem-estar. No entanto, deve ser vigiado com cuidado. Se excessivamente controlado, o mercado não funciona bem. Ao mesmo tempo, uma boa sociedade supõe que se o mercado não está suficientemente contido, pode desumanizar as pessoas e causar estragos nas comunidades locais, nas famílias e nas relações sociais. De fato, mercados sem freios podem arruinar as relações Eu-Tu e levar à dominação das relações Eu-Isso.

A Terceira Via não é um caminho para o livre mercado, assim como não é para o futebol sem regras ou árbitros. O mercado sempre opera dentro de um contexto social, que incluiu um tecido de valores sociais, leis e mecanismos reguladores. O papel do governo não é abolir estes aspectos, mas adaptá-los às condições cambiantes, especialmente às da era cibernética.

A principal questão com a qual as sociedades da Terceira Via lutam é quando permitir que as forças de mercado tenham rédea solta e quando colocar muros de contenção. (Um exemplo óbvio de uma área em que o mercado deve ser mantido afastado é a distribuição de órgãos humanos para transplante.) Há diferenças significativas nos pontos de vista das diferentes sociedades da Terceira Via, que refletem os avanços feitos nessa jornada, especialmente entre sociedades que foram “thatcherizadas” (principalmente Estados Unidos e Reino Unido) e as que não foram tão longe neste percurso. No entanto, *todas as sociedades da Terceira Via devem ser muito mais conscientes sobre as áreas nas quais as forças de mercado não podem ser introduzidas. Isto é essencial para preservar e sustentar o equilíbrio apropriado entre o reino do instrumental e o reino dos fins.*

As sociedades da Terceira Via estão realizando, atualmente, inúmeras mudanças incrementais que favorecem as forças do mercado. Estas incluem maior flexibilidade nas regras de trabalho, redução de pessoal, ganhos de capital e taxas corporativas, menores benefícios, maiores encargos dos trabalhadores nos seguros, mais privatização, permissão às empresas para emitir ações para seus trabalhadores, permissão aos trabalhadores para aquisição de ações livres de impostos, reformas na regulação da insolvência e muito mais.

Enquanto não for claramente indicado quais os limites sociais invioláveis, essas mudanças irão provocarão desnecessariamente uma sensação de ameaça e de ausência de princípios. Especialmente relevante neste assunto é a questão de se as pessoas podem estar seguras de que, quaisquer que sejam as mudanças na política econômica, elas contarão com uma rede de seguridade que proteja o seguro de saúde básico, a renda de aposentadoria e a de subsistência. As pessoas podem estar seguras de que, se essas redes forem colocadas em níveis inferiores, ninguém será excluído delas? O trabalho estará disponível para todos que querem trabalhar ou são pressionados a encontrar emprego? A renda do trabalho será suficiente para manter as pessoas fora da pobreza? Caso contrário, será complementado nos moldes do



Working Families Tax Credit [benefício estatal no Reino Unido para trabalhadores de baixa renda]? O treinamento estará disponível para aqueles que sobrarem em razão de mudanças tecnológicas? Embora os detalhes possam ser debatidos, *uma boa sociedade garante às pessoas um senso básico de segurança econômica*.

Os mercados não podem estar isentos de supervisão e regulamentação pública. Até certo ponto, pode-se e deve-se confiar na autorregulação do mercado (por exemplo, as indústrias concordam em não direcionar suas propagandas a crianças pequenas) e as comunidades podem desempenhar um papel de contenção. Por exemplo, muitos grupos de consumidores do Reino Unido desempenham um papel importante como “cães de guarda” não oficiais do comportamento das empresas. Mas a experiência mostra que a responsabilidade última de estabelecer freios ao mercado deve ser do Estado. Para garantir que a regulação estatal não se torne excessiva, as normas devem permanecer em vigor somente se restringirem desnecessariamente o mercado ou por não haver melhores regulamentos ou outras formas de alcançar os mesmos propósitos sociais.

VI. A noção de que o ciberespaço pode ser um novo mundo utópico, livre de controles estatais, no qual as pessoas se autogovernam, carece de senso de realidade ou de justiça. O ciberespaço há muito tempo se transformou de uma aldeia virtual em uma metrópole na qual as pessoas precisam de proteção. Dado que a proporção de transações conduzidas no ciberespaço continua a aumentar, o mesmo deve ocorrer com a supervisão pública. Os medicamentos vendidos na internet não podem ser isentos da proteção que os clientes exigem *off-line*. Impostos não podem ser evitados. Mensagens transmitidas por traficantes, pedófilos e terroristas não podem estar fora do alcance da lei. As difamações na internet não são diferentes das demais.

Alguns controles podem ser exercidos pelos pais e educadores. Outros podem ser confiados à autorregulação e à transparência (por exemplo, a publicação das políticas de privacidade e o uso de marcas de confiança). No entanto, cada vez mais o mundo virtual se tornará parecido com o resto do mundo e precisará do mesmo equilíbrio cuidadoso entre liberdade e controle público.

Embora a necessidade básica de conter as forças econômicas e tecnológicas do ciberespaço seja a mesma de outros mercados, as ferramentas podem ser diferentes. Como o ciberespaço não conhece fronteiras nacionais, o desenvolvimento de acordos e sua aplicação em todo o mundo deve ser levada a cabo o mais rápido possível.

Garantir a todos o acesso básico ao ciberespaço é outro papel do Estado, para que esse não se torne mais uma arena de exclusão social. Isso será especialmente importante à medida em que será crescente a educação e participação política em formatos virtuais.

VII. Dada a estreita associação entre trabalho e senso de autoestima, elemento básico dos relacionamentos baseados em fins, a política pública deve ter o duplo



objetivo de manter a inflação sob controle e estimular a economia, favorecendo o maior crescimento possível e, especialmente, uma baixa taxa de desemprego. Dadas as recentes evidências de que podem ser alcançados um crescimento mais alto e um desemprego mais baixo do que se considerava possível sem reaquecer a inflação, e dada a desumanidade do desemprego mesmo em um Estado com forte proteção social, a política pública deve inclinar-se mais ao crescimento do que à luta contra a inflação. Uma taxa de crescimento anual acima de 3% e um índice de desemprego abaixo de 5% devem ser consideradas metas realistas.

Expandir o trabalho disponível mediante instrumentos de mercado até que o desemprego seja baixo seria o resultado mais desejável. No entanto, na medida em que isso é impraticável, as políticas que distribuem o trabalho disponível são preferíveis àquelas que protegem privilégios dos que trabalham e mantêm o desemprego alto (por exemplo, restringindo o trabalho de meio período). Certamente, é melhor que todos os que buscam emprego e estão dispostos a trabalhar consigam um trabalho do que haja alguns que tenham altos salários e benefícios bem protegidos e fortemente tributados a fim de pagar benefícios de desemprego aos excluídos do mercado de trabalho. O enfoque holandês da política pública de emprego está mais próximo de um modelo que respeita os fins do que o de muitos outros países da Terceira Via.⁵²

Como último recurso, empregos comunitários devem estar disponíveis a todos aqueles que não conseguem encontrar trabalho remunerado no mercado ou no setor público.⁵³ Aqui, podemos incluir melhorias ambientais e colaboração com o ensino, assim como outros trabalhos que não seriam realizados se fosse necessário pagar por eles. Deste modo, os empregos na comunidade não competem com outras formas de criação de emprego ou com aqueles que possuem empregos com baixos salários.

VIII. O Estado deve estar atento às necessidades ambientais e coordenar as atividades necessárias para sustentar o meio ambiente, mas não deve arcar com todas elas.⁵⁴ Até certo ponto, a proteção ambiental pode ser conciliada com os interesses do mercado e converter-se em uma fonte de novos empregos e inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, o Estado em uma boa sociedade reconhece a nossa obrigação de transmitir o meio ambiente a nossos filhos em boa ou melhor condição do que o herdamos, e que tal compromisso social supõe custos públicos líquidos.

Esses custos podem ser reduzidos à medida que as pessoas reconhecem cada vez mais que proteger o meio ambiente faz parte das responsabilidades sociais morais de todos e constitui uma importante fonte de empregos na comunidade e um espaço

⁵² HERMERIJCK, A.; VISSER, J. The Dutch model: an obvious candidate for the "third way"? *The European Journal of Sociology*, v. 40, n. 1, p. 103, 1999.

⁵³ Esta é uma questão muito menor quando o desemprego é baixo. No entanto, ter empregos na comunidade como parte integrante do programa é importante, mesmo que esses empregos se tornem um fator importante apenas em outras situações.

⁵⁴ Sigo aqui a MULGAN *et al.*, *The British Spring*. London: Demos, 1997, p. 19.



para o voluntariado.⁵⁵

IX. Para ajudar a sustentar a parceria dos três elementos, o Estado deve proteger as comunidades onde elas existem e ajudar o seu desenvolvimento no que elas falharam. É importante não contribuir para a sua ossificação e decadência usurpando o seu papel. Como norma geral, o Estado não deve ser a primeira fonte de serviços sociais. Pequenos empréstimos, cuidado de crianças e doentes, aconselhamento e muito mais são melhor desempenhados, em primeira instância, por membros da família imediata e alargada, pela comunidade local ou outra, por associações voluntárias, locais de trabalho e outros. Quando o Estado se torna a primeira ou única fonte desses serviços, ele mina, desmoraliza e burocratiza as relações que estão no núcleo da vida comunitária.

A fim de reforçar o papel das comunidades nos serviços sociais, todos os órgãos estatais deveriam contar com *conselhos consultivos de participação cidadã*. Sua tarefa principal seria tornar possível aos cidadãos participarem como voluntários na prestação de alguns serviços atualmente prestados pelo Estado. Também poderiam jogar um papel decisivo em proporcionar *feedback* com informação oportuna e relevante sobre a qualidade dos serviços.

Cabe ainda ao Estado incentivar o empreendedorismo econômico e social e, portanto, não impor impostos ou regulamentações que inviabilizem os mecanismos econômicos de inovação e mudança. Ao mesmo tempo, *os impostos não devem prejudicar os que trabalham em prol dos que investem*. Se os impostos forem retidos na fonte, eles devem ser retidos tanto dos trabalhadores quanto dos investidores.⁵⁶ (Devido aos perigos da fuga de capitais, uma atuação adequada pode requerer medidas tomadas em nível da União Europeia ou, mais provavelmente, da OCDE.)

O setor privado

“Não somos contra a economia baseada no mercado, mas contra a sociedade baseada no mercado.” (Lionel Jospin, ex-primeiro ministro da França)

As sociedades da Terceira Via reconhecem que o mercado é o melhor motor para a produção de bens e serviços, para o trabalho e, portanto, para o progresso econômico. Além disso, o setor privado pode estimular a inovação que adapte a economia às oportunidades e às condições cambiantes.

⁵⁵ Veja-se as iniciativas comunitárias de reciclagem descritas em: MURRAY, R. **Creating wealth from waste**. London Demos, 1999.

⁵⁶ Assinale-se que a retenção na fonte de investimento requer acordos internacionais de ampla base para retardar a fuga de capital.



Enquanto muita atenção é dada aos problemas sociais criados pelas forças do mercado – fechamentos de fábricas, perda de segurança do emprego, excesso de trabalho em algumas indústrias e ociosidade em outras – tais problemas não devem nos cegar sobre os méritos do forte crescimento econômico. Assim, por exemplo, aumentando o comércio internacional, aumentam problemas de padrões trabalhistas e ambientais, mas também devemos reconhecer que o comércio, a longo prazo, beneficia a maioria das sociedades e a maioria dos membros da sociedade.

Aqueles que perderem seus empregos como resultado desse processo devem ser ajudados pela comunidade e pelo Estado. Há de se incrementar políticas como a norte-americana *Trade Adjustment Assistance* (que proporciona apoio direcionado aos deslocados por mudanças econômicas), permitindo que trabalhadores excedentes sejam retreinados e, se necessário, reassentados, ou recebam empregos da comunidade.⁵⁷

Há quem sustente que a maioria dos padrões sociais deve ser suspensa para que uma nação seja competitiva na economia global. Mesmo que adaptações sejam necessárias, cada qual deve ser examinada criticamente. É empiricamente incorreta e moralmente falsa a premissa de que uma sociedade não pode responder aos efeitos negativos da globalização ou que, se pudesse responder, seria às custas da perda de eficiência econômica, o que, *a priori*, não valeria a pena.

É igualmente importante reconhecer que a globalização exige o desenvolvimento de instituições sociais e políticas nacionais, regionais e globais. À medida que corporações e empresas de internet se tornam cada vez mais forças transnacionais e globais, o equilíbrio entre grupos – de sindicatos trabalhistas a ambientalistas – deve ligar os braços a linhas nacionais, e as instituições reguladoras e outras instituições públicas devem ser regionais e globais. Limites a violações do meio ambiente, minas terrestres, comércio de marfim e muito mais são exemplos preliminares e bastante fracos, mas apontam para o que deve ser feito.

A arte da combinação

O imaginário da Terceira Via, frequentemente, oculta o fato de que os bens sociais são comumente alcançados mediante híbridos, nos quais dois ou três setores atuam juntos, criando organizações que são, na maioria das vezes, superiores às de um único setor.⁵⁸ Os méritos e os problemas desses híbridos requerem um tratamento mais detalhado. Os resultados insatisfatórios da privatização das ferrovias britânicas e dos esforços para criar universidades privadas devem nos convencer da necessidade de tal exame.

⁵⁷ Está ainda por determinar-se em que medida o *European Structural Fund* cobre esta questão.

⁵⁸ DAVIS E. **Public spending**. London: Penguin Books, 1998.

Não existe uma única forma de combinação “correta”. Em algumas áreas, as parcerias público-privadas funcionam melhor, em outras, as autoridades públicas o fazem e, em outras, pode ser necessário reintroduzir a intervenção estatal.⁵⁹

Categorias de híbridos incluem:

I. Instituições religiosas e associações de voluntariado que prestam serviços sociais financiados parcialmente pelo governo.

II. Instituições culturais privadas ou instituições sem fins lucrativos (universidades, museus, teatros, etc.), cujo capital inicial e/ou fundos iniciais provêm do Estado (que também pode continuar subvencionando algumas atividades), mas que se mantêm, principalmente, dos resultados de seu funcionamento, de alguns desembolsos de capital, de doações e da renda de suas lojas, restaurantes e assim por diante.

III. Vales estatais que permitem às pessoas comprar serviços comunitários ou produtos de mercado, como, por exemplo, subsídios de moradia e assistência infantil pré-escolar.

IV. Autoridades públicas, como a BBC, são especialmente importantes à medida que cresce a influência dos meios de comunicação comerciais. Um plano viável para fortalecer a BBC é mediante o estabelecimento de uma sociedade mista, permitindo ao público em geral adquirir cotas de propriedade da emissora do serviço público.

Há um leque muito maior para combinações em assuntos relacionados a serviços essenciais (especialmente água), serviços públicos (o metrô de Londres) e muitos outros. É hora de superar a dicotomia simplista mercado-ou-governo.

A sociedade do conhecimento e a redução da escassez

Corretamente, tem-se falado muito sobre a importância de promover a transição a uma economia baseada no conhecimento. Tal transformação – que implica priorizar o investimento em pessoas (via educação e aprendizagem ao longo da vida), bem como em tecnologia – é considerada essencial para a prosperidade. Também pode ser uma boa maneira de reduzir a mão de obra servil e aumentar o número de empregos estimulantes e compatíveis com a vida familiar e as necessidades do meio ambiente. *Surpreendentemente, pouca atenção tem sido dada a um atributo da economia baseada no conhecimento que é em si uma justificativa para um forte investimento: seu potencial para reduzir a escassez e aumentar a justiça social.*

O conhecimento enquanto recurso difere muito daqueles invocados nas sociedades industriais – bens materiais, bens de capital, do aço ao petróleo –, porque pode ser *compartilhado e consumido* muitas vezes. Se uma fábrica usa uma tonelada de aço, esse aço não está mais disponível para nenhum outro usuário e,

⁵⁹ Comunicação pessoal com Steven Tales.



como consequência, surgem problemas de alocação de recursos e escassez. No entanto, quando uma pessoa põe um desenho na internet – para uma ratoeira melhor, carro, casa, *software* ou qualquer outra coisa – milhões podem usá-lo e o autor ainda tem o original.⁶⁰ Similarmente, muitas milhares de pessoas podem baixar uma peça musical, poesia ou filme e eles podem ser utilizados novamente. Mesmo que nem todo conhecimento seja ou possa ser compartilhado dessa maneira, um número crescente de novos “bens” está sendo compartilhado dessa forma na internet.

Naturalmente, há problemas complicados que devem ser resolvidos com relação à propriedade intelectual e aos direitos de patente. No entanto, não se deve ignorar que existe um espectro muito grande de conhecimento que pode ser compartilhado legalmente desta maneira fascinante – incluindo numerosos livros, música e arte, para os quais os direitos autorais expiraram e que estão no domínio público. O mesmo deve valer para a maioria das informações produzidas pelo governo, das estatísticas nacionais ao texto de debates parlamentares.

Quanto mais as pessoas satisfazem seus desejos recorrendo ao conhecimento livre, digamos, lendo arquivos baixados, jogando xadrez na internet ou juntando-se a grupos virtuais de autoajuda, a escassez se torna mais escassa e menor se torna o setor Eu-Isso que uma sociedade deve suportar. A escassez nunca será eliminada. No entanto, quanto mais pessoas (uma vez que seus desejos materiais básicos estejam satisfeitos) se basearem em fontes de conhecimento abertas a todos (incluindo a cultura), mais as relações sociais irão se basear em fins.

Por último, mas não menos importante, existe uma ligação profunda entre os processos de fomento da economia baseada no conhecimento e o aumento da justiça social. As teorias mais antigas da justiça baseiam-se na ideia de transferir grandes quantidades de recursos dos que têm para os que não têm. Isso levanta dificuldades políticas óbvias. Todavia, na medida em que aqueles cujas necessidades básicas estão satisfeitas busquem sua satisfação adicional em recursos não-escassos, abre-se a porta para um mundo totalmente novo, no qual os ricos podem se opor menos à transferência de bens materiais para os menos favorecidos. E aqueles que têm menos poderiam se beneficiar de recursos de conhecimento não-escassos, uma vez que a comunidade e o Estado lhes propiciem as habilidades básicas e os recursos necessários para acessar o novo mundo de conhecimento.

Isso pode parecer inalcançável, visionário e utópico. No entanto, os seus precursores estão ao nosso redor. Quanto mais favorecermos a transição para a economia baseada no conhecimento com o básico para todos, mais nos aproximaremos de viver em uma sociedade menos influenciada pela escassez – cujo resultado será o de ser mais equitativa.

⁶⁰ Há um uso mínimo de recursos tradicionais, como custos de conexão à internet, mas são insignificantes.



Limitar a corrupção

Poucas questões relativas ao equilíbrio adequado entre mercado e Estado são mais importantes do que evitar que os detentores do poder econômico também concentrem o poder político. Em numerosas sociedades livres há um fluxo crescente de dinheiro privado para mãos públicas – seja sob a velha forma de suborno, seja sob a forma moderna de “contribuições” para interesses especiais destinados a partidos políticos, legisladores ou funcionários do governo em troca de um tratamento especial custeado pelo público. Poucas coisas são mais corrosivas para a Terceira Via do que a corrupção das instituições públicas. Essa concentração de poder, duplamente ameaçadora, viola um dos preceitos básicos de uma sociedade verdadeiramente democrática, segundo a qual todos os cidadãos são iguais, independente das diferenças de riqueza.

A confiança é um elemento-chave das relações baseadas em fins. Se a confiança social entre o público em geral tem diminuído, a confiança nas lideranças e instituições públicas é particularmente baixa. O público norte-americano tornou-se bastante cínico frente a um sistema político no qual limitar o papel dos recursos privados na vida pública é quase impossível. As sociedades europeias devem prestar mais atenção a este assunto do que dedicaram até agora. Embora o problema possa ser menos severo no Reino Unido do que em outras sociedades, a melhor hora para trancar o celeiro é antes que o cavalo seja roubado. Várias novas leis e regulamentações no Reino Unido buscam conter a corrupção política - incluindo a proibição de financiamento estrangeiro e de perguntas pagas, declarando todos os interesses em um registro público e divulgando doações a partidos políticos acima de £ 2.000. Resta saber se isso será suficiente para proteger a vida pública do dinheiro privado.⁶¹



⁶¹ Entre as questões que precisam de mais atenção estão as formas pelas quais os candidatos burlam os limites de gastos, ao não informar certos custos, subnotificar despesas (como as despesas de viagem do candidato e de sua família) e estocar materiais bem antes da eleição. Veja-se: KLEIN, L. On the brink of reform: political party funding in Britain. **Case Western Reserve Journal of Law**, n. 31, p. 1-46, 1999.

5 CONSTRUIR A COMUNIDADE DE COMUNIDADES

Descentralização associada à construção da nação

O governo trabalhista cumpriu sua promessa de descentralização. No entanto, emergiu uma série de novas questões a serem abordadas. Uma delas diz respeito à ampliação do processo, trazendo o poder para mais perto das pessoas e para o nível das comunidades, em vez de regiões como a Escócia e o País de Gales ou mesmo cidades do tamanho de Londres. Se a descentralização for estendida para baixo, os cidadãos terão mais oportunidades de participar de seu próprio governo e têm maior probabilidade de se envolver politicamente.

Um desafio mais urgente é aprender a transferir poder ao tempo em que se reforçam as lealdades e os vínculos que mantêm uma sociedade nacional. A mera menção da independência escocesa e as intensas disputas entre as regiões sobre o financiamento do governo central são indicações de que esta questão requer atenção urgente.

Economia forte, realocação de riqueza, programas ambientais sólidos e respeito pelas leis básicas só podem ser promovidos se as comunidades menores forem partes de comunidades mais abrangentes. Somente a Inglaterra ou a Escócia não poderiam alcançar o tipo de liderança internacional e poder econômico que a Grã-Bretanha oferece atualmente. No ambiente atual, as nações não podem evitar a fragmentação sem liderança ativa e medidas concretas de construção da coesão social.

A busca por tais medidas ainda está, na maioria das vezes, por ser realizada. A formação de grupos de trabalho, projetos e programas nacionais que atravessam as fronteiras regionais – por exemplo, programas de desenvolvimento econômico que englobam o nordeste da Inglaterra e o sul da Escócia – podem servir para esse fim. Mudar o currículo nacional para incluir mais material histórico com foco nas conquistas do sindicato, e menos nas guerras civis pode ajudar. Honrar aqueles que promovem a unidade em vez da separação seria útil. Mas, isso não é suficiente. São necessárias muitas novas ideias sobre esse assunto.

A visão da sociedade como uma comunidade de comunidades alude a comunidades geográficas, raciais e étnicas. Uma boa sociedade prospera a partir de uma diversidade de culturas que enriquece a vida das pessoas através das artes, da música, da dança, do convívio social, da culinária, etc. Mas tal sociedade multicultural não pode florescer sem um marco de referência compartilhado por todos, sujeito ele mesmo à evolução. Seus elementos incluem o compromisso com um modo de vida democrático, com as normas básicas ou a Constituição, com o respeito mútuo e, acima de tudo, com a responsabilidade de tratar os outros como fins em si mesmos. A diversidade não deve se tornar o oposto da unidade, mas deve existir *na* unidade.



Sustentar uma comunidade de comunidades não contradiz o desenvolvimento gradual de comunidades mais abrangentes, como a União Europeia ou uma eventual comunidade mundial. Também estas serão compostas de redes de comunidades, em vez de centenas de milhões de individualidades ou de centenas de entes sociais fragmentados. É tolice acreditar que o colapso das nações não importa porque os fragmentos podem se juntar à Comunidade Europeia mais ampla, a que Philip Dodd se refere como “a solução euro-federalista para a atual batalha sobre a Grã-Bretanha”.⁶² Tais noções são demasiado otimistas quanto ao ritmo e ao alcance do desenvolvimento da Europa, como a uma verdadeira comunidade. Elas desconsideram o fato de que comunidades mais abrangentes não são compostas de numerosos pequenos fragmentos: elas são uma camada adicional de comunidade, não uma comunidade que se apropria das outras.

Finalmente, o envolvimento na União Europeia será mais profundo se for precedido por extensos diálogos morais, e não apenas por um referendo sobre o euro. Apesar dos indicativos de considerável apoio à união em uma Comunidade Europeia, sob a superfície há fortes sentimentos euro-céticos que devem ser levados a sério.

Limitar a desigualdade

A sociedade não pode se sustentar como uma comunidade de comunidades se as disparidades de bem-estar e riqueza entre as elites e o resto da sociedade forem muito grandes. Embora seja passível de debate o que exatamente a justiça social implica, há pouca dúvida sobre o que requer a comunidade. Se alguns membros de uma comunidade se afastam totalmente das condições de vida da maioria dos demais membros – com modos de vida de opulência, em comunidades fechadas, com limousines, motorista, empregados e *personal trainers* – eles perdem contato com o resto da comunidade. Tal isolamento não apenas desgasta os laços sociais e aparta as pessoas privilegiadas das culturas morais da comunidade, mas, também, as torna cegas para a realidade da vida de seus concidadãos. Isso, por sua vez, pode levá-los a favorecer políticas não-realistas, o que prejudica ainda mais a confiança da comunidade nas mesmas.

Para evitar esse problema, se chegou a propor que o Estado deveria fornecer igualdade de resultados. No entanto, durante o século XX, aprendemos que essa abordagem vai contra aspectos centrais de uma sociedade livre. Como resultado, mesmo as sociedades centralizadas e controladas não conseguiram realmente implementar esse enfoque. Ainda aprendemos que aproximar-se dessa situação prejudica a criatividade, a excelência, a motivação para o trabalho e é injusto com aqueles que se aplicam. Além disso, os custos trabalhistas são tão altos que tornam a sociedade não competitiva na economia global.

⁶² DODD, P. The battle over Britain. London: Demos, 1995.



Como alternativa, exaltou-se a igualdade de oportunidades. No entanto, para garantir a igualdade de oportunidades para todos, todos devem ter um ponto de partida semelhante. *Isto só será possível se se conceder a todos um mínimo básico*, o que é, conforme estabelecido anteriormente, um dos elementos essenciais do tratamento de todos como fins, e não apenas como meios.

Este texto se concentra mais no futuro do que em avaliar o passado. Deve-se notar que os principais passos na direção certa já foram realizados pelo governo Blair. O crescimento econômico é alto, o que ajuda os pobres, e não apenas aqueles que mais têm. O salário mínimo foi implementado, e o desemprego está no menor nível dos últimos 19 anos. O déficit orçamentário foi controlado, e os gastos com saúde e educação aumentaram significativamente após muitos anos de cortes ou estagnação.

Políticas adicionais para reduzir mais a desigualdade podem funcionar em ambas as extremidades da escala. Esforços especiais no campo da educação, visando aproximar o aprendizado de crianças dos estratos pobres ao nível das demais, como *Surestart* (no Reino Unido) e *Head Start* (nos Estados Unidos), e capacitar trabalhadores dispensados de indústrias obsoletas são exemplos de programas que contribuem para a igualdade de resultados, de forma a tornar possível a igualdade de oportunidades. No entanto, os resultados geralmente se revelam bem lentamente. Por isso, no curto prazo, maiores efeitos serão alcançados mediante o aumento do *Working Families Tax Credit*, do salário mínimo e de iniciativas que estimulem o compartilhamento de recursos entre as comunidades.

Aumentar o salário mínimo é uma medida que pode gerar críticas de quem desconhece os parâmetros do mercado de trabalho. No entanto, se o nível do salário mínimo se ajusta às necessidades básicas das pessoas, é obrigação moral de uma boa sociedade adotá-lo. A única alternativa a um salário mínimo adequado seriam os subsídios de assistência social – que tendem a ser degradantes, geram dependência e são politicamente muito menos atraentes do que o salário mínimo. No entanto, isso não significa que o salário mínimo deva estar automaticamente vinculado a uma linha de pobreza relativa, de modo a aumentar tão rapidamente quanto os demais salários. Um mínimo básico satisfatório é definido em termos absolutos, não como um artefato estatístico.

Há muito tempo se diz que os pobres estarão conosco, mesmo que trabalhem, até que tenham ativos. As pessoas que possuem bens, especialmente uma moradia (seja casa ou apartamento), são mais propensas a “investir” na sociedade, a sentir que fazem parte da comunidade e a serem membros ativos. *Uma das principais formas de promover a aquisição de casa própria é por meio de programas que permitem a pessoas de baixa renda obter acesso a hipotecas*, o que, nos Estados Unidos, é feito por corporações apoiadas pelo governo federal, como a Fannie Mae. Há muito por fazer neste campo.



Sugerimos que isso seja feito tendo como base o modelo usado no *Earned Income Tax Credit*, nos Estados Unidos, e no *Working Families Tax Credit*, no Reino Unido: fornecer às pessoas de baixa renda juros sobre hipotecas. Aqueles cuja renda está abaixo de um certo nível poderiam ganhar, digamos, £ 2 por cada £ 1 que reservarem, para lhes fornecer o dinheiro inicial para a compra de uma casa. Alternativamente, o dinheiro “suado” poderia ser usado como contribuição do futuro proprietário, por exemplo, se trabalha em seu local de moradia.

Embora o aumento da renda e o acesso à propriedade aos pobres possa garantir a todos o mínimo básico, um dos princípios essenciais de uma boa sociedade, tais medidas não são suficientes para os propósitos de construção da comunidade. Devem, ainda, ser adotadas medidas que evitem os crescentes níveis de desigualdade que distanciam as pessoas mais ricas do resto da sociedade.

Tais medidas podem incluir manter a tributação progressiva da maioria dos impostos, se não de todas as fontes, aumentando o imposto sobre herança e assegurando que o imposto sobre o capital seja pago, assim como é pago o imposto sobre o trabalho. Dado que tais medidas não podem ser adotadas se colocarem seriamente em perigo o *status* competitivo de um país, seria difícil implementá-las somente no nível nacional. Uma série de medidas de contenção da desigualdade podem exigir que sejam introduzidas ao mesmo tempo ou harmonizadas, pelo menos dentro da União Europeia, e de preferência com todos os países da OCDE; e, melhor ainda, a longo prazo, em todo o mundo.

Em última análise, este assunto, como tantos outros, não será equacionado adequadamente até que haja uma mudança radical na cultura moral da sociedade e nos propósitos que a animam. Uma sociedade democrática não pode impor uma grande realocação de riqueza, e tentativas vigorosas de impô-la causarão uma fuga de capitais e prejudicarão a economia de outras formas. Em contraste, a história do cristianismo primitivo até o socialismo fabiano nos ensina que as pessoas que compartilham os valores estão mais inclinadas a compartilhar voluntariamente parte de sua riqueza. Uma boa sociedade procura promover tais valores mediante um amplo diálogo moral.



6 O PRÓXIMO GRANDE DIÁLOGO: UM RETORNO MODERADO À CONTRACULTURA?

A boa sociedade entende que níveis sempre crescentes de bens materiais não são uma fonte confiável de bem-estar e contentamento humanos, menos ainda de uma sociedade moralmente sólida. Ela reconhece que a busca do bem-estar através de níveis cada vez mais altos de consumo é cair no mito de Sísifo. Não se trata de um argumento a favor da pobreza e da autoprivação. Abundantes evidências científicas mostram que, uma vez que as necessidades materiais básicas estão adequadamente satisfeitas e seguramente fornecidas, a renda adicional não aumenta a felicidade.⁶³ Os estudos revelam que o contentamento profundo é encontrado em relações nutritivas, em conexões sociais, na construção de comunidades e serviços públicos e em atividades culturais e espirituais. O capitalismo nunca aspirou atender às necessidades da pessoa como um todo; na melhor das hipóteses, trata a pessoa como uma entidade econômica. O socialismo estatista, em vez de inspirar, subjuguou as pessoas. Resta às boas sociedades preencher o vazio.

Os problemas mais profundos que afligem as sociedades modernas serão realmente resolvidos somente quando aqueles cujas necessidades básicas tiverem sido atendidas mudarem suas prioridades para o nível mais alto da escala de necessidades humanas de Maslow. Ou seja, somente depois de conferir prioridade a receber e dar afeto, a cultivar a cultura, a envolver-se em serviços comunitários e a buscar a realização espiritual. Essa mudança de prioridades também é necessária para que possamos verdadeiramente entrar em harmonia com o meio ambiente, já que as prioridades mais elevadas substituem o consumo material. Esse novo conjunto de prioridades também pode ser a única condição sob a qual os abastados apoiariam uma forte realocação de riqueza e poder, porque suas fortunas pessoais não mais se baseariam na acumulação de quantidades cada vez maiores de bens de consumo⁶⁴. Além disso, a mudança pode libertar milhões de pessoas e, pouco a pouco, espera-se que a todo o mundo, permitindo que se relacionem umas com as outras como membros de famílias e comunidades. Essa mudança radical estabeleceria os fundamentos sociais de uma sociedade na qual as relações baseadas em fins seriam dominantes, enquanto as relações instrumentais seriam claramente limitadas e paulatinamente minimizadas.

Tal mudança de prioridades – um retorno a uma espécie de contracultura moderada ou um giro rumo à simplicidade voluntária – exige um grande diálogo

⁶³ MYERS, D. **The American paradox**: spiritual hunger in an age of plenty. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2000.

⁶⁴ Para discussão adicional ver: ETZIONI, A. Voluntary simplicity: characterization, select psychological implications and societal consequences. **Journal of Economic Psychology**, n. 19, p. 619-643, 1998.



sobre nossos objetivos pessoais e coletivos. Os intelectuais e a mídia podem ajudar a lançar esse diálogo e a modelar as novas formas de comportamento. Os líderes públicos podem nutrir o reconhecimento desses valores ao moderar o consumismo e celebrar aqueles cujas realizações são compatíveis com a boa sociedade, e não com uma sociedade meramente afluyente. Mas, em última análise, essa mudança está nas transformações nos corações e nas mentes, nos valores e na conduta de todos nós. Não iremos longe em direção à boa sociedade a menos que tal diálogo seja lançado e desenvolvido para uma conclusão positiva.



**PLATAFORMA COMUNITARISTA RESPONSIVA:
DIREITOS E RESPONSABILIDADES - 1991**
**(The Responsive Communitarian Platform: Rights and
Responsibilities – 1991)**

Introdução

Homens, mulheres e crianças (norte)americanos são membros de diversas comunidades como: famílias; bairros; incontáveis associações sociais, religiosas, étnicas e profissionais, além do próprio corpo político. Nem a existência humana nem a liberdade individual podem ser sustentadas muito tempo fora das comunidades interdependentes e sobrepostas às quais todos nós pertencemos.

E nenhuma comunidade pode sobreviver um longo período a menos que seus membros dediquem parte de sua atenção, energia e recursos para projetos compartilhados. A busca exclusiva por interesses privados corrói a rede de ambientes sociais de que todos nós dependemos, e isso é devastador para a nossa experiência compartilhada em um autogoverno democrático. Por estes motivos, consideramos que os direitos dos indivíduos não podem ser preservados muito tempo sem uma perspectiva comunitária.

Uma perspectiva comunitária reconhece tanto a dignidade humana individual quanto a dimensão social da sua existência.

A perspectiva comunitária reconhece que a preservação da liberdade individual depende da manutenção ativa de instituições da sociedade civil, onde os cidadãos aprendem o respeito pelos outros bem como por si mesmos; onde adquirimos consciência das nossas responsabilidades pessoais e cívicas, juntamente com a valorização dos nossos direitos e os de outras pessoas; onde podemos desenvolver habilidades de autogoverno, bem como a habilidade de governarmos a nós mesmos e aprender a servir ao próximo – não apenas a si mesmo.

Uma perspectiva comunitária reconhece que as comunidades e os regimes políticos também têm obrigações – incluindo o dever de serem responsivos para com os seus membros e de fomentar a participação e deliberação na vida social e política.

Uma perspectiva comunitária não impõe determinadas políticas, mas, ao invés disso, demanda atenção para o que normalmente é ignorado nos debates políticos contemporâneos: o lado social da natureza humana; as responsabilidades que devem ser assumidas pelos cidadãos, individual e coletivamente, em um regime de direitos;



a ecologia frágil das famílias e suas comunidades de apoio; o efeito cascata e as consequências de longo prazo de decisões atuais.

As visões políticas dos signatários desta declaração variam muito. Estamos unidos, entretanto, em nossa convicção de que uma perspectiva comunitária deve ser trazida para dar suporte às grandes questões morais, legais e sociais do nosso tempo.

Vozes morais

Diversas comunidades de memória e ajuda mútua da América são fontes ricas de vozes morais – vozes que devem ser ouvidas em uma sociedade progressivamente ameaçada de tornar-se anômica, egocêntrica e impulsionada pela ganância, interesses específicos e uma busca descarada pelo poder.

As vozes morais alcançam seus efeitos principalmente através da educação e persuasão, e não através da coerção. Originárias das comunidades, e às vezes incorporadas em lei, elas exortam, admoestam e apelam para o que Lincoln chamou de os melhores anjos da nossa natureza. Elas falam para a nossa capacidade de julgamento fundamentado e ação virtuosa. É justamente por causa deste importante âmbito moral, o qual não existe em função de escolhas individuais aleatórias nem por controle do governo, ter sido muito negligenciado que vemos uma necessidade urgente de movimentos sociais comunitários para conferir a estas vozes o seu lugar essencial.

Dentro da história

A busca comunitária básica pelo equilíbrio entre indivíduos e grupos, direitos e responsabilidades, e entre as instituições do Estado, mercado e sociedade civil é uma jornada constante e contínua. Em razão dessa busca ocorrer dentro da história e de contextos sociais variados, a avaliação do que seja uma postura moral adequada irá variar de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar. Se estivéssemos na China de hoje, poderíamos argumentar vigorosamente por mais direitos individuais; já na América (do Norte) contemporânea, nós enfatizamos responsabilidades individuais e sociais.

Não majoritária, mas fortemente democrática

Comunitaristas não são majoritários. O sucesso do experimento democrático em liberdade ordenada (ao invés de licença ilimitada) depende não de comando ou força, mas da construção de valores compartilhados, hábitos e práticas que assegurem o respeito pelos direitos próprios e dos outros e o cumprimento regular de responsabilidades pessoais, cívicas e coletivas.



Políticas bem-sucedidas são aceitas porque elas são reconhecidas como legítimas, e não impostas. Nós dizemos aos que querem impor virtudes cívicas ou morais através da supressão do dissenso (em nome da religião, patriotismo ou qualquer outra causa), ou censura de livros, que sua cura é ineficaz, prejudicial e moralmente insustentável. Ao mesmo tempo, as posições morais divergentes não necessariamente levam à cacofonia. Mediante um diálogo verdadeiro, vozes claras podem surgir e as aspirações comuns podem ser identificadas e favorecidas.

Os comunitaristas favorecem uma democracia estável. Ou seja, nós procuramos tornar o governo mais representativo, mais participativo e mais responsivo para todos os membros da comunidade. Buscamos encontrar maneiras de proporcionar mais informação aos cidadãos e falar mais, com mais frequência. Buscamos reduzir o papel do capital privado, os interesses particulares e a corrupção no governo. Da mesma forma, perguntamos como “governos privados” – sejam eles corporações, sindicatos ou associações voluntárias – podem se tornar mais responsivos aos seus membros e às necessidades da comunidade.

Comunitaristas não exaltam o grupo como tal, nem defendem que qualquer conjunto de valores de grupo seja *ipso facto* bom meramente porque tais valores são originários de uma comunidade. De fato, algumas comunidades (digamos, neonazistas) podem promover valores condenáveis. Além do mais, comunidades que glorificam seus próprios membros ao difamar aqueles que não pertencem ao grupo são, na melhor das hipóteses, imperfeitas. Comunitaristas reconhecem – na verdade, insistem – que valores comunais devem ser julgados por critérios externos e primordiais, baseados na experiência humana compartilhada.

Uma comunidade responsiva é aquela cujos padrões morais espelham as necessidades humanas básicas de todos os seus membros. Na medida em que estas necessidades competem umas com as outras, os padrões da comunidade refletem a prioridade relativa atribuída pelos membros a algumas necessidades em detrimento de outras.

Ainda que indivíduos tenham diferentes necessidades, a natureza humana não é completamente maleável. Ainda que indivíduos sejam profundamente influenciados por suas comunidades, eles têm capacidade de julgamento independente. A persistência da cultura humana e democrática, assim como a dissidência individual, na Europa Oriental e na União Soviética, demonstram os limites da doutrinação social.

Para uma comunidade ser verdadeiramente responsiva – não apenas para um grupo de elite, uma minoria ou mesmo uma maioria, mas para todos os seus membros e todas as suas necessidades humanas básicas – ela terá de desenvolver valores morais que atendam os seguintes critérios: devem ser não discriminatórios e aplicados igualmente a todos os membros; devem ser generalizáveis, justificados em termos acessíveis e compreensíveis: por exemplo, em vez de reivindicações baseadas em



desejos individuais ou de grupo, os cidadãos recorreriam a uma definição comum de justiça; e, eles devem incorporar toda a gama de necessidades e valores legítimos em vez de se concentrar em apenas uma categoria, seja o individualismo, a autonomia, o cuidado interpessoal ou a justiça social.

Restaurando a voz moral

A história tem nos ensinado que é um erro bastante grave olhar para um líder carismático para definir e prover uma voz moral para a política. Tampouco as instituições políticas podem efetivamente encarnar vozes morais, a menos que elas sejam sustentadas e criticadas por uma cidadania ativa, preocupada com a direção moral tomada pela comunidade. Para reconstruir as bases morais da América, trazendo a nossa consideração pelos outros indivíduos e seus direitos a uma melhor relação com nosso senso de responsabilidade pessoal e coletiva, deve-se começar com as instituições da sociedade civil.

Começando pela família

O melhor lugar para começar é o lugar onde cada nova geração adquire sua ancoragem moral: em casa, na família. Devemos, mais uma vez, insistir que trazer uma criança ao mundo implica na responsabilidade moral de proporcionar não apenas necessidades materiais, mas também educação moral e formação de caráter.

A educação moral não é uma tarefa que pode ser delegada a babás ou creches profissionais. Ela requer laços estreitos, como os que são formados entre pais e filhos, caso eles venham a existir.

Pais e mães, consumidos pelo “fazer acontecer” e o consumismo, ou preocupados com o avanço pessoal, voltam para casa muito tarde e muito cansados para atender às necessidades de seus filhos, não podem desempenhar seu dever mais elementar para com seus filhos e concidadãos. Daí resulta que os locais de trabalho deveriam proporcionar o máximo de oportunidades flexíveis aos pais para que eles possam preservar uma parte importante de seu tempo e energia, de sua vida, para atender às suas funções educativo-morais, para o bem da próxima geração, seu carácter cívico e moral e sua capacidade de contribuir economicamente e socialmente para o bem público. Experiências como aquelas de licença parental não paga e paga, horário flexível, empregos comuns, oportunidades para trabalhar em casa, e para os pais participarem como voluntários e gestores em creches, deveriam ser ampliadas e incentivadas.

Acima de tudo, precisamos de modificações na orientação para ambos, pais e locais de trabalho. A educação dos filhos é um trabalho importante e valioso, trabalho



que deve ser honrado ao invés de denegrido pelos pais e pela comunidade.

Famílias chefiadas por mães ou pais solteiros enfrentam dificuldades específicas. Alguns pais solteiros lutam bravamente e obtêm sucesso no atendimento à educação moral de seus filhos, enquanto alguns casais vergonhosamente negligenciam seus deveres morais para com sua prole. No entanto, o peso da evidência histórica, sociológica e psicológica sugere que, em média, famílias biparentais são mais capazes de desempenhar as suas funções na educação de seus filhos, pois existem mais mãos – e vozes – disponíveis para a tarefa. Na verdade, os casais frequentemente costumam obter sucesso maior quando são apoiados por um círculo mais amplo de parentes.

A questão tem sido colocada erroneamente quando se pergunta qual parte dos deveres dos pais, avós ou outros ajudantes podem assumir. A contribuição destas pessoas é necessária como um complemento para os cuidados parentais, mas não como um substituto. A educação dos filhos requer, por natureza, um trabalho intensivo. Não existem tecnologias que poupam trabalho, e os atalhos nesta área podem produzir seres humanos lamentavelmente deficientes, prejudicando a eles mesmos e também a nós.

Segue-se que o divórcio generalizado, quando há crianças envolvidas, especialmente quando elas estão em seus anos de formação, é um indicativo de um problema social grave. Apesar de divórcios serem necessários em algumas situações, muitos são evitáveis e não são do interesse das crianças, da comunidade e provavelmente não da maioria dos adultos. Leis do divórcio deveriam ser modificadas, não para evitar o divórcio, mas para sinalizar a preocupação da sociedade.

Escolas: a segunda linha de defesa

Infelizmente, milhões de famílias (norte)americanas têm enfraquecido ao ponto de sua capacidade de proporcionar educação moral estar sendo gravemente prejudicada. E o fato é que as comunidades têm um discurso limitado em relação ao que as famílias fazem. Na melhor das hipóteses, levará anos até que uma mudança no clima moral restaure a parentalidade a seu status e funções adequadas para muitos (norte)americanos.

Assim, as escolas passam a desempenhar um papel importante, para melhor ou para pior, na formação do caráter e na educação moral. Responsabilidade pessoal e comunitária vêm juntas, a educação requer o comprometimento de todos os cidadãos, não apenas daqueles que têm filhos na escola.

Recomendamos fortemente que todas as instituições educacionais – desde creches até universidades – reconheçam e levem a sério a responsabilidade de proporcionar uma educação moral. Sugestões para que as escolas participem ativamente na educação moral são, com frequência, rejeitadas. O espectro de



doutrinação religiosa é rapidamente evocado, e a questão colocada é: “Qual moral você vai ensinar?”

Nossa resposta é simples e direta: devemos ensinar os valores compartilhados pelos (norte)americanos, por exemplo, que a dignidade de todas as pessoas deve ser respeitada, que a tolerância é uma virtude e a discriminação é abominável, que a resolução pacífica de conflitos é superior à violência, que falar a verdade é moralmente superior a mentir, que o governo democrático é moralmente superior ao totalitarismo e autoritarismo, que as pessoas deveriam dar um dia de trabalho em troca de um dia de honorários, que poupar para si próprio e para o futuro do país é melhor do que desperdiçar a renda e depois depender de outros para suprir necessidades futuras.

O medo de que nossos filhos recebam uma “lavagem cerebral” vinda de alguns educadores é absurdo. Pelo contrário, silenciar as escolas quanto a questões morais significa simplesmente que os jovens ficarão expostos a todas as outras vozes e valores, mas não a de seus educadores. De uma forma ou de outra, a educação moral acontece nas escolas. A única questão é se as escolas e os professores permanecerão passivos, ou terão um papel ativo e responsável.

Dentro das comunidades

Uma questão de orientação

Os antigos gregos sabiam muito bem: uma pessoa completamente privada está perdida para a vida cívica. A busca exclusiva por interesses pessoais não é uma boa receita de conduta, nem mesmo no mercado, pois nenhuma ordem social, política, econômica ou moral pode sobreviver dessa maneira. Alguma medida de cuidado, partilha e zelo com nossos irmãos e irmãs é essencial, para não retrocedermos todos a um governo cada vez mais expansivo, agências de bem-estar burocratizadas e regulamentações, polícia, tribunais e prisões inchadas.

De um modo geral, nenhuma tarefa social deve ser atribuída a uma instituição que seja maior do que o necessário para realizar o trabalho. Aquilo que pode ser feito pelas famílias não deve ser atribuído a um grupo intermediário, como uma escola, etc. O que pode ser feito no nível local não deve ser repassado ao nível estadual ou federal, e assim por diante. Há, é claro, muitas tarefas urgentes, como as ambientais, que demandam ação nacional e até mesmo internacional. Porém, repassar tarefas a níveis mais altos do que o necessário faz com que as comunidades envolvidas enfraqueçam. Este princípio é válido para funções de atendimento aos doentes, pessoas com problemas, delinquentes, desabrigados e novos imigrantes; e para a segurança pública, saúde pública e a proteção do meio ambiente – desde a vigilância da criminalidade no bairro até a triagem do lixo. O governo deve intervir apenas na medida em que outros subsistemas sociais falhem, ao invés de tentar se sobrepor a eles.



Muitas metas sociais demandam parceria entre grupos públicos e privados. Embora o governo não deva tentar se sobrepor a comunidades locais, isso pode ser necessário para empoderá-las através de estratégias de apoio, incluindo assistência técnica e partilha de receitas. Há uma grande necessidade de estudo e experimentação com o uso criativo de estruturas da sociedade civil e a cooperação público-privada, especialmente nas áreas onde a prestação de serviços sociais, educacionais e de saúde são uma grande preocupação.

Por último, mas não menos importante, não devemos hesitar em manifestar e expressar nossas preocupações morais, principalmente quando se trata de questões que nos interessam profundamente e que compartilhamos uns com os outros. Pode ser uma questão discutível se devemos ou não incentivar nossos vizinhos a manter seus gramados verdes (o que pode ser prejudicial ao meio ambiente), mas deve haver pouca dúvida de que devemos confiar uns nos outros no cuidado de nossos filhos e membros vulneráveis da comunidade. Aqueles que negligenciam estes deveres devem ser explicitamente considerados como membros fracos da comunidade.

Serviços nacionais e locais, bem como trabalhos voluntários, são desejáveis para construir e expressar um compromisso civil. Tais atividades, reunindo pessoas de diferentes origens e permitindo e encorajando-os a trabalhar juntos, constroem uma comunidade e fomentam o respeito mútuo e tolerância.

Deveres para com a política

Estar informado sobre assuntos públicos é um pré-requisito para manter a política fora do controle de demagogos, para agir quando necessário em seus próprios interesses e o dos outros, para alcançar a justiça e o futuro compartilhado.

O voto é uma ferramenta para manter o sistema político reflexivo a suas comunidades constituintes. Aqueles que sentem que nenhum dos candidatos reflete seus pontos de vista devem procurar outros cidadãos que compartilham da mesma opinião e optar por seu próprio candidato ao invés de se retirar da política. Ainda assim, algumas pessoas podem desempenhar suas responsabilidades para com a comunidade se envolvendo em atividades não-políticas, como, por exemplo, trabalho voluntário. Assim como a política é apenas uma faceta da vida social interdependente, o voto e a atividade política não são as únicas maneiras de ser membros responsáveis da sociedade. Um bom cidadão está envolvido em uma ou várias comunidades, mas não está necessariamente ativo na política.

Pagar os impostos, incentivar os outros a pagar o seu quinhão e servir em júris é totalmente obrigatório. Um dos males mais expressivos da nossa época é a expectativa de muitos (norte)americanos em relação ao acesso, cada vez maior, a serviços públicos sem ter pagar por eles (como refletido nas pesquisas de opinião pública que mostram



exigências para que o governo corte impostos, mas também expanda todas as funções governamentais imagináveis). Todos nós consideramos um direito adquirido sermos julgados perante um júri de nossos pares, mas, muitas vezes não estamos dispostos a servir em júris nós mesmos.

Limpando a política

Precisamos revitalizar a vida pública para que os dois terços dos cidadãos que dizem se sentir alienados, ou que a política não é para eles, possam voltar a nela se envolver.

Contribuições de campanha para os membros do Congresso e os legislativos estaduais, taxas de palestras e subornos se tornaram tão generalizados que em muitas áreas de políticas públicas e em várias ocasiões o interesse público é ignorado enquanto legisladores pagam as suas dívidas aos interesses particulares. Racionalizações pormenorizadas têm sido utilizadas para justificar o sistema. Costuma-se dizer que dar dinheiro a políticos é uma forma de participação democrática. Na verdade, os ricos podem “participar” nesse sentido bem mais efetivamente do que os pobres, sendo o princípio democrático de um voto por pessoa severamente comprometido. Costumamos dizer que dinheiro compra apenas o acesso ao ouvido do político, mas ainda que ele não compre compromisso, o acesso não deve ser alocado em função da profundidade do bolso das pessoas. Diz-se que cada grupo tem a sua quantia de dinheiro e, conseqüentemente, como todos subornam o Congresso, todos os (norte) americanos são servidos. Mas aqueles que não conseguem subornar a todos, ou pelo menos não tão bem, saem prejudicados e assim objetivos públicos de longo prazo não são subscritos por grupos de interesses particulares.

Estabelecer condições sob as quais representantes eleitos serão capazes de responder ao interesse público, às necessidades genuínas de todos os cidadãos e às suas próprias consciências, requer que o papel do dinheiro privado na vida pública seja reduzido o máximo possível. Todos os candidatos devem receber apoio público, como os candidatos presidenciais já fazem através do acesso ao rádio e à TV.

Alcançar esta grande renovação e revitalização da vida pública, reinstaurar os pré-requisitos que dão conta do interesse público requer um grande movimento social, semelhante ao movimento progressivo do início do século. Porque até mesmo boas causas podem se tornar interesses específicos caso elas não façam parte de tal movimento, mantendo suas estratégias e objetivos em constante diálogo com objetivos maiores e múltiplos fins. Cidadãos que se preocupam com a integridade da política, seja no nível local, estadual ou nacional, devem se unir a pessoas com o mesmo ponto de vista e formar um movimento comunitário neo-progressivo. Eles deveriam persistir até que autoridades eleitas estejam obrigadas moralmente não para com interesses específicos, mas com os eleitores e suas próprias consciências.



Liberdade de expressão

A Primeira Emenda [da Constituição norte-americana] é tão cara aos comunitaristas quanto aos libertários e muitos outros (norte)americanos.

Sugestões de que ela deva ser restringida para barrar expressões verbais de racismo, sexismo e outros insultos parecem-nos pôr em perigo a essência da Primeira Emenda, que, por ironia, é mais necessária quando o que algumas pessoas dizem é desconcertante para outras. No entanto, não se deve ignorar as vítimas de tais abusos. Sempre que indivíduos ou membros de um grupo são hostilizados, muitas medidas não legais são apropriadas para expressar a desaprovação em relação a expressões odiosas e promover a tolerância entre os membros da política. Por exemplo, um campus de faculdade confrontado com uma onda de incidentes relacionados à intolerância pode realizar uma programação trabalhando a compreensão intergrupos. Isto, e muito mais, pode ser feito sem comprometer a Primeira Emenda.

Justiça Social

No coração da compreensão comunitarista sobre a justiça social está a ideia de reciprocidade: cada membro da comunidade deve alguma coisa para todo o resto e a comunidade deve algo a cada um dos seus membros. A justiça requer indivíduos responsáveis dentro de uma comunidade responsiva.

Os membros da comunidade têm uma responsabilidade, na maior medida possível, de suprir a si mesmo e suas famílias: o trabalho honrado contribui para a comunidade e para a capacidade da comunidade de desempenhar as suas funções essenciais. Além de auto-sustentação, os indivíduos têm uma responsabilidade acerca do bem-estar material e moral dos outros. Isso não significa um auto-sacrifício heróico; significa a constante auto-consciência de que nenhum de nós é uma ilha não afetada pelo destino dos outros.

Por sua vez, a comunidade é responsável por proteger cada um de seus membros contra catástrofes, naturais ou artificiais; garantir as necessidades básicas de todos aqueles que verdadeiramente não podem prover-se; reconhecer, adequadamente, as contribuições feitas por indivíduos para o bem da comunidade; e proteger uma zona em que os indivíduos podem definir suas próprias vidas através do intercâmbio e livre escolha.

Saúde e segurança públicas

A tradição moral e jurídica (norte)americana sempre reconheceu a necessidade de equilibrar os direitos individuais com a necessidade de proteger a segurança e a



saúde pública. A Quarta Emenda, por exemplo, protege contra buscas irrazoáveis, mas admite aquelas que sejam razoáveis.

Diferimos da ACLU [*União Americana pelas Liberdades Civis*] e de outros grupos libertários radicais que se opõem a pontos de checagem de sobriedade, controle de passageiros nos aeroportos, testagem de drogas e álcool em pessoas que afetam diretamente a segurança pública (pilotos, maquinistas de trens, etc.). Estas e outras medidas semelhantes deveriam receber apoio público, pois envolvem ingerências de baixíssimo nível (uma checagem de sobriedade leva em média 90 segundos), interesses pertinentes em jogo (perdemos muitas vidas, a maioria delas devido a motoristas bêbados, a cada ano morrem mais pessoas no trânsito do que na guerra do Vietnã) e o fato de que as mesmas não nos desestabilizaram no passado.

Não há muito sentido no registro de armas. O que precisamos para melhorar significativamente a segurança pública é o desarmamento doméstico, do tipo que existe em praticamente todas as democracias. A National Rifle Association (Associação Nacional do Rifle) sugere que criminosos são responsáveis pela morte de pessoas, e não as armas. Essa ideia ignora o fato de que milhares de pessoas, muitas delas crianças, são mortas todos os anos pela descarga acidental de armas de fogo, e que seres humanos, sejam eles criminosos, loucos ou tomados por um impulso momentâneo, matam e estão muito mais propensos a fazê-lo quando estão armados do que quando não estão.

A Segunda Emenda, atrás da qual se esconde o NRA, está sujeita a uma variedade de interpretações, mas a Suprema Corte tem determinado repetidamente, há mais de cem anos, que ela não impede leis que barrem o uso de armas. Estamos unidos àqueles que leem a Segunda Emenda como foi escrita, como uma cláusula comunitária, apelando por milícias locais, não usuários individuais de armas de fogo.

Quando se trata de saúde pública, as pessoas portadoras de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente quando se trata de patologia quase sempre fatal, como a AIDS, deveriam revelar a sua condição a contatos sexuais precedentes ou ajudar as autoridades de saúde a fazê-lo, alertar a todos os contatos sexuais em potencial e informar todos os profissionais de saúde com quem essas pessoas venham a ter contato. Essa é a contribuição destes para ajudar a conter a epidemia. Ao mesmo tempo, os direitos dos portadores contra violação de privacidade arbitrária, discriminação na habitação, emprego e seguro deveriam ser protegidos escrupulosamente.

A comunidade humana

Nosso comunitarismo não é particularismo. Acreditamos que uma comunidade responsiva é a melhor forma de organização humana já concebida por respeitar a



dignidade humana e proteger a decência, e o modo de vida mais aberto à necessidade de autoavaliação através de uma deliberação compartilhada. Acreditamos que a espécie humana como um todo estaria bem servida pelo movimento, conforme as circunstâncias, todas as organizações políticas caminhando rumo a comunidades fortemente democráticas. Estamos bem cientes das maneiras em que este movimento será (e deveria ser) afetado por importantes diferenças materiais, culturais e políticas entre os povos e as nações. E sabemos que comunidades responsivas duradouras não podem ser criadas através de decretos ou coerção, mas somente através de uma verdadeira convicção pública.

Estamos animados com a invocação generalizada dos princípios democráticos pelas nações e povos que agora emergem de gerações de repressão; vemos a institucionalização desses princípios como a melhor defesa contra os excessos do particularismo étnico e nacional, que poderiam muito bem produzir novas formas de repressão.

Embora isso possa parecer utópico, acreditamos que na multiplicação de comunidades fortemente democráticas em todo o mundo se encontra a nossa melhor esperança para o surgimento de uma comunidade global que pode lidar concertadamente com assuntos de interesse geral de nossa espécie como um todo: com guerra e contenda, com violações de direitos básicos, com a degradação ambiental e com a extrema privação material que retarda os corpos, mentes e espíritos das crianças. A nossa preocupação comunitária deve começar a partir de nós mesmos e nossas famílias, mas crescendo inexoravelmente para a comunidade de toda humanidade há muito imaginada.

Conclusão

Uma questão de responsabilidade

Embora algumas das responsabilidades identificadas neste manifesto sejam expressas em termos jurídicos, e a lei desempenhar um papel significativo não apenas na regulação da sociedade, mas também ao indicar quais valores são significantes, nosso primeiro e mais importante propósito é afirmar o comprometimento moral de pais, jovens, vizinhos e cidadãos, para afirmar a importância das comunidades nas quais tais comprometimentos tomam forma e são transmitidos de uma geração para outra. Esta não é primariamente uma questão legal. Pelo contrário, quando a comunidade alcança o ponto em que estas responsabilidades devem ser impostas pelos poderes de estado, significa que a mesma está imersa em grande crise moral. Se as comunidades estiverem funcionando bem, a maior parte dos seus membros na maior parte do tempo desempenham suas responsabilidades porque eles estarão comprometidos em fazê-lo, e não porque têm medo de processos judiciais, multas ou prisões. No entanto, o estado e suas agências devem cuidar para não prejudicar



as estruturas da sociedade civil, das quais todos dependemos. Tanto os ambientes sociais como os naturais não podem ser subestimados.

Libertários defendem a ideia de que as responsabilidades são uma questão pessoal, que os indivíduos são responsáveis por decidir quais responsabilidades que eles aceitam como sendo as suas. Na nossa visão, as responsabilidades estão ancoradas nas comunidades. Refletindo as diversas vozes morais de seus cidadãos, as comunidades responsivas definem o que elas esperam de pessoas; educam os seus membros para aceitar estes valores; e elogiam-nos quando fazem o que devem e os desaprovam quando não o fazem. Embora o fundamento último da moralidade sejam os compromissos da consciência individual, são as comunidades que ajudam a introduzir e manter tais obrigações. Daí a necessidade urgente de as comunidades articularem as responsabilidades que eles esperam que seus membros desempenhem, especialmente em tempos, como o nosso, em que a compreensão dessas responsabilidades vem enfraquecendo e seu alcance tem crescido de modo obscuro.

Trabalho futuro

Este é apenas um começo. Esta plataforma é apenas um ponto no diálogo, parte de um processo contínuo de deliberação. Ele não deve ser visto como uma série de conclusões finais, mas como ideias para futuras discussões. Não afirmamos ter as respostas para todos os problemas sofridos pela América (do Norte) atualmente. No entanto, estamos animados pela onda de apoio que os nossos esforços iniciais trouxeram à perspectiva comunitarista. Se mais e mais (norte)americanos tiverem a coragem de se unir e formar comunidades ativas que buscam revigorar a ordem moral e social, seremos capazes de lidar melhor com muitos dos problemas sofridos por nossas comunidades, reduzindo a nossa dependência do controle, força e regulação governamental. Teremos maiores oportunidades de desenvolver políticas públicas baseadas em um amplo consenso e tradições morais e legais compartilhadas. E encontraremos muitas outras maneiras de tornar a nossa sociedade um lugar em que os direitos individuais são vigilantemente mantidos, enquanto os canteiros da virtude cívica vão sendo pacientemente nutridos.

Disponível em:

The Institute for Communitarian Policy Studies: <http://www.gwu.edu/~ccps/platformtext.html>

Tradução: Virginia Tartari Klein.

Revisão: Isabel Cristina Gross.



MANIFESTO PELA DIVERSIDADE NA UNIDADE **(The Diversity Within Unity Platform - 2001)**

Nós, abaixo-assinados, de diferentes origens sociais, países e pontos de vista, nos reunimos para falar aos nossos concidadãos sobre o lugar dos imigrantes e, ainda mais, das minorias em nossas sociedades diversificadas.

I NOSSA PRINCIPAL ORIENTAÇÃO

Notamos com crescente preocupação que largos segmentos dos povos das sociedades livres sentem que estão ameaçados pela imigração maciça e pelas minorias crescentes dentro de suas fronteiras, provenientes de culturas diferentes, que seguem práticas diversas e têm instituições e lealdades distintas. Estamos preocupados com a violência nas ruas e com as manifestações verbais de ódio e apoio crescente a partidos extremistas. Estas são reações nocivas às ameaças sentidas pelas pessoas quanto ao seu senso de identidade e autodeterminação de sua cultura, que se somam às preocupações evocadas pela globalização, pelas novas tecnologias de comunicação e por uma perda gradual da soberania nacional.

Reprovar os sentimentos de muitos milhões de pessoas, chamando-os de “discriminatórios”, “excludentes”, “hipócritas” ou algo pior, é uma política fácil, mas não resolve o problema. As ansiedades e as preocupações das pessoas não devem ser descartadas nem podem ser tratadas com eficácia rotulando-as de racistas ou xenófobas. Ademais, dizer às pessoas que elas “precisam” de imigrantes devido a razões econômicas ou déficits demográficos pode até ser um argumento válido e útil, mas não aborda suas dúvidas mais profundas. O desafio à nossa frente é encontrar formas legítimas e empiricamente sólidas de abordar construtivamente essas preocupações. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que esses sentimentos não encontrem expressões antissociais, odiosas e violentas.

Duas abordagens devem ser evitadas: uma é promover a assimilação, a outra, o multiculturalismo ilimitado. A assimilação – que implica em exigir que as minorias abandonem todas as suas específicas instituições, culturas, valores, hábitos e conexões com outras sociedades, a fim de integrar completamente a cultura predominante – é sociologicamente difícil de alcançar e desnecessária para lidar com os problemas em questão, como veremos. É moralmente injustificada por causa do nosso respeito às diferenças de convicções íntimas, como os deuses para os quais rezamos.

O multiculturalismo ilimitado – que implica abandonar o conceito de valores, lealdades e identidade compartilhados, a fim de privilegiar diferenças étnicas e



religiosas, presumindo que as nações possam ser substituídas por um grande número de diversas minorias – também é desnecessariamente extremista. É provável que dê lugar a contragolpes antidemocráticos, apoio a partidos de extrema direita e líderes populistas que implementem políticas contra as minorias. O multiculturalismo é normativamente injustificável porque não reconhece os valores e as instituições que a maior parte das sociedades protege, como os direitos das mulheres e dos homossexuais.

A abordagem básica que afirmamos é a diversidade na unidade [*diversity within unity* - DWU). Pressupõe que todos os membros de uma determinada sociedade respeitam e aderem plenamente aos valores e às instituições consideradas como parte da cultura compartilhada pela sociedade. Ao mesmo tempo, qualquer grupo é livre para manter sua subcultura distinta – aquelas políticas, hábitos e instituições que não conflitam com o núcleo compartilhado – e uma forte medida de lealdade ao seu país de origem, desde que isso não interfira na lealdade para com o país em que vive em caso de conflito de lealdades. O respeito pelo todo e o respeito para com todos é a essência da nossa posição.

Observamos que tal diversidade dentro da unidade enriquece em vez de ameaçar a sociedade em seu conjunto e a sua cultura, tal como se evidencia em campos que vão da música à culinária e mais notavelmente na ampliação de nossas ideias e da nossa compreensão do mundo diverso que nos rodeia. Notamos ainda que, em cada sociedade, o núcleo básico compartilhado de identidade e cultura tem mudado ao longo do tempo e continuará a mudar no futuro. Portanto, as minorias que sustentam que esse núcleo não reflete os valores que lhes são caros são livres para agir e tentar mudá-lo por meio de processos democráticos e sociais disponíveis para esse propósito em todas as sociedades livres.

A unidade da qual falamos não é imposta por ordens ou regulamentações governamentais, muito menos por agentes policiais, mas nasce da educação cívica, do compromisso com o bem comum, da história da nação, de valores compartilhados, experiências comuns, de robustas instituições públicas e dos diálogos sobre as semelhanças e as exigências de pessoas que vivem juntas e enfrentam os mesmos desafios no mesmo canto do mundo.

Essa diversidade dentro da unidade permite respeitar plenamente os direitos básicos, o modo de vida democrático e os valores nucleares, bem como os valores das minorias que não entram em conflito com ela.

Quais elementos pertencem a qual categoria – o reino da unidade ou da diversidade – é uma questão que pode se decidir prontamente sobre muitos assuntos-chave. Os direitos básicos devem ser respeitados por todos. Por exemplo, a discriminação contra as mulheres não pode ser tolerada, quaisquer que sejam os valores culturais ou religiosos de um determinado grupo. O respeito pela lei e pela ordem é essencial. As instituições democráticas não são uma opção entre outras mais.



Ninguém que busque por cidadania em um determinado país e por ser membro de uma dada sociedade pode pagar para eximir-se das responsabilidades coletivas que a sociedade tem contraído por suas ações passadas e em relação a outras sociedades, assumidas por tratado ou outra forma.

Ao mesmo tempo, pouca reflexão é necessária para reconhecer que não há fundamento para contestar se as minorias desejam manter a sua língua como segunda língua, estreitar laços com outro país (desde que não conflitem com a lealdade ao país em que vivem) e buscar o conhecimento e as práticas específicas de sua cultura. Com isso, não pretendemos negar que muita deliberação e diálogo público são necessários sobre questões controversas, tais como a forma com que a “lei e a ordem” devem ser interpretadas e até onde deve chegar o consenso democrático. A deliberação e o diálogo público também são cruciais antes de se determinar que temas pertencem ao domínio da unidade ou da diversidade, como se verá adiante.

Resumindo, não devemos sacrificar a unidade em nome da diversidade ou vice-versa, mas reconhecer que podemos tanto aprender a viver com mais diversidade quanto proteger a unidade legítima.

II QUESTÕES E POLÍTICAS

1 A lei: variações, direitos fundamentais e interesse público imperativo

Os modelos assimilacionistas favorecem a manutenção de leis universais – aquelas que se aplicam a todos os cidadãos e a outras pessoas dentro de uma determinada jurisdição. Tais modelos toleram algumas variações e exceções, mas estas devem estar baseadas em necessidades individuais (por exemplo, doença mental) ou em categorias demográficas (por exemplo, menores de idade), e não em grupos étnicos ou raciais. Os direitos de grupo não são reconhecidos como distintos.

A diversidade sem limites, por outro lado, propicia que cada comunidade siga as suas tradições, mesmo se estiverem em conflito com as leis vigentes (por exemplo, permitindo casamentos forçados e circuncisão feminina), ainda que a maioria das posições em favor da diversidade reconheça que certas leis universais devem ser observadas. De acordo com esta abordagem, deve ser concedida uma considerável medida de autonomia aos grupos étnicos e raciais para que estabeleçam e apliquem as suas próprias leis, seja mediante considerável autonomia territorial ou comunitária – por exemplo, por autoridades religiosas, como imames ou rabinos. Além disso, segundo esta abordagem, as pessoas estão imbuídas de direitos consolidados apenas pelo fato de serem membros de um grupo protegido, como os nativos canadenses ou americanos.

O modelo de diversidade na unidade preconiza uma abordagem bifocal: distingue claramente as leis que todos devem respeitar e aquelas que devem ser objeto de



variações e exceções baseadas em grupos. Embora haja espaço para desacordos sobre o que se enquadra dentro dessas duas categorias, vários critérios sugerem por si próprios os princípios-guia para determinar quais leis e políticas devem ser universais e quais podem ser de grupos particulares.

À frente da categoria universal estão os direitos humanos fundamentais, conforme definido pela Constituição e pelas leis básicas do país, pelas leis das comunidades regionais, como a da União Europeia e a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas. Assim, ninguém pode ser legalmente comprado e vendido, detido sem o devido processo, privado do direito de voto, etc. por qualquer membro de qualquer sociedade. As principais feministas corretamente se opõem a diversas variações grupais por temer que estas impliquem em “perder o que ganhamos em termos de igualdade de gênero”.

O interesse público imperativo constitui outro critério universal. Se o porte de armas for considerado um grave risco à segurança, nenhum grupo deve ser isento desta regra. O mesmo se aplica às violações da saúde pública, como a recusa em vacinar as crianças – diversos estados dos Estados Unidos e de outros países, como a Holanda, isentam deste requisito os pais que alegam objeções religiosas, uma política que preocupa profundamente os agentes da saúde pública.

O que não estiver incluído em tais políticas gerais de interesse público deve ser considerado um tema legítimo para variação e pluralidade. Isso pode incluir variações referentes a leis, como as relativas aos dias de fechamento comercial (por exemplo, as leis podem exigir que as lojas sejam fechadas um dia por semana, mas não necessariamente aos domingos) e as relativas aos direitos dos animais (para permitir o abate ritual); ou variações nos regulamentos de zoneamento (por exemplo, para permitir a construção de mesquitas); isenções para permitir o uso de substâncias controladas durante os serviços religiosos; e algumas isenções limitadas nos regulamentos de segurança laboral, preparação de alimentos e naqueles voltados a ajudar empresas étnicas recém-criadas. (Algumas destas variações podem ser limitadas a um período de transição e combinadas com a ajuda aos imigrantes e às minorias em geral para se adaptarem às leis vigentes).

Argumentos de que grupos territoriais ou nativos têm um nível de direitos mais elevado do que os imigrantes são incompatíveis com o modelo da diversidade na unidade. De fato, os grupos territorialmente concentrados estão mais inclinados do que outros a promover a diversidade ao ponto de pôr em perigo a unidade, tal como podemos testemunhar com grupos concentrados em uma determinada área, muito mais propensos a se separarem do que grupos dispersos. Alguns grupos minoritários podem ter razões legítimas para buscar a separação, mas isto constitui a sentença de morte da unidade. Embora no passado as lutas pela autodeterminação estivessem geralmente envolvidas na desintegração dos impérios e, portanto, como regra geral, reforçavam a representação democrática, as regiões que hoje se afastam das



sociedades democráticas dificilmente melhoram o autogoverno e podem muito bem enfraquecê-lo.

A nossa ênfase está na prática, não no discurso. Assim, é aceitável que um determinado grupo defenda práticas não liberais, mas até que as leis ou a Constituição sejam alteradas, o grupo não deve ser autorizado a praticá-las e muito menos impô-las a outros. Os seguidores extremistas de uma ou outra religião podem argumentar que a proibição de algumas de suas práticas minam toda a sua cultura particular; no entanto, ser membro de uma sociedade livre implica evitar práticas que ameacem os direitos fundamentais de qualquer membro da sociedade.

Não há razão para se opor aos compromissos particulares, desde que eles cumpram os critérios que acabam de ser articulados. Assim, se os *sikhs* [originários da Índia] estiverem dispostos a usar os seus punhais, modificando-os para que não possam ser desembainhados, isso pode permitir que se estabeleça a ponte entre a sua subcultura e as leis básicas do país.

Seja qual for a posição que se tenha quanto à igualdade econômica e aos direitos sociais, assumimos que todos têm o mesmo valor moral, decorrente da condição humana, quer se trate de cidadãos ou não, e que a discriminação com base em raça, etnia, religião ou gênero é ilegal. (Se isto se aplica a organizações privadas, tais como clubes sociais que não recebem apoio público ou isenções fiscais, é uma questão em aberto.)

Os direitos trazem consigo responsabilidades correspondentes. Este princípio deve ser plenamente aplicado a todos os membros de qualquer grupo. Assim, se uma nação está envolvida em guerra com outra nação, os membros minoritários que têm laços históricos e culturais com essa outra nação devem servir no exército da nova pátria, como os demais cidadãos. Se a luta for necessária, ninguém está isento por ser membro de um grupo racial ou étnico específico. (Pessoas que se opõem conscientemente por motivos religiosos ou éticos seculares, assumindo que os seus compromissos são efetivos e que estão dispostas a prestar serviços nacionais alternativos, podem muito bem ser isentas). O mesmo se aplica ao atendimento aos filhos, ao pagamento de impostos, a atos de benemerência, e assim por diante.

2 Estado e religião

A maioria dos estados das sociedades livre historicamente tiveram(ou ainda têm) uma religião que reconhecem formalmente como a seu único cristianismo (incluindo uma versão específica do cristianismo, como o luteranismo na Suécia). Além disso, esses estados fornecem amplo apoio financeiro, direta e indiretamente, às instituições da religião oficial do estado, principalmente para o clero e os templos. (A França e os Estados Unidos são as exceções a este respeito, pois, na frase comumente usada, eles não têm nenhuma religião estabelecida). Quase todas essas nações enfrentam



atualmente uma imigração maciça e um número crescente de minorias que acreditam em diferentes religiões, especialmente no islamismo.

Para onde se pode ir a partir daqui? Uma opção é manter a igreja oficial. Embora muitas vezes as religiões oficiais tenham colocado relativamente poucas exigências às pessoas (sejam elas membros de minorias ou a maioria), os defensores da assimilação, na verdade, esperam que as minorias se desfaçam em grande parte de suas crenças, minorias que muitas vezes mantêm fortes compromissos religiosos. É importante ressaltar que, sob esta abordagem, espera-se que as crianças das minorias frequentem escolas públicas nas quais são ensinados os valores da religião oficial; os residentes e os cidadãos minoritários são obrigados a participar de eventos públicos em que as orações são as de outra religião; e a vida pública está repleta de símbolos da religião oficial e de leis que a refletem. Este é um desafio máximo à diversidade.

Uma segunda opção é elevar todas as religiões ao mesmo patamar que a oficial. Isto implicaria não apenas em apoiar plenamente o clero e os templos (e os serviços sociais) prestados por todas as religiões, mas também abrir eventos oficiais com orações múltiplas, exibindo em edifícios públicos e escolas símbolos religiosos de todos os grupos numa base igualitária, e assim por diante. Tal movimento seria provavelmente percebido como um ataque direto à identidade histórica e cultural de uma nação, e conduziria a um alto nível de controvérsia. Isso iria minar consideravelmente a unidade.

Uma terceira opção é a de que a posição oficial da religião oficial seja gradualmente anulada (como aconteceu na Suécia). Sob este modelo, nenhuma nova religião seria reconhecida como a religião oficial do estado, mas o apoio financeiro seria fornecido para o clero e os templos de todas as religiões. A quantia seria determinada pelo número de adeptos anualmente declarados. (Isto tiraria do estado a responsabilidade de determinar quem tem direito a receber apoio). Este é um problema especialmente para países que dependem fortemente de associações de voluntários e grupos para administrar serviços sociais pagos pelo público, como é comum em partes da Europa. Se os grupos religiosos não estão incluídos, isso equivale a uma discriminação contra aqueles cuja afiliação social primária é religiosa. Ao mesmo tempo, esse apoio não deve estar disponível para grupos que promovam valores, sejam religiosos ou laicos, que atentem contra os direitos fundamentais.

Este terceiro modelo é mais compatível com a abordagem da diversidade na unidade, porque a remoção do reconhecimento formal de qualquer religião estatal coloca todas as religiões em pé de igualdade (pelo menos em termos legais e financeiros) sem desafiar diretamente a história e a identidade. Ainda que tal movimento constitua um afastamento da tradição, não a substitui por outros novos requisitos oficiais. Permite que a maioria mantenha um sentido de centralidade dos seus valores (o que não é totalmente satisfatório para as minorias). Ao mesmo tempo, permite que as minorias reconheçam que a maioria as acomodou de uma maneira importante (o que deixa alguns da maioria menos do que totalmente satisfeitos). Este modelo permite



a diversidade sem minar explicitamente a unidade. (Ele encontra um precedente na revisão da obrigatoriedade das lojas em fechar aos domingos, para fins religiosos, mas agora podem fechar em um dia que se adapte a qualquer religião - como sexta-feira ou sábado - sem excluir oficialmente o domingo). As sensibilidades da maioria também devem ser respeitadas.

3 A escola na perspectiva da diversidade na unidade

A escola não deve ser usada nem para suprimir todas as diferenças e distinções culturais nem para reforçar a segregação e a “guetização” das minorias.

O modelo assimilacionista defende que os imigrantes e os membros das minorias sejam ensinados em escolas públicas, que utilizam basicamente o mesmo material que o utilizado para os demais membros da sociedade e que vinha sendo fornecido anteriormente. O modelo de diversidade ilimitada exige a criação de escolas separadas, com apoio público e currículos distintos, para os vários grupos étnicos, desde o jardim de infância até a conclusão da escola secundária, tal como escolas muçulmanas ou judaicas separadas, não apenas como escolas “dominicais”, mas como escolas de tempo integral.

A abordagem da diversidade na unidade, baseada no conceito de escolas de bairro, sugere que: (a) uma grande proporção do currículo – talvez uns 85% ou mais – deve permanecer universal (ou seja, parte dos processos que promovem a unidade). As vantagens de compartilhar 85% ou mais do currículo não estão apenas em garantir que todos os membros da próxima geração sejam expostos em medida considerável aos mesmos materiais didáticos, narrativas e conteúdo normativo, mas também que eles se mesquem socialmente. Por isso, ensinar o mesmo material, mas em escolas etnicamente segregadas, é incompatível com nossa abordagem. Admite-se que os efeitos segregacionistas de tal escolarização podem ser amplamente mitigados se eles ensinarem uma quantidade considerável de material “universal” e se esforçarem para proporcionar uma mistura social, se não em seus próprios limites, em outros lugares. Embora professores de todas as origens devam ser bem-vindos, insistir que as crianças devam ser ensinadas por professores que são membros do seu grupo étnico não é compatível com o modelo da diversidade na unidade. (b) As minorias devem ter um grande peso, cerca de 15% ou mais do currículo, o que poderia ser na forma de disciplinas eletivas ou aulas alternativas em que os estudantes particularmente interessados numa matéria, história ou tradição poderiam obter uma educação enriquecida nessa área. (c) O conteúdo universal e unitário do currículo deve ser reformulado até certo ponto para incluir, por exemplo, mais aprendizagem sobre culturas e histórias das minorias.

A educação bilíngue pode ser utilizada, mas apenas durante uma fase de transição antes do início da integração e não como um modo permanente de ensino que, na



realidade, reproduz a segregação étnica. (Nos referimos à educação conduzida nas línguas dos imigrantes e não às políticas educativas de um país que historicamente adotou duas ou mais línguas).

O ensino de valores constitui uma particular preocupação. Esta questão é realçada pelo fato de que muitas das controvérsias nas escolas, que vão desde a supressão dos crucifixos até a exigência de que mulheres muçulmanas usem trajes de banho, passando pela proibição dos turbantes tradicionais dos *sikhs*, estão relacionadas à religião. Pode-se começar observando que as escolas devem ajudar a desenvolver o caráter e a ensinar valores básicos ao invés de serem meramente instituições de “instrução”. Deve-se também assumir que as classes a serem frequentadas por todos os alunos (o bloco da unidade de 85% ou mais) incluirão aulas nas quais serão ensinados valores cívicos básicos, como o respeito à Constituição ou às leis básicas, aos direitos humanos, ao valor da democracia e do respeito mútuo entre diferentes subculturas. (Estas devem incluir práticas cívicas, tais como atuar no parlamento ou tribunal civil ou fazer serviço comunitário). Mas esse esforço pode muito bem não ser suficiente para promover a necessária educação do caráter e é improvável que, por si só, constitua um substituto suficiente para os valores substantivos ensinados no passado pelas religiões. Dado que as escolas estão na atividade da educação do caráter, a questão a ser enfrentada é: quais valores substantivos devem ser incutidos para além das virtudes cívicas em sentido estrito?

Proporcionar aulas uma escolas públicas para cada religião (em linha com a noção de reconhecimento oficial igualitário de todas as religiões) e permitir que os alunos escolham qual delas frequentar (incluindo aulas de ética secular e humanista) ajuda a diversidade, mas pouco faz pela unidade. Uma forma de melhorar esta abordagem é as escolas públicas trabalharem com os vários grupos religiosos para garantir que os professores selecionados para o ensino religioso (e os materiais de ensino que usam) se abstenham de defender ou implementar práticas religiosas que não reconheçam os direitos fundamentais de todos. (Embora tenhamos afirmado anteriormente que nós não nos opomos ao discurso contrário aos direitos humanos como distinto das práticas, as crianças, cujos corações e mentes ainda não foram formados, necessitam de proteção extra). Pode-se admitir que alguém defenda que a democracia deve tolerar o ensino de valores antidemocráticos, desde que não desafie seriamente o sistema democrático. No entanto, nem todas as sociedades têm políticas democráticas arraigadas e bem consolidadas, pelo que não se deve pressioná-las. Acima de tudo, sem deixar o fundamentalismo fora das salas de aula, não é possível construir um compartilhamento suficiente de valores.

Para muitos de nós, só as escolas públicas podem proporcionar um ambiente em que as crianças são expostas a um rico núcleo de valores compartilhados, são protegidas do fundamentalismo e se misturam socialmente com crianças de diferentes origens sociais e religiosas. Outros defendem que isso pode ser alcançado também



em escolas privadas, mesmo que controladas por um grupo étnico ou religioso ou outro, desde que o estado assegure que todas as escolas ensinem um forte núcleo de valores compartilhados. Em ambos os casos, os mesmos critérios essenciais devem ser atendidos para que todas as escolas ofereçam oportunidades efetivas de avançar para um modelo de diversidade na unidade em contraste com um modelo homogêneo, assimilacionista ou multicultural de segregação: um núcleo de valores compartilhados e miscigenação social.

4 Cidadania para imigrantes qualificados e legais

A discussão sobre a política de imigração e cidadania tem sido frequentemente caracterizada por oscilações bruscas entre posições emocionalmente inquietantes e divisionistas e propostas radicais de assimilação ou de diversidade ilimitada: ou acabamos com toda a imigração ou abrimos nossas fronteiras a praticamente qualquer pessoa; ou os imigrantes são um fardo para os contribuintes e a responsabilidade pela integração cabe exclusivamente aos recém-chegados ou todos os recém-chegados devem receber substancial assistência pública e auxílio para manter as suas culturas, línguas e identidades; ou todos os imigrantes ilegais devem ser deportados imediatamente ou não deve haver distinção alguma entre imigrantes legais e ilegais.

A abordagem da diversidade na unidade enfatiza que as sociedades são mais bem servidas se os imigrantes legais e que cumprirem os requisitos educacionais podem se tornar cidadãos de pleno direito em vez de serem tratados como trabalhadores convidados, o que muitas vezes é um termo que esconde seu verdadeiro *status* como residentes permanentes, mas de segunda classe. A chave para uma abordagem à imigração democraticamente defensável e economicamente viável é tomar decisões antecipadas sobre o alcance e a natureza da imigração que a nação prefere. Então, o governo pode fornecer *status* permanente para aqueles admitidos e facilitar seu acesso à cidadania. Esta abordagem oferece uma maneira mais sensível de prover pessoal para o mercado de trabalho, unir as famílias e permitir que os cidadãos avaliem a forma como a imigração está moldando a economia e a cultura nacional.

As preferências culturais – por exemplo, que a Espanha prefira imigrantes de língua espanhola – são aceitáveis, porque ajudam a manter a unidade, desde que não impeçam a imigração para fins de reagrupamento familiar ou do direito de asilo, e sejam baseadas na cultura, não na raça ou no sangue. O apoio público à imigração também exige que possam ser implementadas com autoridade. Assim, um melhor controle de fronteiras, sanções a empregadores, talvez até mesmo uma carteira de identidade nacional para todos os residentes legais, são desejáveis em qualquer abordagem que vise criar um sistema eficaz e publicamente defensável. (Estas medidas não se aplicam aos requerentes de asilo político.) Esforços mais sérios para fazer cumprir as leis de imigração, acompanhadas de critérios de admissão sólidos e transparentes,



também fornecerão uma forma de lidar com a realidade atual da imigração ilegal de forma coerente com os valores democráticos fundamentais. À medida que tal sistema é introduzido, uma sociedade pode reorientar a sua cidadania para além de representar apenas um pacote de direitos, passando a privilegiar a participação e a responsabilidade cívicas.

Os estados-nação democráticos devem ter procedimentos justos e objetivos de admissão para os imigrantes legais, incluindo taxas razoáveis para o processo de legalização. Os requisitos linguísticos e educacionais podem ser mais elevados do que os atuais, para garantir que os futuros cidadãos se familiarizem não só com o funcionamento do governo democrático, mas também com os elementos unificadores da sociedade receptora. Os imigrantes que ainda não completaram os seus processos de cidadania poderiam ser investidos de direitos como o de votar nas eleições locais e de servir na função pública como formas de ajudá-los a adquirir a prática cívica e a criar um serviço público mais bem equipado para lidar com as minorias.

A dupla cidadania poderia ser permitida ou mesmo incentivada, desde que sejam estabelecidos princípios e práticas adequados para conciliar conflitos entre lealdades – especialmente o princípio de que a nação de residência permanente tem prioridade.

Resumindo: a cidadania constitui uma forma essencial para que uma pessoa se torne um membro responsável e aceite de uma comunidade. Por isso, não deve ser concedida sem a devida preparação nem negada àqueles que tenham cumprido as medidas exigidas de inculturação.

Ao longo desta seção, assumimos que a cidadania não se baseia em linhagem sanguínea ou em pertença racial, mas, sim, no pertencimento a uma comunidade histórica, com a sua própria cultura e identidade. Incorporar-se a esta comunidade é partilhar até certo ponto essa história, cultura e identidade, caracterizado pela diferença entre os elementos de unidade e diversidade previamente discutidos. Para reiterar, a história não para, e a cultura e a identidade continuam a ser reformuladas, em parte sob a influência dos novos membros.

A cidadania não deve ser um bem livre, mas um projeto comunitário, um *status* e uma identidade que constituam direitos e responsabilidades sociais. Isto vale tanto para aqueles que procuram se tornar cidadãos, como para aqueles que já o são.

5 Linguagem: um inescapável elemento de unidade?

O modelo assimilacionista pretende que todos adquiram a língua predominante (por vezes, como na Bélgica, pelo menos uma delas), que deve ser considerada a língua oficial, e que o uso de outras línguas seja proibido em assuntos oficiais, tribunais, cédulas de voto e sinalização de rua. Por outro lado, a diversidade ilimitada opõe-se ao reconhecimento de qualquer língua como língua oficial e procura conferir um *status*



de igualdade nos tribunais, documentos, etc., a várias línguas, por vezes um número bastante elevado.

A abordagem da diversidade na unidade reconhece as grandes vantagens de se ter uma língua compartilhada (duas, se necessário) e ensiná-la a todos os imigrantes, membros de minorias e pessoas cuja educação está atrasada por outras razões. Todavia, o estado deve disponibilizar tradutores e documentos traduzidos para aqueles que ainda não adquiriram a língua compartilhada, mesmo que isso reduza a motivação dos imigrantes para aprenderem a língua predominante.

Os bairros devem ser livres para adicionar sinalização em qualquer idioma, mas não para substituir as sinalizações públicas existentes. O estado pode também encorajar a manutenção das línguas dos imigrantes como segunda língua e o ensino de segundas línguas em geral.

6 Elementos de união, símbolos, história nacional, feriados e rituais

Em numerosas situações, surgem controvérsias em relação a questões de pouca importância em si, mas que adquirem grande significado simbólico em relação à rejeição ou aceitação parcial ou total de pessoas de diversas culturas. Estas incluem códigos de vestimenta (por exemplo, em relação às moças que usam véus), a rapazes e moças que nadam juntos, à exibição de bandeiras étnicas *versus* bandeiras nacionais, à delimitação de áreas onde podem ocorrer celebrações étnicas, aos níveis de ruído tolerados, e assim por diante. Com efeito, praticamente qualquer questão pode ser transformada em uma questão com alto impacto simbólico, e alguns assuntos (como as bandeiras) tendem mais facilmente a se tornar tais.

É importante reconhecer que tentar lidar com essas questões uma a uma ou focar nos argumentos superficiais não nos levará a uma resolução consensual, já que normalmente esses assuntos referem-se a questões mais profundas. Os símbolos contestados servem como ganchos nos quais as pessoas penduram seu ressentimento em relação a outras culturas (incluindo a dominante) e aos inconvenientes da adaptação a um mundo diferente. Esses símbolos são expressões do sentimento das pessoas de que sua cultura, identidade, unidade nacional e autodeterminação estão sendo desafiadas. Somente à medida que estas questões mais profundas são estudadas é que as sociedades serão capazes de elaborar resoluções satisfatórias para os conflitos em torno dos símbolos.

Atacar sentimentos profundos das gentes, negar que os imigrantes ou as minorias são diferentes, rotular todos esses sentimentos como preconceitos “racistas” ou “xenófobos” e exigir que as pessoas os abandonem ou se submetam à reeducação, se não à reabilitação, é tão injusto quanto contraproducente.



A perspectiva da diversidade na unidade afirma que entendemos por que as pessoas se sentem assim, mas também pretende fazer entender aos que se sentem invadidos que as mudanças culturais que devem aprender a enfrentar não irão violar os seus valores básicos, não irão destruir a sua identidade nem acabar com a sua capacidade de controlar as suas vidas. Na verdade, o principal mérito dessa abordagem é que ela enquadra essa questão não como uma postura de relações públicas ou uma fórmula política, mas como um modelo elaborado de leis, políticas e conceitos normativos que dá substância a tais promessas.

Uma vez estabelecida esta posição de base, observamos que a adesão ao velho patriotismo, que exige um abraço inquestionável ao passado de uma nação, é tão inadequada quanto apelar ao desmantelamento da identidade nacional para acomodar a diversidade. Assim, esperar que imigrantes de países anteriormente colonizados vejam grande glória no passado imperial não é compatível com o modelo da diversidade na unidade, assim como não é compatível pedir a uma nação que abandone seus valores, símbolos e significados compartilhados e se torne meramente uma afiliação tênue e formal. Argumentos para “repensar o que significa ser britânico” (ou francês, etc.) são bem-vindos se significarem redefinir afinidades e apontar diferenças legítimas, mas não se forem palavras codificadas para abandonar significados e valores substantivos compartilhados. Também não é realista supor que, numa federação europeia de pleno direito, as identidades e culturas nacionais desaparecerão num futuro previsível, dissolvendo assim temas mais profundos.

O modelo assimilacionista favorece a ênfase no destino comum e nas gloriosas conquistas da nação em livros didáticos (especialmente os de história), feriados nacionais e rituais cívicos. Alguns defensores da diversidade ilimitada pretendem redefinir a história como longos períodos de desgraça nacional (por exemplo, um estudioso sugeriu que a história americana fosse ensinada como uma série de abusos de minorias, começando com nativos americanos, depois os escravos e mais adiante os nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, e assim por diante). Outros preferem feriados étnicos e religiosos separados, como Natal, Hanukkah e Kwanza, para substituir ao invés de suplementar os feriados nacionais compartilhados.

A posição do modelo da diversidade na unidade sobre essas questões ainda precisa ser trabalhada. No que diz respeito ao ensino da história, certamente muitos concordariam que, na medida em que os livros e outros materiais didáticos contenham afirmações ofensivas às minorias, estas devem ser removidas ou corrigidas, e o reconhecimento das contribuições das minorias à sociedade deve ser adicionado. Além disso, a história de diferentes partes do mundo deve ocupar um papel importante em qualquer currículo. O ensino da história é uma maneira importante de transmitir significados e valores compartilhados, e não deve ser “particularizado” nem se tornar uma fonte de ataque ao reino da unidade.



A mesma diretriz se aplica aos feriados: uma combinação de feriados compartilhados (como o dia da unificação alemã, o *Tag der Deutschen Einheit*) com feriados étnicos e religiosos distintos pode ser bastante compatível com o modelo da diversidade na unidade. Com efeito, a existência de alguns feriados étnicos (como o *Cinco de Mayo* mexicano) enriquece ao invés de diminuir a cultura compartilhada.

Nos centramos aqui em valores compartilhados e divergentes em uma sociedade que é uma comunidade de comunidades, não uma mistura sem sentido altamente homogeneizada. Não pretendemos de forma alguma desviar a atenção dos interesses econômicos e sua articulação e das questões relacionadas à distribuição de poder. No entanto, dado que essas questões têm sido frequentemente exploradas, nosso foco tem estado nos valores (e nas instituições relacionadas), uma parte central de qualquer sociedade que queira preservar sua identidade e ao mesmo tempo mudar pacificamente.

A questão mais desafiadora de todas é considerar, além das mudanças nas expressões simbólicas e até mesmo nas leis e políticas, o que abarcaríamos em um núcleo modificado, mas unificado, de valores substantivos compartilhados? O compromisso com os direitos fundamentais, o modo de vida democrático, o respeito pelas leis básicas (ou, mais amplamente, uma fé constitucional ou uma religião cívica) e a tolerância mútua vêm (pelo menos relativamente) com facilidade. O mesmo acontece com os conceitos comunitários de que os direitos implicam responsabilidades, que as diferenças são preferíveis ao conflito e que a sociedade deve ser considerada uma comunidade de comunidades (e não apenas um estado que contém milhões de indivíduos). No entanto, por mais importantes que estas sejam e por mais que nos façam avançar, estas concepções relativamente tênues de unidade (e as que se limitam a pontos de consenso entre diversas culturas) constituem uma escassa base de valores partilhados para sustentar a unidade entre a diversidade.

O desafio para o modelo de diversidade na unidade é perguntar como o reino da unidade, embora restaurado, pode ser suficientemente espesso sem violar o lugar legítimo da diversidade. A resposta pode ser encontrada em parte nos valores humanistas e éticos (incluindo o respeito pela dignidade e autonomia individuais) e nos valores comunitários mais espessos que explicitam as nossas obrigações uns para com os outros. Pode incluir o compromisso de construir comunidades mais abrangentes (como a União Europeia), de ajudar os necessitados nos países pobres e de defender a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Ainda assim, continua em aberto o que constituirá a fonte de compromissos comuns para definir e promover o correto sobre o incorreto e as respostas às questões transcendentais da vida, no que diz respeito à vida pública, se esta não se basear em doutrinas religiosas nem em posições puramente relativistas ou baseadas nas crenças de grupos particularistas.

A abordagem da diversidade na unidade é um trabalho em andamento. Não pretende ter todas ou mesmo a maioria das respostas necessárias para superar os



estranhamentos entre muitos imigrantes e as maiorias das sociedades livres em que vivem. Ela oferece uma orientação básica que respeita tanto a história, a cultura e a identidade de uma sociedade quanto os direitos dos seus membros a diferirem nos assuntos que não envolvem o núcleo de valores básicos e os direitos e as obrigações universalmente estabelecidos.

As assinaturas denotam que estamos de acordo quanto à orientação geral desta plataforma e à necessidade desta abordagem no diálogo atual, sem necessariamente concordarmos com todas as declarações específicas. Aguardamos com expectativa as futuras discussões sobre a forma como esta plataforma se aplica a problemas futuros e a diferentes sociedades.

Esta declaração foi elaborada por Amitai Etzioni no verão de 2001. O redator se beneficiou consideravelmente dos comentários de Leon Fuerth, Veit Bader e Noah Pickus. Foi submetida a um diálogo comunitário de dois dias em uma reunião com 40 acadêmicos de oito países diferentes e alguns representantes políticos eleitos, nos dias 1 e 2 de novembro, organizada pela Communitarian Network, em Bruxelas, na Bélgica. Após a reunião, o documento foi reformulado, com base nas notas da reunião, nos relatórios das cinco sessões iniciais e nos comentários dos membros de um comitê de reformulação escolhido durante o encontro e por outros participantes. Todo o processo foi organizado e grande parte da pesquisa realizada por Mackenzie Baris.

Membros da comissão de reformulação: Veit Bader, University of Amsterdam, Holanda; John Crowley, CERl-Sciences Po, França; Silvio Ferrari, University of Milan, Itália; Kristin Henrard, University of Groningen, Holanda; David Hollinger, University of California at Berkeley, Estados Unidos; Leo Monz, Deutscher Gewerkschaftsbund, Alemanha; Noah Pickus, Institute for Emerging Issues, Estados Unidos; Peter Skerry, Claremont McKenna College, Estados Unidos; Sophie van Bijsterveld, Catholic University of Brabant, Holanda; e Michael Werz, University of Hannover, Alemanha.

Fonte: <https://communitariannetwork.org/diversity-within-unity>



A Terceira Via para a Boa Sociedade apresenta uma síntese do pensamento comunitarista de Amitai Etzioni, voltado ao público internacional interessado em conhecer as propostas do movimento comunitarista responsivo sobre o papel das comunidades na democracia e sobre a renovação do Estado de Bem-Estar.

Em linguagem acessível, apresenta as grandes linhas da teoria comunitarista: a *boa sociedade*, baseada nas relações Eu-Nós; o equilíbrio entre direitos e responsabilidades; a *terceira via*, caminho para a boa sociedade; o papel das comunidades nas sociedades democráticas; a complementaridade entre Estado, comunidade e mercado; os diálogos morais como forma de resolução dos conflitos culturais; a perspectiva universalista do comunitarismo.

